

ELEIÇÕES ESPANHA_2015

Coletânea de artigos

I – Eleições 2015

II – Antecedentes: Espanha e Europa 2012/2015

I – Eleições 2015

A 'casta' racha na Espanha

21/12/2015 -

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2015/12/1721524-a-casta-racha-na-espanha.shtml?cmpid=compfb>

O resultado mais eloquente da eleição espanhola deste domingo, 20, remete à crise política brasileira.

Refiro-me à rachadura profunda no bipartidarismo de fato que vigorou nos quase 40 anos de democracia espanhola.

Para comprovar que houve quebra de confiança nos partidos tradicionais, com a consequente ascensão de agrupamentos novos, basta saber que o PP (Partido Popular), mesmo o mais votado, perdeu praticamente um terço das cadeiras que obtivera no pleito anterior (2011).

E o segundo grande partido (o socialista) teve o pior resultado de sua história.

Posto de outra forma: nasceu o novo, mas o velho não morreu.

É útil comparar a Espanha com o Brasil por se tratar do país desenvolvido menos distante do Brasil.

Para começar, o tamanho das duas economias não é tão diferente, embora cada espanhol seja bem mais rico que cada brasileiro.

Para continuar, ambos os países saíram de nefandas ditaduras em momentos relativamente próximos (a Espanha, em 1977, e o Brasil oito anos depois).

Xinhua



O primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy (PP), vota nas eleições gerais deste domingo

Por fim, as duas transições do autoritarismo para a democracia chegaram, em algum momento, a ser apontadas como modelos, especialmente para os países latino-americanos (no caso da Espanha, também para os países do Leste Europeu quando eles se livraram do comunismo).

Agora, caro leitor, veja a análise, para "El País", do historiador Santos Juliá sobre o caminho que "conduziu ao desastre" na Espanha:

Tal caminho, "burlando a democracia, acaba construindo um sistema político sobre redes familiares e clientelísticas, sobre relações de parentesco e amizade que convertem o Estado em patrimônio de um conglomerado constituído pela classe política, pelos negócios privados e pelos interesses financeiros. Um caminho, pois, que, ao abrir as portas a uma corrupção sistêmica, acaba por erodir o Estado, desmoralizar a administração e desmantelar os bens públicos".

Vale para a Espanha, vale para o Brasil (vale também para a Itália, em que esse conglomerado foi chamado de "a casta" por um movimento de base, o Cinco Estrelas, que também quebrou o bipartidarismo).

A diferença entre Espanha e Brasil é que a rachadura do sistema bipartidário na Espanha deu origem a movimentos de base que, pela direita (Cidadãos) e pela esquerda (Podemos), se transformaram em atores a serem levados em conta, apesar de terem disputado as suas primeiras eleições gerais apenas neste domingo.

No Brasil, as grandes manifestações de rua ocorridas em 2013 –versão tapuia dos "indignados" espanhóis que estiveram na origem do Podemos– se desfizeram sem pena nem glória.

Restou um sistema político apodrecido, em que os representados não se sentem realmente como tais e os representantes cuidam apenas e exclusivamente de seus interesses, raramente legítimos e legais.

É, como na Itália, uma "casta", parte dela na cadeia ou sob investigação, sem que, no entanto, se esteja na alvorada de algo novo, de baixo para cima.

Consequência: a crise gerada pela "casta" será (ou não) enfrentada por ela própria, o que não é nada animador.

LEIÇÕES NA ESPANHA 2015

A vitória insuficiente de Rajoy dá opções para um pacto de esquerdas

Pedro Sánchez poderia tentar governar com o apoio do Podemos e dos nacionalistas

MIGUEL GONZÁLEZ- Madri 21 DEZ 2015 - 01:13 CET -

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/20/internacional/1450635833_519534.html



Quando lhe perguntaram na sexta-feira passada, dia 18, em Bruxelas qual seria um bom resultado para ele, [Mariano Rajoy](#) respondeu: "Ser a primeira força política e governar". Seu partido, o PP, [conseguiu vencer as eleições](#), mas está longe de ter garantido o Governo. Os populares, como são chamados, não só ficam a anos-luz da maioria absoluta (176 cadeiras) como obtêm o pior resultado conquistado por um partido vencedor das eleições na história recente democrática espanhola (123 deputados), muito abaixo dos 156 de Aznar em 1996.

MAIS INFORMAÇÕES

- [Rajoy ganha, mas terá dificuldade em formar Governo na Espanha](#)
- [As históricas eleições gerais na Espanha](#)
- **FOTOGALERIA** [Eleições gerais abrem um cenário político inédito na Espanha](#)
- **FOTOGALERIA** [Eleições gerais colocam frente a frente a velha e a nova Espanha](#)

Aznar conseguiu governar há quase uma década graças ao acordo legislativo que assinou com os nacionalistas catalães de Jordi Pujo, ao qual se somaram PNV e Coalición Canaria. Descartado o nacionalismo catalão como parceiro, por sua tendência independentista, o olhar de Rajoy se dirige a outro partido de origem catalã e orientação contrária: [Cidadãos](#), de centro-direita.

Mas, à luz dos resultados, o apoio do Cidadãos (40 cadeiras) não bastaria para que Rajoy fosse eleito presidente, não em primeiro turno por maioria absoluta,

e o líder na nova força, Albert Rivera, já deixou claro durante a campanha que não dará seu voto afirmativo ao ainda presidente do Governo.

Nestas condições Rajoy só pode aspirar a que o Cidadãos se abstenha na segunda votação, na qual lhe basta uma maioria simples de votos para ser empossado. Mas —além de ainda não estar claro se tal abstenção seria incondicional ou exigiria contrapartidas— será insuficiente se todos os demais partidos votarem contra, já que, a soma das forças políticas restantes supera com folga a metade das cadeiras.

A política praticada pelo PP durante estes anos de maioria absoluta faz com que seja muito difícil conseguir apoios de outras fontes. Coalición Canaria e PNV seriam os mais acessíveis mas ambos, especialmente o segundo, se mostram muito relutantes.

A grande questão de Rajoy é que, [devido à fragmentação do Parlamento](#) saído das urnas, não seja possível desenvolver uma alternativa.

O pacto entre o Partido Socialista (PSOE), de centro-esquerda, e o [Podemos](#), de esquerda, não parece fácil, devido às profundas diferenças de seus respectivos programas, incluída a realização de um referendo na [Catalunha](#). Ainda que o PSOE tenha se imposto claramente como segunda força política e o Podemos não tenha conseguido a diferença que algumas pesquisas arriscavam, [Pablo Iglesias](#) chamou para si em muitas ocasiões a liderança de um eventual Governo de esquerda, da qual não abrirá mão facilmente.

Sem o voto positivo do Podemos, o socialista Pedro Sánchez não tem possibilidades de ser eleito, ainda que seja muito mais fácil para ele do que para Rajoy obter o apoio de PNV, Unidad Popular-IU, Coalición Canaria —com as quais os socialistas governam no arquipélago— ou até dos nacionalistas catalães. Com todos ou alguns deles, Sánchez poderia chegar a um pacto, pelo menos para que o apoiassem ou se abstivessem.

Descartado o PP, a maioria mais sólida é a que formaria uma tríada entre PSOE, Podemos e Cidadãos, mas Rivera já deixou claro que não apoiará nenhum Executivo que tenha o respaldo de Pablo Iglesias —sequer abstendo-se—, e por isso Sánchez deverá escolher um de dois parceiros incompatíveis entre si; ainda que só o Podemos tenha cadeiras suficientes para tentar sequer a formação de Governo.

Há outra opção, a mais sólida do ponto de vista aritmético e a mais polêmica politicamente, que é a grande coalizão entre populares e socialistas. Os segundos a recusaram de saída. E não é fácil que seja proposta, a menos que o Parlamento que saiu das urnas se demonstre ingovernável e que o novo Governo catalão, que deve ser constituído em janeiro ou convocar novas eleições autonômicas, acentue seu desafio independentista.

O presidente português, Aníbal Cavaco Silva, encarregou seu correligionário Pedro Passos Coelho da formação de Governo depois das eleições de 4 de outubro passado. Cavaco Silva se baseou no fato de que a coalizão conservadora tinha sido a mais votada, ainda que só tivesse obtido 107 das 230 cadeiras. Um mês depois, o presidente português teve de se render à evidência e propor como primeiro-ministro o socialista Antonio Costa, que construiu uma maioria parlamentar de esquerda.

A Constituição deixa nas mãos do Rei a decisão de propor às Cortes o candidato a presidente. Felipe VI não é obrigado a escolher o líder do partido mais votado, mas quem trouxer mais possibilidades de obter o mandato. Por isso, antes de tomar uma decisão, discutirá com os grupos parlamentares.

O Novo e a Rede podem ser o Ciudadanos

e o Podemos do Brasil?

GUSTAVO CHACRA

21 Dezembro 2015 | 13:12

Podemos e Ciudadanos são dois partidos que praticamente não existiam na Espanha nas eleições de 2011. O país era dividido solidamente entre o PP, de centro-direita, e o PSOE, de centro-esquerda. Escândalos de corrupção e uma profunda crise econômica levaram a protestos ao redor do país. Os manifestantes se organizaram e formaram dois novos partidos. Justamente o Podemos e o Ciudadanos.

Apenas para entender, das 350 cadeiras do Parlamento espanhol, nas eleições de 2011, 186 ficaram com o PP e 110 com o PSOE. Nas eleições deste fim de semana, ninguém conseguiu maioria. O PP, mais votado, terá 123 cadeiras, enquanto o PSOE ficará com apenas 90. Os dois novos partidos, embora ainda minoritários, tiveram um ótimo desempenho – o Podemos, com 69, e o Ciudadanos, com 40. As cadeiras que sobraram ficaram com partidos menores ou regionais.

O Podemos é uma agremiação de esquerda. O Ciudadanos é mais complexo, pois mistura posições de esquerda e de direita, com um pouco de liberalismo econômico, mas também com posturas social-democratas. Seus líderes são jovens. Pablo Iglesias, do Podemos, tem 37 anos. Albert Rivera, do Ciudadanos, tem 36.

O Brasil, desde 1994, é dominado pelo PT e pelo PSDB, que se revezam em coalizões com o PMDB. Há também partidos como o DEM (ex-PFL), o PP e o PSB. Mais recentemente, surgiram dois novos partidos. A Rede e o Novo. Será que eles terão condições de crescer como o Podemos e o Ciudadanos? Em 2011, diziam ser impossível quebrar o bipartidarismo do PP e do PSOE. Mas o Podemos e o Ciudadanos quebraram.

Guga Chacra, blogueiro de política internacional do Estadão e comentarista do programa Globo News Em Pauta em Nova York, é mestre em Relações Internacionais pela Universidade Columbia. Já foi correspondente do jornal O Estado de S. Paulo no Oriente Médio e em NY. No passado, trabalhou como correspondente da Folha em Buenos Aires Comentários na minha página no Facebook. E comentários islamofóbicos, antisemitas, anticristãos e antiárabes ou que coloquem um povo ou uma religião como superiores não serão publicados.

Tampouco são permitidos ataques entre leitores ou contra o blogueiro. Pessoas que insistirem em ataques pessoais não terão mais seus comentários publicados. Não é permitido postar vídeo. Todos os posts devem ter relação com algum dos temas acima. O blog está aberto a discussões educadas e com pontos de vista diferentes. Os comentários dos leitores não refletem a opinião do jornalista

<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/o-novo-e-a-rede-podem-ser-o-ciudadanos-e-o-podemos-do-brasil/>

Acompanhe também meus comentários no **Globo News Em Pauta**, no Twitter @gugachacra , no Facebook Guga Chacra (me adicionem como seguidor) e no Instagram

Rajoy buscará el apoyo de Ciudadanos y PSOE para formar Gobierno

El líder del PP afirma que negociará con los partidos que comparten sus valores tras el 20-D

- **ESPECIAL Los resultados de las elecciones del 20D**
- **DIRECTO Sigue las últimas noticias de las elecciones generales**

JAVIER CASQUEIRO Madrid 21 DIC 2015 - 21:44 CET
HTTP://POLITICA.ELPAIS.COM/POLITICA/2015/12/21/ACTUALIDAD/1450723611_667900.HTML



El presidente del Gobierno, Mariano Rajoy, este lunes. / ATLAS

El presidente en funciones, Mariano Rajoy, va a demandar en persona en los próximos días, fundamentalmente a los líderes del PSOE, Pedro Sánchez, y

Ciudadanos, Albert Rivera, [un apoyo con “sentido de Estado” para formar un Gobierno estable del PP](#) que reafirme el rumbo institucional, europeo y económico de España. Ese es el plan de Rajoy. No tiene las citas cerradas, pero los contactos se producirán antes del 13 de enero para pactar, además, un presidente del Congreso que gestione la nueva y fragmentada situación política tras el 20-D. Rajoy no quiere hablar por ahora de coaliciones.

MÁS INFORMACIÓN

- Aznar pide elegir la dirección del PP en un congreso abierto
- El PSOE confirma que votará ‘no’ a la investidura de Mariano Rajoy
- El PP gana pero tendrá muy difícil formar Gobierno
- Cualquier acuerdo requiere que se superen las líneas rojas

Rajoy reunió la tarde de este lunes al centenar de dirigentes que forman el comité ejecutivo del PP para compartir durante dos horas[reflexiones sobre los resultados electorales del 20-D](#), que al principio se dirigieron sin optimismo, como un éxito moderado, y que con las horas se convierten en un reto muy complicado. El líder del PP insiste en agarrarse a los datos para asegurar que su partido ha ganado y es la primera fuerza con 7.300.000 votos (28,72%) y 6,7 puntos y 1.700.000 papeletas por encima del segundo, el PSOE (22,01%). El dirigente popular remarca mucho que mantiene 123 escaños frente a los 90 socialistas, pero no menciona que ha perdido 63 actas en cuatro años ni que entonces el PP cosechó 10.321.000 votos. Esa cifra la sumaría ahora si se contasen a su lado los escrutinios de Ciudadanos.

El presidente del PP no hizo autocrítica en su discurso interno ni ante la prensa y se limitó a justificar la espectacular bajada en la “herencia recibida” del Gobierno socialista y los recortes que tuvo que aplicar para salvar a España. Poco más.

Ante el incierto escenario que se abre ahora para gestionar el futuro del país, Rajoy comenzó por reafirmar que debe ser el PP el que intente formar Gobierno, y buscar la estabilidad política, y se aprestó a “actuar en consecuencia”. Pero luego no precisó ninguno de sus planes concretos. Es más, señaló que aún no había tenido tiempo ni oportunidad de pensar [cómo quiere “preparar” los contactos que iniciará con algunos líderes políticos](#) en los próximos días.

“Nadie es imprescindible”

El líder del PP en Extremadura, José Antonio Monago, aseguró que el presidente del Gobierno en funciones, Mariano Rajoy, no es imprescindible “como nadie lo es en la vida”, y quien crea lo contrario “se equivoca”. Así respondió a su llegada a la reunión del comité ejecutivo del PP, al ser expresamente preguntado sobre si Rajoy es imprescindible para que el PP pueda formalizar pactos de gobierno. Monago fue uno de los barones autonómicos que salieron mayoritariamente en apoyo y respaldo de Rajoy, como los presidentes del partido en La Rioja, Murcia, Aragón, Cataluña y Andalucía.

Rajoy quiere un Gobierno estable encabezado por el PP como primer partido y ganador, como se han hecho las cosas en España desde las primeras elecciones democráticas en 1977. Todo lo que ha ocurrido en el país con las fuerzas emergentes, ya ahora en el nuevo Parlamento, no varían su guion.

El presidente, desde la noche del lunes en funciones, hace [sus propias lecturas de los datos obtenidos el 20-D](#). La primera resultó tremadamente optimista. Rajoy considera especialmente relevante en estos momentos que la mayoría de los partidos, coaliciones y fuerzas que han logrado representación en las nuevas Cortes respalden su concepción de la defensa de la Constitución, la unidad de España, la soberanía nacional, la igualdad de los españoles y el papel en Europa y frente a la lucha antiterrorista. Eso lo considera un gran avance al margen de la fragmentación constatable en el nuevo Parlamento.

El jefe del Ejecutivo asume que le toca la “responsabilidad y el mandato” de explorar [cómo se puede llegar a un Gobierno estable](#)“para ofrecer certidumbre dentro y fuera de España”. Y fijó los ejes de discurso en mantener tres rumbos que él ha marcado en la legislatura que terminó: aplicar las reformas institucionales con consenso, perseverar en las políticas económicas y mantener la posición en Europa y con nuestros socios y aliados.

Las líneas rojas

Rajoy es consciente de que el 20-D han cambiado muchas cosas en España y en la política nacional, pero quiere perpetuar esos puntos básicos, que son sus líneas rojas, con las que abordará las conversaciones discretas de los próximos días. El presidente del PP se niega a decir en público que sus preferencias son abrir esas charlas con el [PSOE y Ciudadanos, aunque no tiene otras opciones realmente viables](#), pero no quiere meter más presión añadida a ese proceso de diálogo.

“Los españoles han expresado su voluntad y ahora nos toca a los políticos garantizar que se cumpla con responsabilidad y sentido de Estado”, afirmó. La división nunca vista antes entre cuatro partidos con más de 40 escaños “no puede ser un elemento de parálisis y de bloqueo o inacción”.

El proceso de negociación para formar Gobierno no tiene ni fecha de partida ni de llegada pero Rajoy demandó “generosidad y amplitud de miras con la vista puesta en el interés de España” y avanzó que él destinará sus mejores esfuerzos con ese fin. Tampoco quiso marcarse prioridades entre unos partidos, PSOE, u otros, Ciudadanos. Eso sí, reclamó mesura, prudencia y cuidado con lo que se dice estos días “para no arrepentirse”.

Balanço das eleições da Espanha. Hacia un escenario de ingobernabilidad

JAIIME PASTOR - Lunes 21 de diciembre de 2015

Con una participación del 73,20 % (frente al 68,94 % de 2011), los resultados de las elecciones de este 20D han confirmado en gran parte las principales tendencias que anunciaban los sondeos. Por resaltar las más relevantes, la suma de los dos viejos partidos es de 50,7 % (213 escaños), con un PP que pasa de un 44,63 % y 186 escaños a un 28,72 % de votos y 123 escaños, y un PSOE (22 % y 90 escaños) que evita por poco el “sorpasso” de Podemos, pero que en lugares emblemáticos como Madrid pasa a ser cuarta fuerza; esta formación más las confluencias (En Comú Podem en Catalunya, En Marea en Galicia y Compromís-Podem en la Comunidad Valenciana) llegan a un 20,7 % y 69 escaños; IU, con un 3,67 % y 2 escaños, salva su presencia en el nuevo parlamento pero no podrá formar grupo parlamentario propio; en Catalunya ERC, con 2,39 % y 9 escaños, supera a la formación de Artur Mas, que se queda con 2,25 % y 8 escaños, y en Euskal Herria Bildu conoce un notable retroceso pasando de 7 escaños a 2; Ciudadanos, en cambio, ha ido perdiendo fuelle llegando finalmente a un 13,93 % y 40 escaños.

Ante este panorama, en la mayoría de los análisis postelectorales ya se está imponiendo una conclusión: por mucho que se quiera disfrazar la realidad, el “turnismo” bipartidista ha llegado a su fin y por primera vez desde la “Transición” no va a funcionar la regla mecánica de que el partido político más votado es el que va a poder formar gobierno, aunque solo sea por mayoría simple. Por muchas presiones que lleguen de Bruselas y el Ibex 35, ni PP ni PSOE parece que vayan a poder conseguir los suficientes apoyos para formar gobierno en esta nueva legislatura. El primero, aun en el caso de que contara con la abstención de Ciudadanos, se encontraría con la oposición de un bloque muy plural tanto del PSOE, Podemos y las confluencias como de otras fuerzas “periféricas” (ERC, PNV...); el segundo, debilitado en su liderazgo, no parece

que pueda asumir algunas de las “líneas rojas” ya anunciadas por Podemos y, en particular, por En Comù Podem, que incluye el compromiso de convocatoria de un referéndum sobre la independencia en Catalunya. La única alternativa, que empieza ya a ser reclamada desde algunos poderes económicos, sería la de una “gran coalición” de los dos “viejos” partidos, pero es evidente que su puesta en práctica supondría el suicidio político del PSOE y facilitaría, entonces sí, el imparable ascenso de Podemos como alternativa de gobierno en unas nuevas elecciones. Cabría también una abstención del PSOE ante la investidura de Rajoy, como ya le pide Albert Rivera para garantizar la “unidad de España” y tranquilizar a Bruselas, pero esta opción provocaría una profunda crisis dentro de ese partido.

Por tanto, se anuncian crisis de proyectos y, sobre todo, de liderazgos en los dos grandes partidos, especialmente en el PSOE, que ha resistido gracias principalmente a los votos obtenidos en Andalucía y Extremadura. Y también, por cierto, en la formación catalana encabezada por Artur Mas en Catalunya, relegada al cuarto puesto. Incluso Ciudadanos, que surgió con enorme apoyo mediático, aparece frustrada en sus expectativas de “recambio” del PP. Frente a todos ellos puede ir ganando fuerza y credibilidad un proyecto alternativo y plurinacional (que debería incluir al sector que se ha reconocido en la candidatura de Unidad Popular, encabezada por Alberto Garzón y, también, dialogar con la CUP que en Catalunya han demostrado sobradamente su arraigo popular y, ¿por qué no?, con Bildu) que no renuncia a la apuesta por un “cambio de sistema”, como el mismo Pablo Iglesias ha declarado en la noche electoral.

Frente a los llamamientos que desde el “sistema” van a ir multiplicándose en los próximos meses a favor de una “cultura de pactos y coaliciones” (“España necesita ser gobernada tras pasar la página del bipartidismo”, dice hoy el editorial de *El País*; “La hora de los pactos”, titula el de *La Vanguardia*...), la responsabilidad de Podemos en este nuevo escenario es enorme. Porque si finalmente, pese al retroceso vivido en las encuestas pocos meses antes, ha llegado a aparecer como la principal fuerza del “cambio” en este 20D, se ha debido a varios factores. En primer lugar, a que gracias a su análisis autocrítico de los malos resultados en las elecciones catalanas del pasado 27 de septiembre, su dirección optó por una confluencia en condiciones de igualdad con Barcelona En Comù, las Mareas y Compromís, asumiendo además la convocatoria de un referéndum sobre la independencia en Catalunya y, por extensión, el reconocimiento de la realidad plurinacional existente en este Estado con todas sus consecuencias; una rectificación que le ha dado sus frutos electorales, incluso en lugares como Euskal Herria.

A este giro radical respecto al estrecho discurso “nacional-populista” español mantenido hasta entonces por dirigentes de Podemos siguió la opción por una campaña que ha vuelto a poner en primer plano la reivindicación de sus orígenes en la lucha por la dignidad y la justicia social abierta por el 15M, la PAH y las Mareas (simbolizada, además, mediante el liderazgo compartido por Pablo Iglesias, especialmente con Ada Colau, a su vez referente de los “ayuntamientos del cambio”). Esto no supone olvidar la ambigüedad que se sigue manteniendo en cuestiones centrales como la defensa de un “cambio

constitucional” -en lugar de ruptura constituyente-, la moderación en aspectos clave del programa económico –como la posición a adoptar ante el Pacto Fiscal de la eurozona- tras la experiencia griega, o la actitud ante la OTAN.

La apuesta por el “cambio” sigue abierta

Así pues, ahora toca extraer enseñanzas de esta campaña y de cómo se puede seguir avanzando sin por ello renunciar a unas “líneas rojas” (con el blindaje constitucional de los derechos sociales, incompatible con el artículo 135 de la Constitución y los dictados de la troika, y el compromiso de la convocatoria del referéndum catalán en primer plano) que deben reafirmar a Podemos y a los grupos parlamentarios afines como la principal fuerza que apuesta por el “cambio de sistema”. Por eso hará falta mucha firmeza para no dejarse atraer por unas apelaciones a la “responsabilidad de Estado” y tampoco tiene sentido recuperar la malograda fórmula eurocomunista del “compromiso histórico”, ya que solo contribuirían a frustrar las nuevas expectativas creadas para acabar contribuyendo a una mera “reconstitución” del régimen. Porque no lo olvidemos: lo que de verdad ha muerto en estas elecciones ha sido esa “democracia de consenso entre élites” en la que se basó la “Cultura de la Transición”. Nos corresponde ahora, desde las instituciones, las calles y los centros de trabajo, ir dando forma a una cultura de la participación y del consenso entre los pueblos hacia la conquista de su soberanía frente al despotismo oligárquico europeo.

Para esas tareas también habrá que repensar el “modelo” de “máquina de guerra electoral” con el que ha llegado Podemos a estas elecciones. Porque es el momento de reinventar un tipo de partido-movimiento plural, participativo, alejado del vertical y centralista que ha dominado hasta ahora y, a su vez, abrirlo y refundarlo mediante la federación o/y confederación con todas las fuerzas que apuestan por el “cambio de sistema”. Ése es un gran y difícil reto pero de su resolución, que necesariamente ha de ir unida a un nuevo ciclo de movilización y empoderamiento popular, depende que se siga manteniendo abierto el horizonte de una ruptura constituyente.

21/12/2015

Jaime Pastor es profesor de Ciencia Política de la UNED y editor de VIENTO SUR

[Ver tradução](#)

Eleição na Espanha indica esgotamento do Pacto de Moncloa, diz Tarso Genro

Sul21= www.sul21.com.br

O Podemos, de Pablo Iglesias, foi a grande novidade da eleição espanhola, chegando a 69 deputados na sua primeira experiência de eleições gerais.
(Foto: Divulgação)

Marco Weissheimer

Tarso Genro acompanha há mais de trinta anos o processo político em Portugal e na Espanha e elegeu alguns marcos de referência para avaliar o que ocorre nestes dois países. Por que a escolha por Portugal e Espanha? O ex-governador do Rio Grande do Sul explica que é, em especial, porque são democracias jovens, que surgiram numa espécie de vácuo das utopias, de um lado, e, de outro, fortaleceram-se e modernizaram-se no processo de formação da União Europeia. “Ambos os processos políticos tem alguma semelhança com o Brasil, mas atravessando esta época com um sistema político mais aperfeiçoado e mais democrático”, assinala.

O vácuo a que ele se refere tem uma dupla dimensão: “de uma parte, a crise profunda da ideia comunista, tal qual foi implementada pela experiência soviética e, de outra, a decadência do projeto socialdemocrata, como algo estável na civilidade democrática do continente”. A integração europeia promovida por esses dois países, observa Tarso Genro, promoveu nas suas respectivas sociedades, uma espécie de socialdemocracia subsidiada, com fundos europeus, que, ao contrário do que ocorreu com a Noruega e a Suécia, para citar dois exemplos, não adquiriu autonomia para levar adiante os seus respectivos projetos nacionais.

Para Tarso, essa integração na Europa, agora, cobra os seus custos, pela redução dos direitos originários do Estado socialdemocrata, que se ergueu a partir de uma enorme dívida pública. Quem paga isso? – pergunta. “Retirar, por exemplo, 1.000 euros da renda de quem ganha 8.000 euros por ano é muito diferente de tirar 1.000 euros, de quem ganha 50.000 euros por ano. Esse é conflito econômico básico de cada “ajuste”, seja na Europa, seja no Brasil e daí é que partem as divergências e diferentes programas de Governo”, sustenta.

A Revolução dos Cravos e o Pacto de Moncloa

Desde o Pacto de Moncloa (1977), a polarização do campo mais conservador, representado pelo Partido Popular, com o campo progressista, representado pelo Partido Socialista Obrero Espanhol, configurou todo o cenário político na Espanha.

Tarso Genro identifica dois momentos fundamentais no processo político que marca a história de Portugal e Espanha nos últimos anos:

“A Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e o Pacto de Moncloa (1977), na Espanha, são os dois momentos-chaves do processo democrático destes dois países. Embora ambos estivessem vinculados a momentos de efervescência revolucionária ou, pelo menos, fortemente reformistas, produziram saídas democráticas conciliadas, através de processos constituintes pactuados, varrendo o tipo de Estado autárquico e ditatorial, que caracterizava ambos os países. Na minha opinião, o que ocorre hoje na Espanha é o esgotamento do Pacto de Moncloa, que encaminhou uma série de soluções democráticas para a transição e deu base para avanços sociais importantes. Sua crise põe em xeque precisamente as forças políticas que o promoveram: o eurocomunismo,

a socialdemocracia clássica, o franquismo auto-reformado e a direita integrada na democracia”.

Desde o Pacto de Moncloa, assinala ainda Tarso, a polarização do campo mais conservador, representado pelo Partido Popular, com o campo progressista, representado pelo Partido Socialista Obrero Espanhol, configurou todo o cenário político e as disputas eleitorais. No entanto, ressalta, “as profundas mudanças sociais, produtivas, financeira e culturais na Espanha, nos últimos trinta anos, principalmente, fez surgir uma nova estrutura de classes: novos tipos de demandas, novos fragmentos sociais, novos problemas decorrentes da integração europeia, cujos pedidos de respostas não encontram eco nestes dois partidos, que, aliás, foram ficando muito parecidos nas soluções que tem apresentado, tanto para as crises econômicas como para enfrentar as graves dificuldades do Estado Social e das petições de autonomia nacional, como as que partem do País Basco e da Catalunha”.

O desafio para o Podemos

Na avaliação do ex-governador, o surgimento de uma intensa relação horizontal, em rede, veio substituindo a relação de verticalidade das estruturas tradicionais de poder dos partidos. “Isso jogou na cena pública milhares de novos atores, tanto à direita como à esquerda, que passaram a formular políticas, de baixo para cima. Não só fora dos grupos sindicais tradicionais, mas também de fora das influências mais diretas do poder econômico”. O que resta saber, daqui para diante, acrescenta, “é se o Podemos – que é a grande novidade à esquerda – terá condições de formular políticas de Estado para reorientar, desde a questão Federativa, na Espanha, até o natureza do desenvolvimento econômico necessariamente dentro da Europa, com suas respectivas alianças para, no futuro, governar, se formar uma nova maioria. Há uma diferença grande entre crescer na oposição e manter-se coerente, governando”.

“O que é preciso saber, daqui para diante, é se o Podemos – que é a grande novidade à esquerda – terá condições de formular políticas de Estado”. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

Tarso Genro concorda com a análise de que a eleição do último domingo acabou, pelo menos por um longo tempo, com o bipartidarismo na Espanha. E acabou também com a representação quase exclusiva, em termos de acesso ao poder à esquerda e à direita, com a força hegemônica do PSOE e do PP. Ele cita alguns números para justificar essa leitura:

O PP perdeu 60 deputados, ficando com apenas 123 cadeiras. O PSOE perdeu 19, ficando com apenas 91 deputados, seu pior resultado desde a redemocratização. A Esquerda Unida ficou apenas com dois deputados. De outra parte, o Podemos, de Pablo Iglesias, no espectro de esquerda, chegou, na sua primeira experiência de eleições gerais, a 69 deputados! E um novo grupo de direita, os Ciudadanos, surgiu com 40 deputados. Este é um novo

partido composto de jovens pró-mercado e contra a social-democracia, mas abertos em relação às questões de costumes e aos novos modos de vida pós-modernos. Separa-se radicalmente do PP, nestes terrenos, sendo responsável, sem dúvida, pelo vigoroso decréscimo eleitoral do referido partido”.

O resultado deste cenário é que, para formar um novo Governo, qualquer Partido deve garantir 176 votos para governar com certa estabilidade, o que ninguém tem. “A Espanha tem um presidencialismo parlamentarista e as alianças devem ser formadas para montar e assumir o Governo. A menos que se forme um Governo de minoria, o que ninguém deseja, pois remete, desde logo, a uma ingovernabilidade altamente problemática”, assinalada ainda Tarso.

A lição espanhola

Para o ex-governador gaúcho, os democratas e a esquerda, em geral, devem olhar para o que ocorre na Espanha como um sinal dos tempos. Ele define assim aquela que considera a lição espanhola, que se materializou nas urnas no último domingo:

“O esgotamento das formas tradicionais de governar e o esgotamento dos partidos mais tradicionais, não é o fim da democracia nem o fim da soberania popular. Pode ser um recomeço. Um personagem espanhol disse, recentemente que o problema do PSOE e do PP não é que eles não cumprem as suas promessas, mas sim que eles não fazem as promessas certas! Não sei quais seriam as promessas certas, para o referido crítico, nem se concordo com elas, Mas que a frase encerra uma verdade política incontestável, não tenho dúvidas. Não adianta fazer promessas irreais que, para implementá-las, seria preciso um regime de força que ninguém aceita. Seja de que natureza for. Promessas, que depois não podem ser cumpridas dentro da democracia. O mercado pune, como dizia Bill Clinton, para Fernando Henrique, mas hoje as redes também punem, como está demonstrando a Espanha. Não adianta, também, mimetizar-se no adversário, dizendo apenas que “faremos melhor o que já está sendo feito”.

A crise econômica mundial, hoje, conclui Tarso Genro, está entranhada na crise da democracia representativa e no aniquilamento das funções públicas do Estado: “A partir desta constatação é que se pode começar a pensar em reformar ou fundar novos partidos, A partir disso, penso eu meio nadando contra a correnteza, é que poderemos recuperar a utopia democrática a partir do desejo e da luta pela igualdade”.

Un Rey (muy) prudente

Felipe VI elude referencias directas a los principales temas de controversia

- **El Rey llama al diálogo sin aludir a la crisis política ni a la corrupción**
EL PAÍS 24 DIC 2015 - 21:13 CET



- Recom

- Enviar
- Imprimir
- Guardar

El Rey tenía dos opciones para afrontar su mensaje de Navidad de 2015 (el segundo desde que fue proclamado jefe del Estado español): dar un paso al frente para poner en valor su papel constitucional como árbitro y moderador de la política española o mantenerse en una línea prudente de defensa de la unidad de España y hacer un nuevo llamamiento al diálogo y la concertación sobre la base de los principios democráticos de la Monarquía parlamentaria. Fiel a su estilo, Felipe VI optó por esa línea de prudencia a la que nos tiene acostumbrados desde que el 19 de junio de 2014 asumió la Corona.

Es cierto que el discurso del Monarca afrontó los dos grandes asuntos que preocupan hoy a los españoles: el secesionismo de Cataluña y el nuevo mapa político, pero incidió más en el primero que en el segundo. Basta echar un vistazo a las palabras más repetidas en el texto —España y españoles— para deducir que Felipe VI considera la cuestión catalana como el primer problema político en nuestro país.

El Rey se ha referido al movimiento independentista catalán en sus últimas intervenciones en Estrasburgo, Oviedo y Madrid (“La Constitución prevalecerá”, dijo hace unos meses), y lo ha querido remachar en su discurso de Navidad con mensajes en los que destaca “lo que nos une” dentro de la diversidad que siempre recuerda en sus intervenciones.

En esta ocasión, sin citar expresamente a Cataluña, fue más allá en la reivindicación de la legalidad, de los valores constitucionales y de la voluntad democrática de los españoles. En esa defensa de la cohesión nacional, el Rey lanzó un mensaje claro: “La ruptura de la ley, la imposición de una idea o un proyecto de unos sobre la voluntad de los demás españoles, solo nos ha conducido en nuestra historia a la decadencia, el empobrecimiento y al aislamiento”. Sus palabras en defensa de una España unida concluyeron con un mensaje “de serenidad, de tranquilidad y confianza en la unidad y continuidad de España” y otro de “seguridad en la primacía y la defensa de la Constitución”.

El Monarca pidió un esfuerzo “para asegurar lo conseguido y adecuar el progreso a la realidad”

La firmeza y la claridad frente al secesionismo contrasta con un planteamiento más general respecto a la gobernabilidad en España tras las elecciones del 20 de diciembre. El Rey es consciente de que la Constitución limita enormemente sus funciones políticas, pero no se le escapa que dentro de algunas semanas iniciará la fase de consultas con los principales líderes políticos y deberá designar al candidato para ser investido presidente del Gobierno para los próximos cuatro años.

En este tiempo nuevo de la política española, con una enorme fragmentación de partidos y muchas dificultades para llegar a acuerdos que garanticen un Gobierno estable, don Felipe ha optado por un llamamiento a la acción, evitando entrar en el debate coyuntural y asegurándose llegar a la fase de consultas de enero con una imagen contrastada de neutralidad. Es su estilo, aunque quizás se le pueda pedir que se acerque más a la raya que le marca la Constitución.

“La ruptura de la ley solo nos ha conducido en nuestra historia a la decadencia y el aislamiento”

De cualquier forma, el Rey situó en las Cortes, “como depositarias de la soberanía nacional”, el centro de la decisión política, y fue claro a la hora de

reclamar “una forma de ejercer la política basada en el diálogo, la concertación y el compromiso, con la finalidad de tomar las mejores decisiones que resuelvan los problemas de los ciudadanos”. Un llamamiento habitual en los mensajes de Felipe VI, heredado de su padre, el rey Juan Carlos.

Al referirse a la nueva legislatura, hizo un llamamiento a emplear todos los esfuerzos, todas las energías y todas las voluntades de las instituciones democráticas “para asegurar y consolidar lo conseguido a lo largo de las últimas décadas y adecuar nuestro progreso político a la realidad de la sociedad española de hoy”, antes de insistir en el “camino del entendimiento, la convivencia y la concordia en democracia y libertad”.

Don Felipe se refirió también a la situación económica y al papel de España en el contexto internacional. Sobre la economía dijo que el crecimiento sostenido es una prioridad para seguir creando empleo (“y empleo digno”, enfatizó) y fortalecer los servicios públicos esenciales, como la sanidad y la educación, y reducir las desigualdades. Estos mensajes forman parte de la doctrina del nuevo Rey, cercana a los problemas sociales de los españoles. Y sobre la Unión Europea, reclamó que la voz de España se haga oír.

En su discurso del año pasado, el Rey se refirió a la corrupción, sin citar la imputación de su hermana, la infanta Cristina, por el caso Nóos, y que se sentará en el banquillo el próximo 11 de enero. En esta ocasión igualmente se ha echado en falta una alusión directa a ese episodio. Por el contrario, se ha limitado a pedir que las instituciones “sean sensibles con las demandas de rigor, rectitud e integridad que exigen los ciudadanos para la vida pública”.

Foi o 15M que salvou o Podemos

Por **Bruno Cava e Sandra Arencón Beltrán** -- Dezemb 2015



foto: Estrella Digital

No principal debate eleitoral, Pablo Iglesias usou o último minuto para pedir duas coisas. Primeiro, pediu que os cidadãos não se esqueçam da corrupção, dos despejos, do desemprego, dos aposentados, dos cortes da educação, da situação da saúde. E segundo, que sorriam para o 15M, as praças, os ativistas, os desempregados, os aposentados, os pequenos empreendedores^[1]. O chamado síntese do líder do Podemos, – que se encerra, justamente, com o Sí se puede, – aponta diretamente ao movimento dos indignados que, desde 2011, deslocou definitivamente o cenário político do país.

Mas em que medida o Podemos e Iglesias, de fato, exprimem a carga democratizante do movimento quinzenista? Pelo menos no discurso, naquele minuto crucial, estavam presentes os seus dois momentos-chave. De um lado, a face destituinte, manifestada no grito de praças e passeatas: “não nos representam!”, “não vote neles” e “chamam de democracia mas não é”. Do outro, a face constituinte, a afirmação da alternativa em estado nascente, o “nós podemos”, misto de *ilusión* (reencantamento) e sua potência, e da disseminação de contrapoderes sociais ante a casta política e financeira. Eduardo Galeano, à acampada da Praça Catalunha, em Barcelona, falava do mundo novo que já pulsa na barriga deste. O escritor uruguai realçava assim a positividade do 15M: o “sim” maior de reinvenção e desejo, por trás do “não” à corrupção, à velha política e às políticas de austeridade receitadas pela *troika*^[2].

Quatro anos depois, referenciando-se no 15M, o Podemos ficou em terceiro lugar nas eleições nacionais espanholas, ultrapassando a margem dos 20% dos votos. A votação do Podemos ficou um pouco atrás dos dois partidos tradicionais, Popular (PP) e Socialista Operário (PSOE), e à frente de sua própria versão descafeinada, o *Ciudadanos* (C’s), uma agremiação fundada em 2005, que promete mudar sem arriscar, sem “aventurar-se” como faz o polemista de rabo de cavalo que não respeita o bom tom. O resultado das eleições do último dia 20 marcou o fim definitivo do bipartidarismo estruturante do *Régimen de 1978*, o quadro institucional da transição depois do fim da ditadura franquista. O fim do bipartidarismo corresponde, também, ao desencanto diante da falsa polarização entre PP e PSOE. No debate cara a

cara, nada indicava com mais clareza o esgotamento dessa polarização do que a troca de acusações e o bate boca entre seus candidatos, Mariano Rajoy e Pedro Sánchez, sem qualquer discordância de fundo.

Enquanto isso, em paralelo, a sociedade experimenta um momento de envolvimento vivo e disseminado com as eleições e a política em geral, de maneira transversal por bairros e diferentes segmentos sociais, independente de participação direta ou não no acontecimento quinzemista. Não é difícil perceber que o bate papo saiu da zona de conforto. As conversas têm experimentado uma mudança explícita que é possível reconhecer no cotidiano, no ônibus, na fila do supermercado, nas reuniões de família e amigos, por fora de redes e coletivos politizados, saltando do balcão do bar para ocupar outros espaços.

Há alguns meses, contudo, o trem parecia ter descarrilado de vez para o Podemos. Depois de vários erros estratégicos por conta própria e ter sofrido uma feroz campanha de desconstrução, à direita e à esquerda, o encanto parecia definitivamente quebrado. Muitos apoiadores de primeira hora lhe haviam virado as costas e a *ilusión* escorrera pelas mãos. Tendo despencado de quase 25% das preferências nas pesquisas no começo do ano, para menos de 14%, o partido liderado por Iglesias parecia fadado a ser apenas mais uma sigla figurante nas eleições gerais de 2015, correndo o risco de ficar atrás de seu gêmeo comportado, o C's. Como o Podemos revigorou-se? Como funcionou essa impressionante campanha na reta final? Uma religação direta com a indignação do 15M, nesse propósito, foi fundamental.

A *remontada*, como ficou conhecida a retomada do Podemos, só pode ser explicada se voltarmos alguns meses, para as eleições municipais realizadas em maio deste ano. O 24M de 2015 acendeu a luz amarela para a casta político-financeira que comanda a economia espanhola e europeia, quando Manuela Carmena e Ada Colau se tornaram prefeitas das maiores cidades da Espanha, dois dos principais resultados obtidos pelas plataformas municipalistas baseadas no movimento dos indignados. Ada, 41 anos, militante do movimento da moradia, porta-voz da Plataforma dos Atingidos pelas Hipotecas (PAH), venceu as eleições em Barcelona sem qualquer concessão à velha política representativa. Manuela, por sua vez, juíza aposentada de 71 anos e sem tradição partidária, elegeu-se em Madrid, depois de uma inovadora campanha que ganhou horizontalmente redes^[3] e uma aliança final com o PSOE.

Até o 24M, a cúpula diretora do Podemos entendia o 15M como um “significante vazio”. O termo foi sacado das teorias sobre hegemonia e populismo do argentino Ernesto Laclau e se reporta à abertura de uma brecha no horizonte de sentido que rege o sistema político, provocada por crises e convulsões sociais e econômicas. Segundo essa leitura, o 15M de 2011 teria iniciado um processo destituinte da velha ordem representativa espanhola. A partir daí, o 15M passava então a ser atravessado por significados flutuantes e forças dispersas, segundo uma ferrenha digladiação de narrativas em busca da hegemonia discursiva. É como se o 15M passasse a não pertencer a ninguém,

um significante em disputa. Caberia ao Podemos, portanto, servir de instrumento político para forjar uma unidade de equivalência entre as várias tendências destituintes do 15M, de modo a levá-lo a seu momento construtivo, à efetiva ocupação do poder. A principal conclusão política a partir dessa leitura lacauísta do movimento do 15M estaria na necessidade de formular uma alternativa de poder diante da crise da representação, isto é, um projeto positivo de ocupação do estado, a fim de responder à crise político-econômica, e impedir que ela venha a ser restaurada pelos poderes constituídos existentes[4].

Tal ênfase na construção hegemônica, de um ponto de vista politólogo, definida como *juste lignedo* Podemos desde o congresso de Vista Alegre, em outubro de 2014, levou o partido a fazer uma progressiva clivagem entre o momento destituinte (os protestos) e o institucional (as eleições). Esse diagnóstico, aliás, tem sido compartilhado de tempos em tempos pelos críticos do ciclo global de lutas deflagrado com as revoluções árabes de 2010-11[5]. O efeito da avaliação podemita foi, por um lado, aprofundar a crítica de coletivos e ativistas do 15M que seriam voluntaristas, românticos e horizontaloides; por outro, delegar-se a “prerrogativa da estratégia”, ou seja, cindir meios e fins e reivindicar um mandato comissário para vencer as eleições. Dessa maneira, a “máquina de guerra eleitoral” proclamada pelo podemita Iñigo Errejón mais parecia um aparelho de captura e amortecimento do 15M, do que o seu próximo passo necessário. Como consequência, em meados de 2015, ao derreter diante da “desconstrução” pelos adversários, as redes impulsionadas pelo 15M não vieram ao socorro do Podemos.

A vitória de Ada, Manuela e outras representantes das plataformas municipalistas, no entanto, colocou em xeque a linha traçada em Vista Alegre. No 24M, em vez da tese hegemônica/populista, prevaleceu o dito “modelo de Barcelona”[6], de um novo municipalismo[7], quer dizer, formações mais transversais, fragmentárias e contingentes, do que a tentativa de solidificar uma estratégica discursivo-midiática unificada aspirando à hegemonia. Colocando em termos esquemáticos, o arranjo de forças vencedor não consistiu em disputar o centro do tabuleiro em busca das ditas “maiorias sociais”, como pretendia Iglesias e o Podemos, mas ganhar pelas bordas, a partir das minorias, ou melhor, dos devires minoritários – para usar um conceito de *Mil platôs* (Deleuze e Guattari). Esta divisão pode parecer esquemática demais, mas é pertinente enquanto instrumento prático-teórico: por exemplo, logo depois do 24M, se pôde diagnosticar que “o consenso dirigista está em frangalhos, uma vez que as plataformas municipalistas não se basearam em projetos hegemônicos comandados por cúpulas dirigentes, mas por um efeito sinergético de toda uma ecologia de mobilizações”[8].

A *remontada* do Podemos aconteceu em meio a dois deslocamentos em relação às práticas pré-24M. O primeiro deslocamento foi, justamente, deixar de lado a supervvalorização do discurso populista/hegemonista, que já se mostrou uma hipótese teórica politicamente errada. Na campanha para as eleições de dezembro (20D), Ada assumiu posição na linha de frente da campanha do Podemos, na forma da coligação catalã *En Comú Podem*, e

trouxe as ruas, praças, movimentos diretamente ao primeiro plano[9]. Pelo menos na campanha, cessou a clivagem entre eleição e ativismo, e cessaram as tentativas de assumir um protagonismo estratégico no lugar dos movimentos de luta. Mais do que a figura de Ada, confluíram com Podemos as constelações de grupos e coletivos já existentes, como a PAH, o midiativismo, as *Mareas*. Em vez de conectar-se de maneira abstrata por uma engenharia do discurso, o Podemos se ligava assim à força do 15M através de uma organização de novo tipo, de um “sindicalismo social”[10]. A referência direta às lutas, além disso, foi o principal ponto de diferenciação que Ada mobilizou com grande êxito contra o *Ciudadanos*[11].

Com tudo isso, a *ilusión* retomou um sentido material, indispensável para que se produza o transbordamento. Deixou de ser apenas engodo e captura, – o que já tinha dificuldades de seduzir alguém[12], – para preencher-se dos sentidos extravasados pelo 15M que, antes de ser “significante vazio”, é rede de indignações, êxodo. A campanha positiva do Podemos pôde, com fundo real, apelar tanto ao rechaço da casta e da corrupção, quanto a uma nova imaginação sensível, indispensável para a renovação da própria democracia. Não à toa, os teóricos mais agudos sobre o novo momento constituinte por que passa a Espanha expliquem que não se trata exatamente de uma “nova política”, mas de uma mudança do próprio conceito de política, suas fronteiras e conteúdos[13].

O segundo deslocamento da *remontada* foi na direção da plurinacionalidade, algo inédito para o partido fundado por professores de uma universidade em Madrid. O Podemos traçou alianças com forças das *comunidades autónomas* abrindo espaço na agenda, por exemplo, para consultas plebiscitárias sobre a própria independência. Além do primeiro lugar na Catalunha, as coalizões de Podemos tiveram bons resultados no País Basco (1º lugar), na Comunidade Valenciana (2º) e na Galícia (2º), todas regiões com relativa autonomia e atuação de forças independentistas.

Sobre o assunto, pensando desde América do Sul, Salvador Schavelzon apontou anteriormente a operação política do Podemos em amortecer e, no limite, neutralizar a pauta plurinacional na Espanha[14]. O antropólogo aponta corretamente como, ao inspirar-se na experiência recente sul-americana, a cúpula podemita realiza uma *reductio* das práticas complexas do comum e de autonomia, – tão presentes no ciclo de lutas de quéchuas, aimarás e outros grupos indígenas na América andina, – num simples discurso progressista pelo social. A consequência teórico-política desse reducionismo consiste em converter a riqueza cosmopolítica do constitucionalismo plurinacional num multiculturalismo pacificado, a serviço dos projetos neodesenvolvimentistas – repercutindo, por sinal, uma tendência da linha oficialista dos governos desses países. Ademais, esta também pode ser entendida como ainda outra deficiência decorrente de uma tradução malsucedida da “razão populista” de Laclau na Espanha pós-15M, cuja multiplicidade constitutiva indicia antes a plurinacionalidade do ciclo insurgente andino[15], do que sua recuperação “social-progressista”.

Na campanha da *remontada*, contudo, tudo isso se deslocou. Enquanto o PP se assume abertamente como partido do Rei, o PSOE se mostra um partido inexistente, C's apresenta uma mudança meramente estilizada; o Podemos parece ocupar, pelo menos como potencialidade, o papel de instrumento nacional para a realização da plurinacionalidade além do nível regional. Esta é uma questão em aberto. É possível mesmo que, num futuro imediato, a referida abertura termine neutralizada no interior do Podemos, em face de novos acordos realizados desde a cúpula (por exemplo, com o PSOE). A despeito disso, fica o ensinamento que parte da força *daremontada* se construiu sobre essa tendência, levando o Podemos a mudar posturas. Isto também sinaliza um 15M indomável segundo discursos unificadores do tipo nacional-popular. Sucede, portanto, mais um episódio do quiproquó entre os laboratórios de lutas da América do Sul e sul da Europa, duas séries heterogêneas que não cansam de interferir-se em seu desentendimento mesmo.

A consequência imediata da eleição do 20D foi virar de ponta cabeça o sistema representativo espanhol, uma vez que nenhuma força política chegou perto de conquistar maioria. Diante da tentativa de compor um grande bloco de governabilidade, aos moldes de uma Große Koalition, à moda alemã, já desponta a proposta de tomar a conjuntura pelo avesso, do ponto de vista das lutas, para fomentar um pacto pela ingovernabilidade, a fim de explorar as contradições, brechas e medos do poder constituído, nacional e europeu^[16]. Impedir, assim, a restauração da troika nos termos de um “extremismo de centro”, uma tarefa que Podemos bem poderá assumir se não cair na tentação de aliar-se a velhas forças políticas e suas agendas. Seu êxito provavelmente dependerá, como indicam o 24M e a *remontada* do 20D, do aprofundamento das tendências confluencistas, municipalistas e plurinacionais, em suma, do devir-15M do Podemos.

Bruno Cava (Rio de Janeiro) e Sandra Arencón Beltrán (Sevilha) são organizadores de *Podemos* e *Syriza*; *experimentações políticas e democracia no século 21* (AnnaBlume, 2015). Os dois participam da rede Universidade Nômade.

NOTAS

[1] https://www.youtube.com/watch?v=_38NtXXDR0Y

[2] <https://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk>

[3] “Diez claves de la #ManuelaManía”, Bernardo Gutiérrez, <http://www.yorokobu.es/diez-claves-manuelamania/>. Em português: <http://uninomade.net/tenda/dez-pontos-chave-da-inovacao-de-manuelamania/>

[4] “O Podemos entre multidão e hegemonia; Negri ou Laclau?”, Bruno Cava, In “Podemos e Syriza; experimentações políticas e democracia no século 21”,

São Paulo: AnnaBlume, 2015. p. 123-132. Em espanhol: <http://anarquiacoronada.blogspot.com.br/2015/03/podemos-entre-hegemonia-y-multitud.html>

[5] Para a contextualização do caso espanhol na crise do capitalismo global e no ciclo global de lutas, “Da crise capitalista à reivenção da democracia na Espanha e na Grécia”, Bruno Cava e Sandra Arencón Beltrán, In “Podemos e Syriza”, op. cit. p. 7-38.

[6] “Piu di Podemos, vince il modello Barcellona”, Loris Caruso, <http://ilmanifesto.info/piu-di-podemos-vince-il-modello-barcellona/>

[7] “O municipalismo do Barcelona em Comum”, Alexandre Mendes, <http://uninomade.net/tenda/o-municipalismo-do-barcelona-em-comum/>

[8] “Ada Colau e Manuela Carmena: a indignação ao poder”, Bruno Cava, <http://www.quadradosloucos.com.br/5018/ada-colau-e-manuela-carmena-a-indignacao-no-poder/>

[9] Le elezioni spagnole le ha vinte Ada Colau”, Luca Cafagna, <http://www.dinamopress.it/news/le-elezioni-spagnole-le-ha-vinte-ada-colau>

[10] “La remontada di Podemos: la sfida della radicalità democratica e plurinazionale”, Andrea Moresco, <http://www.euronomade.info/?p=6396>

[11] <https://www.youtube.com/watch?v=dCrhmW2LRSI>

[12] “Un problema con la ilusión”, Alberto Manconi, <http://www.euronomade.info/?p=5794>

[13] “Elecciones en España: los efectos de 15M, nuevas formas de pensar el poder”, entrevista com Amador Fernández-Savater, <http://anarquiacoronada.blogspot.com.br/2015/12/elecciones-en-espana-los-efectos-de-15m.html>

[14] “Podemos, Sudamérica, y la república plurinacional de España”, Salvador Schavelzon, <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=195069>. Em português, In “Podemos e Syriza”, op. cit., p. 91-115, e também: <http://uninomade.net/tenda/podemos-america-sul-e-republica-plurinacional/>

[15] “Podemos y Latinoamérica, historia de un desacuerdo”, Bruno Cava e Salvador Schavelzon, <http://anarquiacoronada.blogspot.com.br/2015/08/podemos-y-latinoamerica-historia-de-un.html?view=classic>

[16] “Una politica dell'autonomia per andare oltre l'ingovernabilità”, entrevista com Raul Sánchez Cedillo, http://www.globalproject.info/it/in_movimento/una-politica-dellautonomia-per-andare-oltre-lingovernabilita-intervista-a-raul-sanchez-cedillo/19753

- Publicado em 29 de dezembro de 2015 por Bruno Cava/Sandra Beltrán na categoria [Tenda](#), [Destaque](#).

POR QUÉ APOYO A PODEMOS

<http://blogs.publico.es/vicenc-navarro/2015/05/20/por-que-apoyo-a-podemos/>

Vicenç Navarro 20 may 2015

Catedrático de Ciencias Políticas y Políticas Públicas. Universidad Pompeu Fabra, y ex Catedrático de Economía Aplicada. Universidad de Barcelona

Este domingo habrá elecciones a lo largo del territorio español, las cuales pueden tener un gran impacto en el bienestar y calidad de vida de la ciudadanía, y muy en especial de las clases populares de este país. Podría ser el inicio de un cambio profundo que la enormemente limitada democracia española necesita urgentemente. De ahí que el lector me permitirá que escriba una nota personal para explicar por qué me siento en la necesidad de escribir este artículo y de explicitar mi apoyo a una formación política.

Procedo de una familia republicana, represaliada por la dictadura, habiendo participado en la resistencia antifascista, primero dentro y, más tarde, fuera de España, cuando inicié mi exilio en 1962, que terminó al integrarme de nuevo en la vida académica de este país, tras trabajar en Suecia, Reino Unido y EEUU. Una de las impresiones más negativas que saqué cuando volví del exilio fue la percepción generalizada, promovida por el establishment político-mediático del país, de que el Estado español había vivido una Transición, presentada como modélica, de una dictadura ultraderechista a una democracia que se consideraba homologable a cualquier otra democracia europea. Escribí un libro, *Bienestar insuficiente, democracia incompleta. De lo que no se habla en nuestro país*, en el que critiqué esta versión idealizada de la Transición, libro que originó una gran animosidad por parte de los diseñadores de la sabiduría convencional del país, reproducida en los grandes medios de información y persuasión, principales promotores de la supuesta ejemplaridad de la Transición. Tal libro causó la pérdida de la amistad de algunos protagonistas de la Transición (que conocía del tiempo de la clandestinidad), que se sintieron molestos, lo cual lamenté profundamente.

En realidad, mi crítica no era, en aquel momento, hacia cómo se había hecho la Transición, pues era probable que no hubiera habido otra manera de hacerla. Pero lo que criticaba era la definición que habían hecho de aquel proceso, presentándolo como modélico, cuando era obvio que no lo había sido, puesto que era resultado de un proceso enormemente desequilibrado, en el que en un lado estaban las derechas, controlando todos los aparatos del Estado y los mayores medios de información, y en el otro lado las izquierdas, que habían liderado las fuerzas democráticas y que acababan de salir de la clandestinidad, o de la cárcel o de volver del exilio. Es imposible que el producto de dicho desequilibrio fuera un proceso modélico, que determinara un producto ejemplar. En mi libro documenté las enormes limitaciones de la democracia española, y las grandes insuficiencias de su Estado del Bienestar, uno de los más

retrasados de Europa, todo ello resultado del enorme dominio de las derechas en el proceso de Transición.

Ni que decir tiene que ocurrieron cambios sustanciales en la época democrática (estimulados primordialmente por las izquierdas gobernantes), sobre todo en las áreas sociales. Pero, sin minusvalorar su importancia, todos ellos tuvieron lugar dentro de un Estado controlado primordialmente por las derechas, que se abrió para integrar a la socialdemocracia española, afianzando un bipartidismo gracias a una ley electoral muy sesgada en contra de las izquierdas no gobernantes. El carácter escasamente democrático de este Estado bipartidista, altamente influenciado por intereses financieros y económicos, ha aparecido con plena claridad en el momento de mayor crisis financiera y económica que este país haya visto desde hace cuarenta años, crisis que ha mostrado con toda crudeza los mayores defectos del sistema democrático resultado de la Transición inmodélica, muy bien definidos por el mayor movimiento pro democracia que España haya tenido en los últimos años. Me estoy refiriendo al movimiento 15-M. Sus eslóganes “no nos representan”, “lo llaman democracia pero no lo es” o “no hay pan para tanto chorizo” llegaron a ser altamente populares, y muy en especial entre las clases populares. Saludé con gran alegría el surgimiento de dicho movimiento y me honra el haber colaborado activamente con él.

La gran esperanza creada por el 15-M

La dureza de las políticas públicas de austeridad llevadas a cabo por el establishment político (y promovidas por el establishment mediático), instrumentalizado por los establishments financieros y económicos, era justificada bajo el argumento de que no había otras políticas alternativas posibles. Este mensaje se repetía machaconamente en los medios mil veces al día. Pero sí que había alternativas. Juan Torres (y su discípulo Alberto Garzón) y yo, escribimos el libro *Hay alternativas. Propuestas para crear empleo y bienestar social en España*, mostrando con datos que sí que había alternativas. El Sr. Zapatero habría conseguido más dinero manteniendo el impuesto de patrimonio (2.100 millones de euros) o revirtiendo las rebajas del impuesto de sucesiones (2.552 millones), que congelandolas pensiones (1.200 millones), como hizo. Y más tarde, el Sr. Rajoy habría conseguido casi el mismo dinero (5.300 millones de euros) revirtiendo la bajada del impuesto de sociedades de las grandes empresas que facturan más de 150 millones de euros al año (que representan el 0,12% de todas las empresas) que recortando 6.000 millones de la sanidad pública española.

Me alegró enormemente ver que el 15-M cogió nuestro libro como su punto de referencia, mostrándolo en sus manifestaciones. Tengo en mi despacho enmarcada una fotografía que apareció en *El País* en la que aparecen manifestantes del 15-M en la Puerta del Sol en Madrid enarbolando nuestro libro *Hay alternativas*. Fue el 15-M el que claramente mostró en España la farsa de que no había alternativas. Las políticas del Estado reflejaban la influencia ejercida sobre él por los grupos más poderosos del país. De ahí la necesidad de que se pasara de las protestas a las propuestas, exigiendo la democratización del escasamente democrático Estado español. La demanda

de una democracia real era y continúa siendo revolucionaria y profundamente subversiva, amenazante para un estamento que se perpetúa en el poder argumentando que están allí arriba, gozando de sus privilegios, como resultado de un proceso supuestamente democrático. Mostrar la falsedad de tales premisas era profundamente amenazante. Y la respuesta unánime del establishment financiero, económico y de su estamento político-mediático fue la de una enorme hostilidad y represión.

Ello se ha acentuado todavía más con la aparición de un movimiento político de claro rechazo hacia este establishment (definido como casta), que ha sido canalizado por un nuevo partido, Podemos. Este movimiento de rechazo, no es solo hacia las políticas de austeridad, sino también hacia este Estado, fruto de la Transición inmodélica, rechazo consecuencia de su limitadísima democracia. Este rechazo alarmó al establishment financiero, económico, político y mediático del país, alcanzando su máxima hostilidad al aparecer propuestas que claramente amenazaban la reproducción de su poder. El hecho de que en poco más de un año este movimiento haya alcanzado la extensión y profundidad que tiene ahora es un ejemplo de este enorme rechazo popular, el cual se canaliza, de momento, a través del partido Podemos. Es de desear que tal partido esté a la altura del momento histórico que vivimos. Que haya otras fuerzas políticas –como IU- que hayan realizado una labor muy positiva, es de justicia señalarlo y aplaudirlo, y deseo con toda intensidad que crezcan y se sumen a este movimiento general que IU tanto ha hecho para generar su aparición.

Pero es obvio que el partido que hoy canaliza mayor hostilidad por parte de la estructura de poder es Podemos. Como bien indicó el banquero de España, el Sr. Botín, veía a Podemos como un peligro para su España. El nivel de agresividad ha sido y continúa siendo enorme. He vivido en muchos países y nunca había visto tanta agresividad contra un partido político. Hoy, Podemos es percibido no como el adversario, sino como el enemigo número uno de los establecimientos financieros, económicos, políticos y mediáticos, al cual hay que destruir, sin ningún freno para alcanzar este objetivo. He sufrido en carne propia tal hostilidad. Presentándome como el gurú económico de Podemos (junto con el Profesor Juan Torres), he recibido una enorme agresividad sin paralelo en los otros países donde he vivido y asesorado a partidos progresistas. En esta hostilidad, todas las derechas en España, incluyendo Catalunya, han manipulado y mentido a diestro y siniestro, indicando que Podemos quiere traer a España el modelo venezolano. PP, Ciudadanos, CDC y Unió Democrática, todos ellos repiten diariamente que Podemos traerá la revolución venezolana al país, sabiendo que están mintiendo, pues cualquier observador mínimamente objetivo puede ver que las propuestas que tal partido ha estado haciendo son de clara sensibilidad socialdemócrata, iguales que las que hacían los partidos que se autodefinen como tales, antes de que se convirtieran al liberalismo.

¿Dónde está la moderación?

Esta es una nueva crítica (un tanto sorprendente, pues de ser cierto, el establishment económico-político debería celebrarlo, cuando parece ser todo lo

contrario) facilitada por declaraciones malinterpretadas de algunos de sus dirigentes. Tal acusación es que Podemos se está moderando, lo cual parecería indicar que antes eran muy radicales y ahora lo son menos. Veamos, pues, este antes y después.

El primer programa económico que Podemos distribuyó fue el escrito por el Profesor Juan Torres y yo, titulado *Democratizar la economía para salir de la crisis mejorando la equidad, el bienestar y la calidad de vida. Una propuesta de debate para solucionar los problemas de la economía española*, distribuido por Podemos bajo el título “Un proyecto económico para la gente”. En él, el profesor Juan Torres y yo sugeríamos las líneas generales de una estrategia económica de cambio, con muchas propuestas, documento que inició un debate dentro de Podemos. El segundo documento económico presentado por Podemos es el preparado para las elecciones municipales y autonómicas, cuyas recomendaciones encajan perfectamente con aquel documento anterior. ¿Dónde está la moderación? No son ni más radicales ni más moderadas. Son, ni más ni menos, que el sentido común aplicado al desarrollo de políticas progresistas que conjuguen equidad con eficiencia económica. Sus propuestas se han aplicado exitosamente en otros países. Que se consideren “extremistas” por la derecha española habla más del profundo conservadurismo de las derechas y del nuevo “modernizado” socialismo, que de Podemos.

Si, por otra parte, moderación se entiende que ha ocurrido en el cambio de su programa en las elecciones europeas, en comparación con el desarrollado para las elecciones españolas, se olvida maliciosamente que unas propuestas para Europa pueden ser distintas –ni más radicales, ni más moderadas- que las propuestas para España. España está mucho más retrasada que el promedio de la UE, y, por lo tanto, las propuestas para España pueden ser diferentes que si se hacen para Europa. ¿Dónde está, de nuevo, la moderación? Las propuestas de Podemos son reformistas, y en su desarrollo empoderarían enormemente a las clases populares, permitiéndoles exigir más y más, lo que permitiría una democratización profunda de todas las esferas de la sociedad, incluyendo las económicas.

Soy consciente de la crítica procedente de fuerzas que se autodefinen como revolucionarias, las cuales, estancadas en su visión de que el cambio ocurrirá con la toma del Palacio de Invierno el año A, día D, hora H, no se dan cuenta de que el proyecto de alcanzar una sociedad en la que “a cada uno según su necesidad, de cada uno según su habilidad” se construye o destruye cada día, empoderando o debilitando a las clases populares en su camino hacia una sociedad más justa y más democrática.

Desdeñar el Estado del Bienestar como una trampa para cooptar a la clase trabajadora y/o humanizar al capitalismo (u otras frivolidades por el estilo), ignora que cada conquista social ha sido resultado de una enorme lucha, con sangre, sudor y lágrimas, para ir acumulando derechos que refuerzan a esas clases populares. En realidad, las políticas neoliberales tienen como objetivo debilitar a las clases populares, diluyendo, cuando no eliminando, tales conquistas sociales. En muchas ocasiones el discurso fundamentalista está

haciendo el juego al mundo de la gran patronal. Lo que hoy España necesita es que la población se empodere para poder alcanzar el bienestar que se merece.

Una última observación. El apoyo a Podemos no puede ni debe ser excluyente. De ahí que apoye la confluencia de Podemos en Barcelona con otras fuerzas políticas en una coalición (Barcelona en Comú) que ha significado un terremoto político en tal ciudad. Aplaudo la confluencia que, espero, termine con uno de los problemas mayores que han tenido las fuerzas progresistas en España: su atomización. De ahí que sean necesarias estas alianzas, dentro de un programa suficientemente ambicioso, para movilizar a las clases populares. Ello requiere una cultura contestataria, profundamente democrática y solidaria en su vocación, que Podemos ha iniciado, y que ha radicalizado la vida política del país. Esta es, pues, la razón por la cual yo apoyaré este domingo a Podemos.

O Podemos e o senso comum

ESPAÑA - Terça, 26 de maio de

2015 <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/542965-o-podemos-e-o-senso-comum>

"No processo destituinte iniciado na **Espanha** anos atrás, o **Podemos** aparece como grande protagonista, recolhendo muitas das demandas da população, abrindo de fato um trânsito constituinte em busca de outro pacto social que não exclua a maioria social."

A análise é do economista **Alfredo Serrano Mancilla** e publicada por **Página/12**, 22-05-2015. A tradução é de **André Langer**.

Eis o artigo.

Afirmar que esta ou aquela coisa é do senso comum é muito comum em nossa vida cotidiana. Esta expressão é utilizada cada vez que se considera que algo é indiscutível. **Gramsci** afirmava que as crenças populares, essa "filosofia dos não filósofos", constituíam este senso comum. E como se forma e se disputa? O papel da religião dominante e dos meios de comunicação é concludente neste assunto.

Há mais de uma década, quando a taxa de desemprego na **Espanha** estava abaixo dos 10% ou quando a maioria tinha uma vida mais confortável, economicamente falando, seguramente o senso comum era mais conformista que o atual. O desemprego, a precariedade e as dificuldades para se chegar ao final do mês passam a fatura ao novo senso comum. Se há alguns anos as pessoas acreditavam que a economia ia bem, hoje, na **Espanha**, a maioria pensa que a economia vai mal. 84% dos espanhóis pensam que a situação econômica do país atualmente é ruim; 58% dão como certo que o desemprego não vai diminuir tão rapidamente. Os slogans "brotos verdes" ou "luz no fim do túnel" são infrutíferos para convencer a maioria de que tudo vai melhorar. O novo senso comum no campo econômico, na Espanha, depois de tanta crise econômica, não é de longe aquele de anos atrás.

Após muitos anos em que o bipartidarismo e toda a sua maquinaria midiática acreditaram que era possível encapsular o senso comum à sua vontade, hoje se dão conta de que esta tarefa é tão impossível quanto colocar atrás das

grades o que pensa cada cidadão em contexto de crise. Apesar das tentativas para nos explicar que um desalojamento é um mal necessário para salvar os bancos, de nos convencer de que a lei do mercado justifica que uma pessoa não possa pagar a luz, de nos persuadir de que a saúde e a educação devem ter um orçamento menor, apesar de todas estas tentativas, o povo espanhol considerou que este senso comum já faz parte do passado.

Diante disso, o **Podemos** é a opção política na **Espanha** que melhor entendeu e assumiu esta tese nos últimos meses. O **Podemos** soube interpretar esse novo senso comum situando-o como centralidade da sua promessa:

- 1) os direitos sociais não são moeda de troca com nenhum credor internacional;
- 2) uma política de tolerância zero contra a fraude e a corrupção;
- 3) uma política tributária arrecadadora com justiça social;
- 4) recuperação da soberania nos setores estratégicos;
- 5) nova política de emprego com salário digno;
- 6) proibição nas portas giratórias do público ao privado;
- 7) uma nova política produtiva com maior presença das pequenas e médias empresas;
- 8) um sistema financeiro que limite suas atividades especulativas e se dedique a canalizar crédito a favor da economia real.

No processo destituinte iniciado na **Espanha** anos atrás, o **Podemos** aparece como grande protagonista, recolhendo muitas das demandas da população, abrindo de fato um trânsito constituinte em busca de outro pacto social que não exclua a maioria social. Isto forçou o resto das forças políticas a responder com novos relatos, procurando subir no carro do novo senso comum. E o bipartidarismo prometendo o mesmo, apesar das suas velhas promessas descumpridas. Enquanto o **Partido Popular** é incapaz de renovar sua cúpula, o **PSOE** opta por uma nova cara, **Pedro Sánchez**, muito “à moda **Peña Nieto**”, para buscar uma imagem diferente. A isso se somou a emergência do **Ciudadanos**, a nova direita, com seu **Plano Renova** lampedusiano, trazendo consigo a ideia da “política da boa onda”: “Caso não gostar destes princípios, tenho outros”.

Ainda resta saber qual será o destino desta disputa por ser o mais fiel representante deste novo senso comum constituinte na **Espanha**. Disso dependerá o vencedor das próximas eleições presidenciais. Está por ver nessa confrontação política entre uns e outros por erigir-se no melhor interpretando o novo senso comum da maioria da população espanhola. O **Podemos**, até o momento, veio se colocando à frente desta tarefa. Mas o bloco dominante não fica de braços cruzados diante da possibilidade da emergência desta alternativa política capaz de arrebatar-lhe seu próprio campo político e econômico, até o momento ainda hegemônico.

Após meses com uma intensa campanha do medo contra o **Podemos**, esta parece ter tido seus frutos não tanto na cidadania, mas antes na forma como o **Podemos** rearmou sua entrada em cena, sua formação discursiva e suas

linhas chaves de sua proposta econômica. Tomara que isto se deva à busca de aproximar-se o mais que possa do verdadeiro senso comum da sociedade espanhola atual. O resultado desta equação político-eleitoral dependerá em grande medida justamente de como o **Podemos** vai continuar colado fielmente ao novo senso comum emergente empurrando-o/reorientando-o na medida do possível, com capacidade de continuar construindo o espírito de ruptura necessário para avançar em um projeto de emancipação.

PARA LER MAIS:

- [26/05/2015 - A vitória do Podemos e a expectativa de um efeito dominó contra a austeridade. Entrevista especial com Rudá Ricci](#)
- [26/05/2015 - O Podemos e os enigmas que vêm do Sul](#)
- [26/05/2015 - Eleições em Barcelona e Madri marcam a virada política na Espanha. As duas prováveis prefeitas eleitas são herdeiras de movimentos sociais](#)
- [26/05/2015 - 'Movimentos sociais foram fundamentais para derrota da direita na Espanha', diz professora](#)
- [26/05/2015 - Duas mulheres que podem mudar o mapa político da Espanha](#)
- [25/05/2015 - O colapso da direita cede poder territorial à esquerda na Espanha](#)
- [21/05/2015 - Iglesias: Hegemonia, Gramsci e eleições na Espanha](#)
- [11/05/2015 - Podemos ou não podemos? A propósito do caso Monedero](#)
- [04/05/2015 - Podemos ou não podemos?](#)
- [13/03/2015 - Os limites do Podemos](#)
- [09/03/2015 - "A América-Latina mostrou que o neoliberalismo não é invencível". Entrevista com o filósofo Carlos Fernández Liria, do Podemos](#)
- [26/02/2015 - O Podemos entre hegemonia e multidão: Laclau ou Negri](#)

Nouriel Roubini: a Espanha no beco sem saída

Outras Palavras - 2012

Roubini: "Podemos esperar que Espanha peça o resgate dentro de algumas semanas"

Do Jornal de Negócios

"Vejo uma economia em recessão severa, que está a agudizar-se", sublinhou hoje o economista Nouriel Roubini, a propósito de Espanha.

"Espanha tem de prosseguir com a consolidação orçamental, porque assim o exigem os seus compromissos com a União Europeia. Apesar de a meta do défice ter sido flexibilizada para este ano, de 5,3% para 6,3% do PIB, vai ser complicado alcançá-la e ainda mais os 4,5% do ano que vem e os 3% do ano a seguir". É esta a visão de Roubini, em entrevista ao "El País" na semana em que passou discretamente por Espanha, onde manteve reuniões com banqueiros, membros do governo, economistas e outros profissionais para conhecer melhor a situação da economia do país.

Na opinião de Roubini, "agora que as incertezas sobre o que iria fazer o BCE e sobre a posição do Tribunal Constitucional alemão se dissiparam, as razões do

governo espanhol para atrasar uma decisão [de pedido de ajuda] desapareceram e podemos esperar que, nas próximas semanas, Espanha inicie o processo de negociação para o resgate".

Mas o economista não se refere a um resgate total. Refere-se, sim, "ao programa de condições para a compra de obrigações, mas sem financiamento do FMI". "Assim, os fundos de estabilidade financeira – primeiro o FEEF e depois o MEE – poderão comprar obrigações no mercado primário e no secundário, e o BCE também poderá intervir".

"De qualquer das formas", acrescenta o professor de Economia na Stern School of Business, da Universidade de Nova Iorque, "creio que Espanha vai iniciar este processo de forma discreta para evitar que toda a gente esteja pendente das negociações e para evitar criar tensão nos mercados e nos investidores durante as cinco ou seis semanas que durar essa luta pelas condições".

Questionado sobre se a actual acalmia dos mercados – o prémio de risco tem estado sob menos pressão e a bolsa madrilena tem tido um melhor desempenho – pode levar o governo espanhol a recuar num pedido de resgate, Roubini é peremptório: "acho que o governo vai pedi-lo, de qualquer das formas".

"Há quem diga que deveria fazê-lo já, porque há elevados vencimentos de dívida em Outubro, mas também é um mês de fortes receitas e Espanha tem ainda acesso aos mercados, pelo que o governo diz que não terá problemas em fazer frente a essa factura", acrescentou.

Na sua opinião, os 100.000 milhões atribuídos ao sector bancário – recorde-se que no passado dia 9 de Junho o Eurogrupo anunciou que poria à disposição de Espanha uma linha de crédito até 100.000 milhões de euros para ajudar a recapitalizar o sector financeiro do país – em princípio serão suficientes. "Representa quase 10% do PIB espanhol e até mesmo o governo diz que não será necessário utilizar todo o dinheiro disponível. Ser ou não suficiente dependerá do que suceda com a economia, se a queda se prolongará e se acelerará. Mas esse não é o meu cenário de base. Creio que a economia continuará em recessão e isso levará as perdas do sector para perto de 100.000 milhões, que é algo mais do que os 60.000 milhões previstos pelo governo".

"Vejo a saída da Grécia do euro no próximo ano, por esta altura"

Relativamente ao risco de desmoronamento do euro, para o qual Roubini tem alertado, o economista diz que não sabe se é elevado, mas que vê a saída da Grécia do euro no próximo ano, por esta altura. "Talvez se o fizer com alguns dos países mais pequenos e actualmente em dificuldades, isso seja exequível. Mas os elefantes na sala são Itália e Espanha", salienta o economista, que é chamado de "Profeta da Desgraça".

No seu entender, Itália parece estar em melhor situação do que Espanha, se bem que o nível de dívida face ao PIB seja muito maior e se bem que tenha um problema, desde há mais de 10 anos, de baixa produtividade e crescimento. "Assim, Itália tem problemas estruturais mais profundos em termos de competitividade, pelo que não me atreveria a dizer qual dos dois está pior".

"Aconteça o que acontecer, será em câmara lenta. Não vejo que em seis meses o euro colapse ou tenha uma recuperação imediata. Mas ambas as situações podem ocorrer", disse.

“Digamos que antes do Verão via uma probabilidade de ruptura do euro de 50% e agora talvez de 40%. Mas prevejo dificuldades severas em muitos destes países, dificuldades financeiras e muitas limitações políticas”, acrescentou.

Recorda-se que Roubini previu a bolha nos preços das casas nos EUA antes do pico neste mercado em 2006. Mas as suas previsões nem sempre foram certeiras, como sublinhou recentemente a Bloomberg, lembrando que quando o índice S&P 500 caiu para um mínimo de 12 anos a 9 de Março de 2009, Roubini disse que provavelmente o índice cairia para 600 pontos ou menos até ao final do ano. Em vez disso, o Standard & Poor's 500 ganhou 65% no resto de 2009.

L

Recesión sin freno 2012

EDITORIAL

Reducir el coste de financiación de la deuda es la primera condición para reactivar la economía

El País 28 JUN 2012 - 00:04 CET

http://elpais.com/elpais/2012/06/27/opinion/1340824374_077152.html

Las tensiones sobre la deuda y la pugna en las instituciones europeas entre los partidarios del ajuste ortodoxo radical (Alemania y países como Holanda y Finlandia) y los Gobiernos que defienden políticas más flexibles han relegado a un segundo plano la situación recesiva que sufre la economía española. El Banco de España advirtió ayer que durante el segundo trimestre de este año la contracción del PIB será más profunda que la registrada en el primer trimestre (0,3%), porque el consumo privado, el de las grandes empresas, las ventas del comercio minorista y las matriculaciones de vehículos siguen en descenso sin que aparezcan factores de reactivación.

Es fácil diagnosticar que la recesión no ha tocado fondo durante el segundo trimestre; incluso puede agravarse por los devastadores efectos secundarios de la crisis bancaria, como la obstrucción del crédito, entre entidades y desde la banca a las empresas, la salida de capitales o la aversión al riesgo. Los temores del Banco de España dibujan un empeoramiento que empujará el desempleo hasta niveles social y presupuestariamente insostenibles. Los remedios directos para generar actividad no son aplicables por la falta de recursos públicos. Así pues, se impone dar un rodeo cuyo trazado, por desgracia, no está definido con precisión.

El camino obligado implica necesariamente reducir de forma rápida la prima de riesgo, bajar el coste de financiación del Tesoro, recuperar la solvencia de la deuda y confiar en que durante 2013 se liberarán recursos públicos, procedentes de fondos europeos o de mejoras en los ingresos internos, que permitan iniciar una modesta reactivación. Las opciones disminuyen con rapidez, porque, como recuerda el Banco de España, las exportaciones reales siguieron cayendo en abril.

Sin un coste razonable de financiación de la deuda, por debajo de los 200 puntos básicos de diferencial con Alemania, la economía carece de las condiciones básicas de recuperación. Otra razón para que la cumbre europea distinga entre lo urgente (enfriar la tensión de los mercados, aumentar la liquidez, recapitalizar la banca sin una carga añadida en la deuda), en cuyo ámbito desempeña un papel decisivo el BCE, y los planes estructurales a

medio plazo, como la unión bancaria y fiscal. El país puede entrar en quiebra si se condicionan los remedios inmediatos al diseño de la estructura europea del futuro.

[RESCATE A ESPAÑA »](#)

España pide un rescate de hasta 100.000 millones para la banca

El Eurogrupo exige condiciones para los bancos y limitará la soberanía fiscal

Madrid capitula ante Berlín, el BCE, Bruselas, el FMI y Washington

Las ayudas se darán a través del fondo de rescate a tipos en torno al 3%

- **Comunicado del Eurogrupo: "Se vigilará de cerca a España"**

- **Consulta el Especial sobre la crisis de deuda del euro**

[Claudi Pérez / Luis Doncel](#) Bruselas 10 JUN 2012 - 00:38 CET 7359

http://economia.elpais.com/economia/2012/06/09/actualidad/1339230670_176850.html



Guindos conversa con el presidente del Eurogrupo, Jean-Claude Juncker. / EFE

[Recomendar en Facebook](#) 36.042

[Twittear](#) 4.416

Habrá vigilancia aún más estrecha y periódica. [Vendrán los hombres de negro](#). La Gran [Recesión](#), la crisis más profunda y prolongada del capitalismo en las últimas décadas, dejará profundas secuelas a su paso por España, que se convierte en la última frontera de la crisis existencial del euro. Cayó Grecia. Cayeron Irlanda y Portugal. Y arrastrada a cámara lenta por una banca que financió la madre de todas las burbujas inmobiliarias, cae España: el Gobierno de Mariano Rajoy, con [el presidente desaparecido ayer](#), mostró su disposición a pedir el tantas y tantas veces negado rescate de los socios europeos para tapiar el agujero incontenible del sistema financiero.

MÁS INFORMACIÓN

- [España camina hacia el rescate bancario](#)
 - [Cómo hemos llegado hasta aquí, por JOAQUÍN ESTEFANÍA](#)
- [Juncker reclama una "rápida" solución para la crisis de la banca española](#)
 - [El FMI adelanta el informe que aboca a España al rescate bancario](#)

- [¿Cómo funciona el rescate europeo para el sector financiero?](#)
- [El comunicado íntegro del Eurogrupo](#)

Madrid recibirá hasta 100.000 millones de euros, el 10% de la riqueza que produce España en un año, en una línea de crédito destinada exclusivamente a los bancos. El Ejecutivo capitula así ante las fuertes presiones internacionales, ante el temor a que la banca española, la política griega o el pánico en los mercados detonen una espiral de estampidas bancarias e impagos de países que deriven en una depresión causada por un accidente financiero. Europa trata de poner un dique de contención en España. La respuesta de los mercados llegará tan pronto como mañana.

No hay comidas gratis: las ayudas europeas (a través del fondo de rescate temporal o del permanente) [son en realidad préstamos para recapitalizar el sistema financiero](#), que el Tesoro deberá devolver religiosamente, a tocateja. Una vez más, el Estado sale al rescate de la banca. Eso sí, se trata de créditos blandos, en condiciones mucho mejores que las de mercado: en torno al 3%, según fuentes conocedoras de las negociaciones entre España y sus socios europeos. Frente a ese 3%, el Tesoro paga actualmente intereses de más del 6% por la deuda a 10 años. A cambio de los tipos subvencionados, España cederá soberanía sobre su sistema financiero, pero también perderá soberanía fiscal, en contra de lo que explicó ayer el Gobierno.

El ministro de Economía, Luis de Guindos, aseguró tajantemente que [la única condicionalidad será para los bancos que requieran ayudas](#). “No habrá ningún tipo de condiciones macroeconómicas o fiscales”, dijo en varias ocasiones en una rueda de prensa multitudinaria, informa Amanda Mars. Pero el Eurogrupo le enmendó la plana: junto a las alabanzas hacia los esfuerzos españoles por abordar sus variados y agudos desequilibrios, el comunicado de los ministros de Finanzas de la zona euro deja claro lo contrario. Europa supervisará con mano de hierro que Madrid continúe por el camino de la consolidación fiscal, las reformas estructurales y del mercado de trabajo. “Revisaremos de cerca y regularmente los progresos en estas áreas, en paralelo con la asistencia financiera”, según el texto.

Vigilancia de Bruselas

En esas revisiones están implícitas las visitas de los hombres de negro citados por el ministro Cristóbal Montoro: misiones de funcionarios de la Comisión, del FMI e incluso del BCE en las que se estrechará la vigilancia sobre España. Se reduce así hasta prácticamente cero el margen del Gobierno para desviarse de las directrices que lleguen de Bruselas. Y las últimas recomendaciones son claras como el agua: embrigar el gasto de las comunidades autónomas, elevar el IVA, acelerar la reforma de las pensiones y endurecer todavía un poco más la reforma laboral, entre otros aspectos. El crédito a España, como en el caso de Grecia, Portugal e Irlanda, se concede a plazos: si se incumplen las condiciones, Bruselas cierra el grifo.

El Gobierno de Zapatero negó la crisis; el de Rajoy niega que la petición de España sea un rescate con condiciones. El Ejecutivo insistió ayer en evitar a

toda costa esos dos términos: rescate y condicionalidad. En uno y otro caso se trata de un ejercicio completamente inútil: la palabra “condicionalidad” aparece en ese texto que marcará la política económica —y muy probablemente, el futuro del propio Gobierno— en los próximos años. En el caso de la banca será aún más evidente que en el ámbito fiscal: Europa exige que las entidades que necesiten ayudas activen “los planes de reestructuración de acuerdo con las reglas de las ayudas de la UE y los reformas horizontales del sector”.

En plata: venderán oficinas, recortarán personal, se desharán de activos y participaciones empresariales, despedirán a equipos gestores (como ha ocurrido en el caso de Bankia con Rodrigo Rato), pondrán en marcha nuevas fusiones o incluso podrían verse, en último caso, liquidaciones de alguna entidad. El último jarro de agua fría llega por [la intervención del Fondo Monetario Internacional](#) (FMI), a la que el Gobierno se oponía para ahuyentar el riesgo de quedar estigmatizado. Este organismo no será un prestamista más, como lo fue en los casos de Atenas, Lisboa y Dublín, pero sí apoyará y supervisará a las entidades con informes periódicos.

Estrechar el cerco

Bruselas, el Banco Central Europeo, el FMI e incluso el Gobierno de Barack Obama se han encargado en los últimos días de estrechar el cerco para que España pida ayuda. Pero Berlín es la clave de bóveda de toda la jugada. Las presiones alemanas para que el Gobierno de Rajoy recurra al fondo europeo tuvieron su punto álgido el miércoles, cuando el Ministerio de Hacienda germano se mostró favorable a que la intervención se limite al sector financiero. Esta intervención “suave”, concedían, estará sujeta a las normas especiales para rescates bancarios y tendrá así un calado menor que los programas de Grecia, Irlanda y Portugal. El viernes, diversas agencias internacionales citaban fuentes europeas para anunciar la conferencia telefónica celebrada por el Eurogrupo. La agencia británica Reuters se refirió a una fuente “del Gobierno alemán”, que oficialmente se ha mantenido cauteloso durante los dos días. Ayer, el ministro Wolfgang Schäuble dispuso cualquier duda acerca de quién ha ejercido presiones: “Hemos instado a España a que tome decisiones”, informa Juan Gómez.

El nerviosismo en las grandes capitales se explica por [la proximidad de las elecciones griegas](#), en las que la posible victoria de la plataforma izquierdista Syriza podría acarrear la supresión de los programas de austeridad y, con ellos, de los pagos de los próximos tramos del rescate a Atenas. Si esto sucede, podrían precipitarse los acontecimientos. Ni siquiera una fractura del euro puede descartarse. En esas condiciones, el contagio podría arrollar a España y a otros países como Italia. De ahí el apremio para que España apuntale sus bancos con dinero público europeo.

La petición de rescate fue la habitual ceremonia de la confusión: Bruselas viene a decir que es España quien lo ha pedido, y Madrid asegura que es la UE quien ha puesto ese dinero a su disposición. En cualquier caso, el mero anuncio de esa línea de crédito de 100.000 millones —que concede un margen considerable frente a las necesidades de unos 40.000 millones para la banca,

según la primera estimación del FMI— puede dar algo de aire al Gobierno ante unas semanas complicadas, según fuentes financieras. Al efecto de las elecciones griegas se sumarán en el plazo de unos días las futuras evaluaciones del sistema bancario. “España debe tener un cheque preparado en cuanto esas cifras se conozcan”, explicaron fuentes diplomáticas.

Pendientes del mercado

Al Ejecutivo le quedan días duros por delante, en los que deberá convencer a los mercados y a los ciudadanos de que el acuerdo es tan positivo como ayer vendía el titular de Economía. Guindos se esforzó en recalcar por activa y por pasiva que lo acordado por el Eurogrupo no constituye un rescate, sino un préstamo “en condiciones muy favorables” que tendrá efectos positivos en la economía, porque reforzará a la banca y reactivará el crédito a empresas y familias. Vaticinó que supondrá un bálsamo para los mercados. Y justificó la ausencia de Rajoy: “Yo soy el miembro del Eurogrupo; el presidente del Gobierno no lo es”.

Pero no consiguió disipar algunas dudas acerca de las secuelas de esa decisión fundamental para el devenir de España. El rescate español es diferente, pero las tres experiencias europeas parecidas no son precisamente un éxito. Los países que solicitan ayudas internacionales, en general, no suelen querer repetir esa experiencia: para los gobernantes, la prueba del ajuste forzado se paga generalmente con la pérdida de las elecciones, incluso con un alejamiento duradero del poder; para los pueblos, el coste se mide en empleos destruidos, en rentas perdidas, en prolongadas y dolorosas recesiones. Algunas consecuencias del rescate, en fin, supondrán profundos cambios, algunos de los cuales están todavía en la penumbra. El Ejecutivo, por ahora, se niega a anticiparse a esas cuestiones. “Si la sociedad no va a sufrir las consecuencias del rescate, como sostiene el Gobierno, ¿por qué no se pidió antes la ayuda?”, le espetó un periodista a Guindos en su comparecencia. “A usted no le toca preguntar ahora”, cerró el ministro.

Rajoy anuncia nuevas “medidas difíciles” para este año sin precisar cuáles

El líder de la CEOE pide al presidente del Gobierno una nueva reforma laboral

Manuel V. Gómez Madrid 25 JUN 2012 - 14:30 CET 369



Rajoy, aplaudido tras su intervención en la clausura de la asamblea general de la CEOE. / Gorka Lejartegi

http://economia.elpais.com/economia/2012/06/25/actualidad/1340627454_517091.html

La maquinaria de las reformas no se ha detenido. El presidente del Gobierno, Mariano Rajoy, ha anunciado nuevas medidas económicas. "Pronto, a lo largo de este año", ha proclamado ante un auditorio propicio, los empresarios que integran la asamblea de la CEOE. Pero no ha precisado más. Solo ha dicho que serán "difíciles" y que está dispuesto a "corregir lo que haya que corregir y reformar lo que haya que reformar".

Rajoy, en cambio, sí que ha pedido concreción a los socios comunitarios sobre las medidas a tomar para salvar el euro y afrontar la crisis bancaria y de deuda soberana. "El mensaje político debe ser contundente y el calendario de integración claro", ha reclamado, poco después de haber señalado uno de sus objetivos: "una agencia europea de deuda y emisiones conjuntas". Es decir, eurobonos.

"Se requieren acciones decididas y valientes, no solo a nivel interno también en la UE. La situación en Europa está en el punto de mira de los mercados, las tensiones aumentan y ello ya está afectando al crecimiento de la UE. De no revertirse, tendría consecuencias sobre los países de la Unión", ha advertido.

Antes de hablar Rajoy lo ha hecho el presidente de la CEOE, Juan Rosell. El líder patronal ha sido mucho más concreto que el presidente del Gobierno. En una intervención asentada en los datos, Rosell ha reclamado otra reforma laboral. Ha valorado la que el Congreso de los Diputados va a sancionar definitivamente esta semana. A continuación ha puesto el ejemplo de Alemania, donde el canciller Schröder desarrolló una reforma laboral en cuatro fases entre 2002 y 2005, la llamada reforma Hartz.

"Aunque, la reforma laboral ha sido profunda y es un primer esfuerzo y habrá que evaluar su impacto para continuar reformando, hasta conseguir que el mercado de trabajo español sea uno de los más flexibles de Europa", ha dicho. El presidente del Gobierno no ha recogido el guante. En su discurso ensalzó la reforma pasada, de la que dijo que buscaba reducir la diferencia de protección

entre trabajadores fijos y temporales e incentivar la contratación indefinida, algo que todavía no se ha producido.

Rajoy exige a los líderes de la UE un "mensaje político" y un "calendario concreto"

En su discurso, el líder de la patronal trató de minimizar el problema del paro: "Sería bueno que cuando hablamos de paro en España, y lo comparamos con otros países, hiciéramos algunas observaciones: uno, nuestras cifras recogen como desempleados a los prejubilados; dos, el uso del contrato a tiempo parcial es la mitad que en Alemania; tres, nuestra tasa de actividad femenina ha subido 18 puntos en 30 años; cuatro, de los 10 millones de extranjeros que entraron en la UE 15 (los integrantes del euro) entre 1998 y 2008, el 50% vinieron a España".

Rosell también ha puesto deberes a los suyos, los empresarios, que se pusieran a la vanguardia de la negociación colectiva. "Es uno de los grandes compromisos que la CEOE y sus organizaciones deben asumir", ha expuesto.

RECESIÓN »

La sequía crediticia se agrava

El crédito se encarece y seguirá bajando los próximos años, según los expertos

[Amanda Mars Madrid](#) [17 JUN 2012 - 02:24 CET62](#)



Un grupo de mujeres trabajando en un taller de calzado en Elda (Alicante). / CARLES FRANCESC

http://economia.elpais.com/economia/2012/06/16/actualidad/1339866205_743125.html

"Los problemas de crédito te dejan atrapado entre dos frentes: tus proveedores te piden cobrar antes, pero tus clientes te reclaman más tiempo para pagar. No hay mucha alegría para nuevas inversiones, cierto, pero cuando los préstamos

piden un interés tan alto, el margen de beneficio se queda ahí, así que se para el proyecto". Alejandro Laquidain, presidente del Consejo Intertextil Español, hace un resumen del efecto directo de esta crisis bancaria española en las empresas de su gremio, muy parecidas a las de cualquier compañía mediana española. Joan Tristany, el director general de Amec, una asociación de empresas de bienes de equipo exportadoras, oye las mismas quejas en todas las reuniones: "Perdemos ventas respecto a otros competidores de Alemania o Francia porque ellos pueden vender el producto y además ofrecer un crédito al comprador y nosotros no".

Dijo el presidente del Gobierno, Mariano Rajoy, que los quebraderos de cabeza de Laquidáin y Tristany se aliviarán un poco gracias a [ese rescate de la banca española](#), al préstamo multimillonario que ha tenido que pedir España a sus socios europeos. Rajoy, como el ministro de Economía, Luis de Guindos, explicó que [este plan ayudará a que el crédito vuelva a fluir](#) y, con él, a que las empresas inviertan más y creen empleo. Entonces los españoles consumirán más lo que producen las empresas y se reactivará la actividad. Así funciona el círculo virtuoso de la economía.

Lo malo del pronóstico de Rajoy y Guindos es que no hay mucho banquero ni experto financiero que lo secunde. "El préstamo [europeo] puede ser definitivo para saber quién cae y quién no, pero no lo será en términos macroeconómicos para impulsar el crecimiento", recalcó el consejero delegado del Banco Sabadell, Jaume Guardiola, en una mesa redonda de IESE el pasado viernes. "No podemos esperar nada del crédito; al contrario, el crédito bajará", insistió.

El préstamo a la banca servirá para sanear sus balances empachados de ladrillos: compensar la caída del valor de toda esa masa de activos inmobiliarios tóxicos o de difícil cobro. "Ahora la prioridad es lograr el capital necesario y ajustar esos balances, entramos en una fase cíclica de poco crédito y más caro", apunta Alfonso García Mora, de Analistas Financieros Internacionales (AFI).

Se deja menos dinero y más caro. La última encuesta de préstamos bancarios, publicada por el Banco de España en mayo, recoge un endurecimiento de las condiciones para los préstamos de las familias y en las empresas en lo que va de año. Los tipos de interés exigidos al sector privado han experimentado "incrementos adicionales" este 2012, después de un 2011 en el que ya aumentó entre el 0,4% y el 0,6%.

Las empresas exportadoras pierden ventas frente a sus rivales franceses o alemanes por la falta de crédito

España sale mal parada en comparación a con su entorno. El tipo de interés de los créditos nuevos inferiores a un millón de euros a empresas se situó en el 5,32%, un nivel superior a la media de la eurozona (4,19%), de Italia (4,70%) o Alemania (3,34%), aunque superado por los rescatados Portugal (7,31%) y Grecia (6,89%), según los datos de abril del Banco Central Europeo (BCE). Eso perjudica las exportaciones.

“Para que los bancos podamos prestar hace falta capital o financiación, es decir, el dinero que nos prestan a nosotros. En España los ahorros son los que son, y la financiación para las entidades está cerrada: si intentas emitir bonos, no te los compran”, explican desde un banco. El sector no goza de la mejor imagen internacional. Para la agencia de calificación de riesgos Standard & Poor’s, por ejemplo, hay seis entidades españolas en bono basura. La banca huye ahora de cualquier riesgo, pero vive de prestar dinero, esa es la base de su negocio, así que cuando una gran empresa solvente pide crédito, se pelean por ella y, paradójicamente, su financiación está resultando más barata que la del Tesoro.

“El crédito no puede crecer en unos años, la economía debe reducir su endeudamiento, pero el problema es que los proyectos solventes se queden fuera”, apuntan desde otra entidad. España debe reducir ese volumen de 1,8 billones de euros en créditos y, para hacerlo, las amortizaciones deben superar al crédito nuevo concedido. AFI calcula que el crédito bajará un 5,6% este año y otro 4,5% en 2013. La Caixa, por su parte, calcula que el desapalancamiento en una crisis bancaria requiere unos siete años (en España terminaría en 2017). El director general de La Caixa y consejero delegado de Caixabank, Juan María Nin, calculaba [antes del rescate] que el crédito bajaría hasta los 1,4 billones, casi un 30%, hasta ese año.

AFI calcula que los préstamos caerán un 5,6% este año y un 4,5% en 2013

El problema es que los préstamos del ladrillo se enquistan y otros sectores y familias pagan los platos rotos. Robert Tornabell, profesor de Finanzas y exdecano de ESADE, pone como ejemplo que “antes de la crisis, a las compañías se les pedía que su Ebitda fuera cuatro veces su deuda, pero ahora eso ha subido a cinco o seis veces”.

Sin crédito, la economía se rompe, aunque España debe digerir ahora el empacho de préstamos baratos de la bonanza: “Lo sano es que el crédito de un país crezca uno o dos puntos por encima del PIB, pero ahora estamos en recesión”, apunta Tornabell. El crédito aún tardará en crecer.

El Eurogrupo advierte de que el Estado será el responsable de devolver las ayudas

Los ministros de Economía del euro estiman las necesidades entre 51.000 y 62.000 millones

La ayuda llegará del fondo actual de rescate hasta que esté listo el nuevo mecanismo

[Agencias](#) Bruselas [27 JUN 2012 - 12:09 CET](#) [119](#)



El ministro de Economía, Luis de Guindos, conversa con el presidente del Eurogrupo, Jean Claude Juncker. / NICOLAS BOUVY (EFE)

[Recomendar en Facebook](#)112

http://economia.elpais.com/economia/2012/06/26/actualidad/1340728640_544831.html

Los ministros de Economía y Finanzas de la eurozona han advertido hoy de que el Estado español será el responsable de devolver la ayuda a la banca, según se afirma en el [comunicado final](#) de la reunión por teleconferencia que ha mantenido este mediodía el Eurogrupo. Así, los países del euro, que han constatado que España ha cumplido con las condiciones para que se active el programa de asistencia, frenan de momento las aspiraciones del Gobierno de permitir en un futuro las ayudas directas a las entidades. El argumento es de peso, ya que a la [espera de lo que suceda](#) en la cumbre de mañana y pasado de los presidentes y jefes de Gobierno, así lo estipula la normativa comunitaria.

Además, el documento también explica que la asistencia llegará a través del actual fondo de rescate (FEEF) y se "transferirá" al nuevo mecanismo de ayuda (ESM) cuando esté aprobado. El origen del dinero es importante, ya que el recurso al segundo de estos fondos da prioridad a los socios del euro a la hora de cobrar en caso de impago, lo que no gusta entre los inversores privados y ha penalizado a la deuda en los mercados.

En el texto, el Eurogrupo recoge que las necesidades de la banca española estarán entre los 51.000 y los [62.000 millones](#) de euros, tal y como recogen las pruebas de resistencia al conjunto del sistema financiero publicadas la pasada semana. La cifra definitiva, sin embargo, se fijará una vez se conozcan las auditorías y los nuevos exámenes en profundidad entidad por entidad que se esperan para otoño, aunque dan por hecho que tendrá un "margen de seguridad suficiente" para calmar a los mercados.

A este respecto, los socios del euro recuerdan que la línea de crédito tiene un tope en los 100.000 millones, tal y como se pactó en la reunión del pasado 9 de junio, y consideran que la ayuda está "justificada" para salvaguardar la estabilidad financiera en el área de la moneda común.

MÁS INFORMACIÓN

- [Los expertos europeos llegan a Madrid para analizar la situación de la banca](#)
 - [La UE estudia crear un superministerio de finanzas](#)
 - [Reportaje: Una salida, por favor](#)

El Eurogrupo debe fijar en los próximos días los tipos de interés, que según vaticinó Guindos hace días, estarán entre el 3% y el 4%, los plazos de devolución (que podrían ser superiores a 15 años) y el periodo de carencia (de entre 5 y 10 años). Estos aspectos se concretarán en el memorándum que las partes firmarán en la próxima reunión presencial del Eurogrupo, prevista para el 9 de julio.

El acuerdo también incluirá las condiciones que la UE exigirá a cambio del rescate. Entre los requisitos que impondrá la Comisión, continúa el texto, habrá planes de reestructuración para las entidades que reciben ayuda, entre ellas la segregación del negocio inmobiliario, según reconoció ayer el propio ministro de Economía español, Luis de Guindos. En un plano horizontal habrá condiciones para el conjunto del sistema financiero, tal y como ha refrendado este miércoles el Eurogrupo. Estas se concretarán en un refuerzo de la supervisión y la regulación.

De momento, los expertos de la Comisión, el Banco Central Europeo, la Autoridad Bancaria y el Fondo Monetario Internacional [ya están en Madrid](#) para realizar su propia evaluación de las necesidades de capital del sistema financiero español y preparar el memorándum.

En el encuentro, los ministros de Economía de los 17 países de la divisa única han abordado, junto a las condiciones del [rescate bancario](#) para España, la [asistencia](#) solicitada por Chipre. Sobre este país, que se ha convertido en el quinto en activar la ayuda de sus socios europeos, el Eurogrupo ha acordado que debe ser rescatado con un programa de ajuste completo en el que también participe y ponga dinero el Fondo Monetario Internacional (FMI), con lo que rechazan acudir en salvamento solo de la banca chipriota.

La reunión se ha producido dos días después de que tanto España como Chipre solicitaran oficialmente la asistencia financiera y 24 horas antes de la cumbre de jefes de Estado y de Gobierno de la UE en la que está previsto iniciar los trabajos para crear una unión bancaria.

Antes de la reunión, Guindos, ha mantenido otra conversación telefónica con sus homólogos de Italia, Francia y Alemania, con los que se reunió ayer en París. Asimismo, durante la sesión de control al Gobierno, el titular de departamento ha insistido en la misma línea que el presidente, Mariano Rajoy, en que presionarán para que salga adelante la recapitalización directa de la banca con vistas a que el rescate no compute como deuda. No obstante, será difícil que esta vía llegue a tiempo para el sector español, tal y como se desprende del comunicado del Eurogrupo.

Statement by the Eurogroup

Ministers welcome the request of the Spanish Government for financial assistance from euro-area Member States.

Ministers welcome the assessment provided by the Commission, in liaison with the ECB, EBA and the IMF, that the eligibility conditions

for access to an EFSF/ESM financial assistance for the re-capitalisation of financial institutions are satisfied. In line with this, Ministers consider that providing assistance

to Spain is warranted to safeguard financial stability in the euro area.

The financial assistance could be provided by the EFSF until the ESM becomes available, then it would be transferred to the ESM. The results of the diagnostic exercise, commissioned by the Spanish authorities to external evaluators, indicate

that the additional capital needs of the Spanish banking sector as a whole can be

currently estimated to be in a range of EUR 51-62 billion. Including an additional safety margin and subject to the forthcoming assessment by the European Commission in liaison with ECB, EBA, and IMF, these capital needs would remain well

within the envelope defined by the Eurogroup of up to EUR 100 billion in total.

As required by current EFSF/ESM procedures, the specific amount will be finally

determined based on a thorough bottom-up assessment of individual financial institutions, which has already been launched. The Commission, in liaison with the

ECB, EBA and the IMF, will also provide a proposal for the necessary policy conditionality for the financial sector that shall accompany the financial assistance.

This will include specific reforms targeting the financial sector, including restructuring

plans in line with EU State-aid rules and horizontal structural reforms of the domestic

financial sector. After an agreement has been reached with the Spanish' authorities,

the financial assistance would be endorsed by the Eurogroup, in line with national procedures.

The Fund for Orderly Bank Restructuring (FROB), acting as an agent of the Spanish

government, would receive the funds and channel them to the financial institutions

concerned. The Spanish government will remain fully liable and will sign the Memorandum of Understanding and the Financial Assistance Facility Agreement.

The Eurogroup reiterates its confidence that Spain will honour its commitments under the Excessive Deficit Procedure, and with regard to structural reforms, with a

view to correcting any macroeconomic imbalances as identified within the framework of the European semester. Progress in these areas will be closely and regularly reviewed in parallel with the financial assistance. Spain will request technical assistance from the IMF, which will support the implementation and monitoring of the financial assistance with regular reporting.

ANÁLISIS

Resolución bancaria

En España parece no haber más espacio para más reformas financieras
Santiago Carbo Valverde 27 JUN 2012 - 00:00 CET1
http://economia.elpais.com/economia/2012/06/27/actualidad/1340821114_130820.html

La resolución de la crisis bancaria en España se está haciendo desde 2009 de forma gradual, en un enfoque de ir "poco a poco", lo que en el mundo anglosajón se conoce como un *piecemeal approach*. En parte, porque nos ha costado reconocer (y aún cuesta) que la de España es una crisis bancaria en toda regla, de manual, como lo fue la de 1977 que, entre otras cosas, está considerada una de las cinco grandes crisis bancarias mundiales. Entonces salimos y hoy también podemos pero con resolución.

En España no parece haber más espacio para nuevas reformas financieras. Ha de pasarse ya al terreno de la acción. Esto implica apostar por soluciones definitivas para el sector que supongan la inyección necesaria de capital en poco tiempo para las entidades que lo necesiten y con una señalización muy clara de la situación de cada entidad y de su hoja de ruta.

No se puede descartar que haya que adoptar decisiones más drásticas y proceder a la liquidación ordenada de alguna entidad no sistémica

Dos son los motivos para esa contundencia. En primer lugar, porque gran parte del sector financiero español está sufriendo innecesariamente la falta de determinación y de discriminación entre entidades. Un número importante de instituciones financieras españolas no se encuentra en peor posición competitiva o de solvencia respecto al promedio de otras entidades europeas de similar tamaño. Y otros países como Alemania, Holanda o Reino Unido ya inyectaron capital en proporciones tanto o más importantes a sus bancos y estos no son ni más eficientes ni solventes que muchos de los españoles, pero no están estigmatizados. En España, esa necesaria discriminación de entidades que puedan (con mayor, menor o ninguna ayuda) seguir hacia delante debe hacerse cuanto antes. Lo que sucede es equivalente a la necesidad de reformar una parte de un conjunto monumental (por importante que sea) sin advertir a los turistas que el resto sigue abierto y en buen estado. Pocos acudirían, como les ocurre a los inversores ante la banca española. Además, si llegara el caso, no se puede descartar que haya que adoptar decisiones más drásticas y proceder a la liquidación ordenada de alguna

entidad no sistémica, sin que se nos caiga el mundo por ello porque es algo común en otras latitudes.

No está claro que el sector financiero pueda fácilmente liderar el proceso de recuperación económica en España

El segundo motivo por el que es necesario pasar al terreno de la resolución es que no está claro que el sector financiero pueda fácilmente liderar el proceso de recuperación económica en España en las actuales circunstancias. Los informes de las auditoras independientes reconocen que las pérdidas en el sector podrían alcanzar los 270.000 millones de euros en un escenario adverso y, en ese mismo escenario, estiman un máximo de necesidades de capital de 62.000 millones de euros. Esto implica que se asume una capacidad muy importante de absorción de pérdidas. Sin embargo, si Europa no vira definitivamente para dar un mayor soporte a la deuda soberana de la eurozona y racionalizar las políticas de austeridad, la macroeconomía no ayudará y esa capacidad de absorción se verá comprometida. Además, en España se antoja muy difícil una recuperación económica sin el sector bancario simplemente porque este tipo de recuperaciones económicas (las llamadas *creditless recoveries*) se producen normalmente en escenarios de reducido apalancamiento del sector privado que, en España, sigue siendo muy elevado. Y para reducir esa deuda, deben terminar de corregirse los desequilibrios. Entre otros, el más claro para cualquier observador externo es el de los precios de los activos inmobiliarios. Las caídas asumidas en los escenarios adversos por parte de las consultoras independientes (del orden del 50%) no resultan descabelladas y están en el orden de corrección en otros países con burbujas similares.

Este tipo de asunciones de necesidad de discriminación y de corrección completa de los desequilibrios nos lleva de nuevo a la primera idea, la de la necesidad de resolución contundente y definitiva para propiciar una recuperación económica lo más temprana posible y para que las entidades financieras españolas puedan enfrentarse a unas reglas del juego estables, definitivas y útiles.

Santiago Carbó Valverde es catedrático de Análisis Económico de la Universidad de Granada

París extrema la presión para que Berlín dé un respiro a España e Italia

España asegura que cuenta con el apoyo de Alemania para explorar la vía de la recapitalización directa de la banca

La Comisión asegura que de la cumbre saldrán soluciones para estabilizar los mercados

Francia y Alemania debaten hasta el último minuto el diseño a corto y medio plazo de la UE

[Claudi Pérez / Miguel Mora](#) Bruselas / París [27 JUN 2012 - 21:22 CET255](#)



Merkel, en una intervención ante el Parlamento alemán. / THOMAS PETER (Reuters)

http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/27/actualidad/1340803145_694701.html

La supercumbre, la cumbre del fin del mundo, la madre de todas las cumbres: la inflación de ese tipo de historias amenaza con arruinar la credibilidad de Europa, empeñada en colocarse una y otra vez al borde del precipicio. A razón de una reunión al más alto nivel al mes desde que arrancó la crisis, el euro se enfrenta hoy, otra vez, de nuevo, a algo parecido a un ser o no ser. Cambia el guión, pero algunas cosas se repiten: [Alemania dice no; París y cada vez más países elevan la presión sobre Berlín](#); y algún socio europeo va a estar con el agua al cuello, o incluso más arriba, si no hay soluciones enérgicas, con la crisis entrando en territorio comanche. La diferencia para un lector español es que ese país, esta vez, tiene su capital en Madrid. Pero también Italia está en el disparadero: si su primer ministro, Mario Monti, vuelve de Bruselas con las manos vacías puede detonarse una crisis política en Roma, con un Silvio Berlusconi amenazador.

MÁS INFORMACIÓN

- [Merkel viaja a París para limar diferencias ante la cumbre europea](#)
- [La UE plantea avanzar en la unión fiscal y crear un Tesoro común europeo](#)
- [Reportaje: Una salida, por favor](#)
- [Consulta el ESPECIAL sobre la crisis del euro y el rescate a España](#)

Para que eso no ocurra, la cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno tiene que recuperar una narrativa creíble acerca del proyecto europeo de medio y largo plazo. Las fuentes consultadas creen posible que eso suceda, tras el ambicioso [documento presentado el martes por el Consejo](#), que marca el camino hacia una unión política. Pero sobre todo se requiere una salida en el cortísimo plazo, ante la sospecha de que la filosofía relativa al diseño del edificio europeo no va a ser suficiente si los mercados siguen oliendo sangre. Hay indicios de que

algo se está cocinando. La alternativa es el desastre: sin un acuerdo, la rueda de la crisis volverá a girar con una fuerza endiablada en forma de crisis política italiana, o de una estampida bancaria en el Sur, o del enésimo incendio en los explosivos mercados de deuda.

Francia extremó ayer la presión sobre Alemania para que dé un respiro a España e Italia en ese peligroso corto plazo. Gana fuerza la [idea de la recapitalización directa de la banca](#), en el marco de la unión bancaria europea. Ese será uno de los puntos centrales de la cumbre, según fuentes comunitarias y según varios diplomáticos europeos. Francia e Italia apoyan sin fisuras esa idea. El Gobierno español aseguró ayer a este diario que Alemania está por la labor –aunque con matices: más el ministro de Finanzas, el europeísta Wolfgang Schäuble, que la canciller Angela Merkel—; Berlín no confirmó ese extremo, pero dejó claro que las inyecciones de capital directas en la banca a través de los mecanismos de solidaridad europeos [nunca se harán sin estrictas condiciones](#) y sin algún tipo de garantías por parte de los Estados. La clave de la negociación es el plazo: si la cumbre lo deja para dentro de unos meses o incluso unos años, es poco probable que consiga relajar la tensión en los mercados. De ser así, no serviría para España. Madrid es consciente de que el rescate que [solicitó formalmente el lunes](#) no le permite acogerse a esa vía de inmediato, pero el Ejecutivo confía en que pese a que los primeros tramos de las ayudas llegarán vía el fondo de rescate bancario español (y por lo tanto engordarán la deuda pública y avivarán los temores de los inversores), los bancos españoles podrán acogerse más adelante a la citada recapitalización directa. Eso aliviaría sobremanera la presión sobre España y permitiría empezar a pensar en romper el círculo vicioso entre deuda pública y deuda bancaria.

Una solución para la crisis a corto plazo pasa por la compra de bonos a través del BCE. La otra opción en el cortísimo plazo es una intervención en el mercado de deuda pública: la compra de bonos a través del Banco Central Europeo (BCE) o de los mecanismos de rescate, una salida abominable desde el punto de vista alemán pero que [se debatió en el último G-20](#). El BCE ha conseguido ya ser, con gran probabilidad, el supervisor bancario europeo: a cambio podría volver a disparar en el mercado de deuda, según varias fuentes, o al menos rebajar los tipos de interés y poner en marcha otras medidas excepcionales. La otra posibilidad es hacerlo a través de los fondos de solidaridad europeos. El vicepresidente de la Comisión, Olli Rehn, dio a entender que esa respuesta, favorable a los intereses italianos –frente a una recapitalización directa de la banca que ayudaría más a España—, [se está preparando](#): “Estamos trabajando junto con los socios de la eurozona para permitir la estabilización a corto plazo de los mercados, especialmente de los Estados bajo más presión”. Rehn no dio pistas sobre “la sustancia de esas medidas a corto plazo”. Pero no hay que devanarse los sesos para identificar a los Estados a los que van dirigidas: [los intereses de la deuda española a 10 años rondan el 7%](#); los de la italiana, el 6%. Ambas cifras son insostenibles. Ambos países requieren tratamiento de choque y llegan a Bruselas acosados por una situación financiera y política muy distinta, pero en ambos casos explosiva.

Alemania y Francia están obligadas a presentarse en Bruselas con un acuerdo convincente y sólido. De lo contrario (y es casi seguro que va a ser de lo contrario) se presume una noche de cuchillos largos, la del jueves. Esta es una cumbre extraña por varios motivos. Están los desacuerdos, está la presión

sobre varios países, están los debates de corto y largo plazo, pero sobre todo influye el hecho de que la reunión se interrumpirá el viernes por la tarde para que la canciller Angela Merkel vuelva a Berlín a [votar el mecanismo de rescate permanente](#). Ante ese limitado horizonte temporal que prácticamente aboca a una jornada maratoniana el primer día, François Hollande y Merkel [cenaron juntos en el Elíseo](#) con el objetivo declarado de buscar denominadores comunes.

París afirma que el método de tomar decisiones es diferente, más regular y metódico que el anterior

Antes de esa entrevista, el entorno del presidente socialista francés se mostraba totalmente confiado en un acuerdo franco-alemán. “La relación es muy profesional, muy seria, los dos son plenamente conscientes de su responsabilidad, hay entendimiento en casi todo. Merkel y Hollande han hablado con muchísima frecuencia por teléfono y los equipos trabajan de forma muy fluida. Lo que ha cambiado es que el método de tomar decisiones es diferente, más regular y metódico que el anterior”. París se mostró durante todo el día optimista y confiado en que Berlín cederá en sus líneas rojas y compartirá las recetas impulsadas por Hollande: austeridad sí; disciplina y más supervisión también, pero a la vez [más crecimiento para salir de la depresión](#), crear empleo y evitar [el auge de los populismos](#), y más solidaridad para garantizar que los enfermos no serán dejados atrás. Pero Berlín también quiere contrapartidas por parte de París: reformas –a las que Hollande se viene resistiendo— y la posibilidad de ceder soberanía a Bruselas para avanzar en la dirección de la unión política.

Altos funcionarios del Elíseo manifestaron su convicción en que el viernes se sellará “un acuerdo importante y de consenso que se parecerá mucho al documento elaborado por el presidente del Consejo, Herman Van Rompuy”. [Merkel dijo compartir el grueso de ese informe](#) diseñado por los responsables del Consejo, la Comisión y el BCE, para dar pasos en el camino hacia una unión bancaria; una política fiscal común; un marco para armonizar las políticas económicas y de competitividad; y la legitimación democrática de la colaboración reforzada de los Estados de la eurozona.

Pero antes de viajar a París, Merkel enseñó su perfil clásico de negociadora dura. En una declaración [ante el pleno de la Cámara baja](#) parlamentaria (Bundestag), la canciller volvió a criticar las propuestas de mutualizar la deuda europea y aseguró que adolecen de “un claro desequilibrio entre responsabilidad y control”. La canciller cree que “se habla demasiado” de “todo tipo de ideas” para emitir deuda europea o colectivizar las garantías, pero “demasiado poco” sobre la necesidad de “controles comunes y reformas estructurales”, en lo que parece un ataque directo a Francia. Los “eurobonos, euroletras o el fondo de amortización de la deuda” son “incompatibles con la Constitución alemana”, reiteró, además de “económicamente equivocados y contraproducentes”.

A lo largo del viernes se discutirá sobre Grecia y España, cómo taponar el agujero en la banca y relajar la tensión en la deuda

Merkel, que arrancó los calurosos aplausos de las bancadas de su coalición de Gobierno, no fue sin embargo tan lejos como el día anterior, cuando sugirió –seguramente en tono jocoso– que [los eurobonos solo verán la luz cuando ella muera](#). En todo caso, París recibió esa frase con ironía. Un alto funcionario

galo replicó: "Seguramente se refería a su muerte política, no a su muerte clínica".

En realidad, Berlín y París están de acuerdo en el 95% de las medidas que el Consejo debatirá el jueves y el viernes, sobre todo a medio y largo plazo. Pero la duda es la crisis existencial del euro, y eso se juega aquí y ahora: "Aprobaremos medidas de corto plazo para salir de la crisis", enfatizaron fuentes cercanas a Hollande. La agenda está clara. Primero se acordarán las medidas urgentes para relanzar la actividad —el llamado paquete de crecimiento presentado en Roma, con 130.000 millones en inversiones y estímulos—; Además habrá un acuerdo, reclamado por Italia, para proteger la producción europea, y se dará el pistoletazo de salida a la tasa financiera que debe entrar en vigor en 2013. Después se verá la propuesta de Van Rompuy para rediseñar el edificio europeo. En la cena del jueves y a lo largo del viernes se discutirá sobre Grecia y España, sobre cómo taponar el agujero en la banca y cómo relajar la tensión en la deuda.

Pero está por ver que la montaña pueda parir algo más que un ratón. Francia advierte que solo aprobará el tratado presupuestario si se dan las condiciones políticas suficientes: es decir, si obtiene las contrapartidas que Hollande considera indispensables. Alemania solo dará su brazo a torcer si ve avances, paso a paso, hacia la Europa que vislumbra Berlín, y con Alemania al mando. En Berlín apenas moja; en Francia el agua llega a los tobillos: pero Madrid y Roma están hasta el cuello.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

06/27/2012

The World From Berlin 'States Must Sacrifice Sovereignty to Save Euro'

<http://www.spiegel.de/international/europe/german-press-review-on-split-in-europe-ahead-of-eu-summit-a-841232.html>



AP

A shoe shiner tries to keep warm next to graffiti depicting an hourglass in Athens: "Things are going to get serious" at this week's euro summit in Brussels.

Do European leaders trust each other enough to take the steps necessary to secure the long-term existence of the euro? German commentators warn that fundamental questions must be answered at Thursday's EU summit.

(i)

Europe's leaders convening in Brussels on Thursday for an European Union summit are under intense pressure to come up with a new plan to save the euro, but they seem as divided as ever.

Chancellor Angela Merkel used uncommonly strong language on Tuesday when she rejected the idea for common euro bonds by saying Europe would not share total debt liability "[as long as I live](#)."

But German media commentators have drawn some comfort from a blueprint ([downloadable here as a PDF file](#)) for a radical revamp of the euro zone's architecture presented this week by the "gang of four" European presidents: European Council President Herman Van Rompuy, European Commission President Jose Manuel Barroso, Euro Group President Jean-Claude Juncker and European Central Bank President Mario Draghi.

Their ideas would entail a dramatic loss of national sovereignty through the establishment of a central authority with the power to demand changes in individual members' national budgets. They would also involve a "medium term" move towards euro bonds, as well as a banking union with a single authority that would insure banking deposits and have the power to shut or recapitalize banks directly, with help from Europe's permanent bailout fund, the European Stability Mechanism.

Merkel's partners are pushing her to accept some form of collective debt issuance to ease the pressure on ailing states such as Spain and Italy, whose bond yields have risen to unsustainable levels in recent weeks.

German commentators say EU leaders will have to grasp the nettle and agree to at least the basic framework of a complete overhaul of the euro system if they want to save the single currency. Many agree with Merkel that euro bonds are the wrong answer, and that American calls for Germany to throw money at the problem won't solve the crisis, either. All countries will have to accept a loss of sovereignty to make the currency work in the long term -- and in the medium term, says one commentator, the European Central Bank should take a bigger role in tackling the crisis.

Center-left **Süddeutsche Zeitung** writes:

"Politicians like to dodge answers to the big questions because they are so risky. But politicians must now answer the euro question before it resolves itself with the collapse of Europe's currency: How much are you prepared to pay to keep the currency? The honest answer is this: If Europe's strong west and north want the euro, they will have to pay more for it. It will be expensive, not just for

German taxpayers. At the very least, the wealthy regions of Europe will have to take on higher risks on behalf of the ailing states. Before that, the taxpayers will have to answer the question of whether they want to keep the euro. Is this currency the best one for them? The honest answer is yes."

"For economically strong countries like Germany, the euro opened up the markets of their neighbors for a lasting boom. To sever all the financial ties among the 17 member states after a euro collapse would cause immeasurable damage that would threaten Germany's jobs miracle. That's why it is the best thing to save the euro with transitional transfer payments."

"But ... every policy of providing aid must follow the logic that it tackles the cause of the crisis -- otherwise it will just cement the problem. Aid must only come in return for reforms, and that means economic modernization and that governments must no longer manage their deficits on their own. The model used so far, under which the individual states behave sensibly and make savings without being forced to, has failed. The euro can only be saved with a system of coercion. Brussels must have the power to decide on government spending in Italy, Portugal or wherever."

"That is the dilemma ahead of the EU summit on Thursday. The ailing euro states clearly need more help, but it is equally clear that this help mustn't cement the old mistakes."

"Due to this dilemma, the reality is more complicated than American demands imply. It's not just down to the stingy Germans who could solve everything by paying more."

"The chancellor shouldn't agree to aid that she cannot withdraw again if reform pledges are broken. Common debt, financed by euro bonds, cannot be nationalized again. If the German saver becomes liable for Spanish bank accounts, he won't see his money again."

"The aid instrument of choice is a different one: the European Central Bank could ease the financial pressure on Spain and Co. as far as necessary until the countries are stable again."

"Of course the ECB wasn't set up to provide this kind of help, but in truth it's been buying junk (government) bonds since 2010. Using the ECB for a quick rescue mission until Europe has developed into a stability union -- that is the way to finally get over this crisis."

Conservative **Frankfurter Allgemeine Zeitung** writes:

"If the whole thing becomes reality, national governments will no longer have full power over how much they borrow. In the light of the public debt crisis -- which for the past two years has gripped politicians, citizens and financial markets and according to leading policymakers has plunged the EU (and the global economy) into an existential crisis -- this form of debt control is probably

unavoidable. But it effectively means giving up national budget autonomy; the core power of parliaments would be transferred to a Brussels authority."

"One has to know that. But one could and should already have known when monetary union was launched that the euro can only achieve its expected stability if the member states maintain budget discipline and if they reform their economies so that they can withstand competition in the 21st century. That is why the debate about mutualizing debt via euro bonds is misleading, because it only continues the borrowing practices of the past."

Business daily **Financial Times Deutschland** writes:

"The four EU politicians propose a complete reconstruction of the monetary union into a real budget and economic union. At its core is a banking union with a powerful banking supervisory body (in which the ECB will be involved), a common deposit insurance for private accounts, and an institution, financed by banks, to save ailing banks. And that is the right thing to do: A currency union can only survive if the member states jointly vouch for it -- one will have to discuss what form that should take. It is good that the highest authorities have initiated a debate on the concept -- for the politicians, but for the citizens as well. Everyone must now be made aware that a bigger mutualization of budgets and finances must inevitably entail a loss of sovereignty for national governments."

"This is a warning to the chancellor and the other government leaders who don't like to relinquish their sovereignty. No one needs grand speeches calling for 'deeper political union' that aren't followed up by concrete policies. The leaders should agree to the grand outlines at the EU summit -- and leave the details to be sorted out by the finance ministers. All that won't affect the current battle against the crisis. The firefighting goes on."

Conservative daily **Die Welt** writes:

"For the first time there's a plan on the table that tries to find a delicate balance between greater common liability and valid guarantees that it won't be abused. Things are going to get serious at this summit, the changes debated will go to the core. That isn't a bad precondition for the EU to finally show the determination it has claimed to have for the past two years, but has shown too rarely."

"The government leaders, and at some point all Europeans, will have to come clean on whether they trust one another to an extent that justifies sharing liability for the debts of others and curtailing national sovereignty. One has to take a deep breath to imagine saying yes to these steps."

-- *David Crossland*

Europa convulsa

La UE plantea avanzar en la unión fiscal y crear un Tesoro común europeo

Los ministros de Finanzas de Alemania, Francia, Italia y España intentan perfilar en París un acuerdo ante la cumbre del 28 y 29

Un documento de trabajo prevé nuevos poderes para que la UE controle los presupuestos de los países que infringen los límites de déficit

- **Consulte el documento publicado por Van Rompuy (en inglés)**

Luis Doncel / Miguel Mora Bruselas / París 26 JUN 2012 - 21:11 CET 2425

<http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/26/actualidad/1340694871605944.html>



Van Rompuy saluda al primer ministro moldavo, Vlad Filat, en Bruselas. / JOHN THYS (AFP)

La Unión Europea quiere avanzar hacia una mayor unión fiscal y estudia dotarse de un superministerio de Finanzas que tendría amplios poderes para modificar los presupuestos nacionales de los Estados que infrinjan las reglas de equilibrio presupuestario. Eso afirma un borrador de trabajo dado a conocer hoy y que será discutido en la cumbre del jueves y el viernes. El informe incluye además un ambicioso plan para avanzar hacia la unión política y bancaria, y concede a Bruselas nuevos poderes de supervisión sobre los sistemas financieros y las cuentas públicas de cada país.

La carta, redactada por el presidente del Consejo Europeo, Herman Van Rompuy, en colaboración con los líderes del BCE, Mario Draghi; de la Comisión, José Manuel Durão Barroso; y del Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, sirve de calentamiento para una semana que concluirá con la cumbre en la que los líderes de la UE están obligados a presentar medidas de calado para taponar una crisis que ya ha obligado a rescatar a cinco países de la eurozona (España y Chipre han sido los últimos).

El texto apuesta por avanzar hacia una unión monetaria basada en una mayor integración del sector financiero, presupuestario y de las políticas económicas. De estos aspectos se lleva mucho tiempo hablando, pero la sensación de que el desastre está a punto de llegar a Europa puede hacer que los líderes se decidan esta semana a impulsar de verdad estas políticas, sin las cuales la unión monetaria seguirá estando coja.

MÁS INFORMACIÓN

- [La gran abdicación. Por P. KRUGMAN](#)
- [La UE destinará 130.000 millones al crecimiento](#)
- [Merkel se niega a que la banca española reciba ayuda directa](#)
- [ENTREVISTA CON MARIO MONTI. "Italia no va a requerir ayudas"](#)

Entre los cambios más importantes que propone Van Rompuy, se encuentra el endurecimiento de los controles a la política fiscal de cada estado miembro. No solo se establece un máximo para el gasto público de cada año y para los niveles de deuda, sino que si un Estado miembro quisiera emitir más deuda de la fijada debería “justificar y recibir” el aprobado previo por parte de las instituciones europeas. Si esta iniciativa saliera adelante, supondría entregar de facto la llave de la caja fuerte de los Estados. Triunfarían así las tesis alemanas de avanzar cuanto antes hacia la unión fiscal.

Pero a cambio, los alemanes deberían ceder en algo que hasta ahora consideran tabú: en la mutualización de la deuda. Lo que la canciller Angela Merkel calificó como la “unión del endeudamiento” podría estar más cerca si se pusieran en marcha los planes de Van Rompuy. “En una perspectiva de medio plazo, la emisión de deuda conjunta debería analizarse como un elemento más de la unión fiscal”, señala el documento. Pero el presidente del Consejo Europeo va más allá de la creación de los eurobonos —iniciativa que apoya, entre otros, Francia—. Van Rompuy asegura que una unión fiscal supondría “en última instancia” la creación de un Tesoro.

Además de la integración fiscal, el texto apuesta por otros tres aspectos en los que es necesario avanzar: la unión bancaria, la unión económica y la legitimidad y el control democrático. Dos elementos son importantes para lograr un sector financiero más homogéneo en la eurozona: un organismo supervisor común para los países que comparten el euro y un marco legal común para asegurar los depósitos e intervenir e incluso liquidar las entidades que pongan en peligro la solvencia del sistema financiero.

El documento sigue en fase de estudio y será analizado esta tarde por los ministros de las cuatro potencias del euro en París.

Según ha afirmado Pierre Moscovici, el titular francés de Finanzas, a la radio France Info, Europa debe “sentar las bases de la segunda fase del euro” y “aportar las pruebas de que es capaz de dotarse de una integración bancaria, financiera, presupuestaria y política”, además de “una política de crecimiento y una regulación fuerte”.

Tras repetir que “Hollande ha conseguido que las cosas se muevan en Europa”, con la adopción en la [minicumbre de Roma del pasado viernes de un paquete de 130.000 millones de euros](#), Moscovici ha dicho que los nuevos objetivos de Francia son “la recapitalización directa de los bancos” y “una mayor integración con creación final de los eurobonos”.

En la tormenta de ideas de Bercy, sede de los ministerios económicos franceses, participarán esta tarde el comisario europeo Olli Rehn junto a los ministros de Alemania, Wolfgang Schäuble; España, Luis de Guindos; e Italia (podría ser el primer ministro, Mario Monti, que también es titular de Economía; o el viceministro de Economía, Vittorio Grilli). El miércoles la canciller [Angela Merkel](#) viaja a París para preparar el Consejo Europeo con el presidente francés, [François Hollande](#).

El anuncio de la reunión llega un día después de que el [Gobierno español pidiera oficialmente el rescate](#) para recapitalizar a su sector financiero y de que la agencia de calificación [Moody's anunciara una rebaja en bloque de la calificación de la banca española](#).

“Estamos en una fase de preparación activa de la cumbre porque queremos respuestas estructurales, porque hay que sentar las bases de una Europa de la confianza”, señaló Moscovici. “Debemos ser conscientes de que la cumbre es esencial porque hay que sentar ahora las bases de la segunda fase del euro, que le permitirá consolidarse definitivamente”, subrayó.

En ese sentido, dos grandes figuras del socialismo europeo, Jacques Delors y Helmut Schmidt, patrocinan un informe que adelanta el *Financial Times* y que reclama la creación de una agencia europea de deuda. La agencia estaría encabezada por un superministro de Finanzas, tendría poderes para emitir deuda conjunta de los países de la eurozona, y a cambio podría controlar y vetar los presupuestos nacionales de los países que más necesiten los eurobonos.

El estudio, de 41 páginas, ha sido elaborado por un grupo de economistas y políticos en el que destacan Peter Bofinger, miembro del Consejo Alemán de Expertos Económicos; Jean Pisani-Ferry, francés al frente del *think tank* Bruegel; Paul de Grauwe, economista belga de la London School of Economics; y Jean-Claude Piris, el exjurista de referencia en el Consejo Europeo y autor de casi todos los recientes tratados de la UE.

europa

Seis periódicos líderes se unen para analizar el futuro de la EU

EL PAÍS

Europa / II - <http://elpais.com/tag/c/7fff1a4a68177761b2401c9e7c8803c2>

[The Guardian](#)

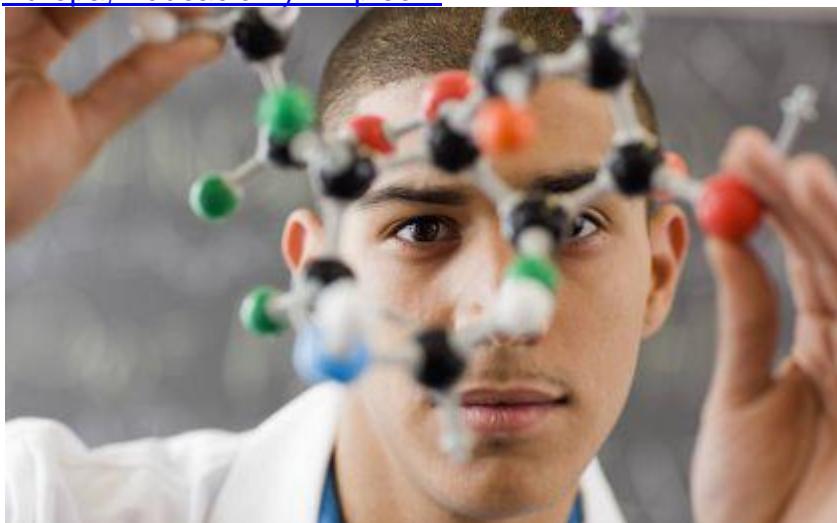
[La Vanguardia](#)

[Stampa](#)

[Süddeutsche Zeitung](#)

[Le Monde](#)

[Europa, Educación y Empleo »](#)



Educación y conocimiento, vías maestras para una Europa mejor. / R. Faris (Corbis)

[Ideas para salvar Europa](#)

Europa vive una profunda crisis, pero sigue siendo capaz de tener ideas y proyectos que invitan al optimismo. Este especial, elaborado junto a otros cinco diarios europeos, reflexiona sobre sus problemas, pero también sobre historias de éxito y superación

- [**Consulta la cobertura realizada por los otros cinco periódicos**](#)

[Éxitos de los sistemas educativos...](#)

Seis historias muestran caminos para mejorar la formación de los jóvenes europeos en la era de la competición global

- [**Las 'grandes écoles', cuna de matemáticos extraordinarios**](#)
- [**Polonia forma a médicos de medio mundo**](#)
- [**Italia impulsa la excelencia en el 'design' y la ingeniería**](#)

- **España lidera la investigación sobre energía solar**
- **Reino Unido potencia las prácticas profesionales en institutos**
- **En Alemania triunfan las escuelas técnicas especializadas**

...y del tejido empresarial

No solo la poderosa industria alemana capea bien la crisis. Inspiradores modelos de negocio abundan en el continente

- **Silicon Cambridge**
- **Sangre nueva para Grifols**
- **La maternidad impulsa la creación de empresas en Polonia**
- **El sector alimentario es un bálsamo para España**
- **Pleno empleo alrededor del aeropuerto de Múnich**

Reparar Europa antes de usarla

José Ignacio Torreblanca

No se saldrá de la crisis financiera solo con mejores políticas. Son necesarias nuevas o reforzadas instituciones. Tanto a nivel nacional, como europeo

Soberanía compartida

Felipe González Márquez

El único recurso que le queda a la UE para hacer frente a la crisis e incorporarse a la nueva realidad global es más Europa y menos nacionalismo rampante

Más democracia en Bruselas

Peter Sutherland

Europa debe ser más transparente. El presidente de la Comisión debe ser elegido democráticamente y tener la potestad de escoger a sus comisarios

La UE: un escudo contra los males de la globalización

Marek Belka

Los ciudadanos de la Unión Europea deberían verla como un escudo contra los inconvenientes de la globalización y un puente hacia sus oportunidades

En favor de un "fondo de redención de deuda" europea

Guy Verhofstadt

La propuesta es la solución más barata y eficaz a las demandas cada vez mayores de rescates con dinero público para hacer frente a la crisis financiera

Educación



Jóvenes españoles estudian alemán para poder ir a trabajar allí. / Gorka Lejarcegi

Fracasos de los que aprender

El epicentro del terremoto que sacude a Europa está en el sector financiero. Pero ciertas deficiencias de los sistemas educativos debilitan los cimientos de la construcción europea

- **En Alemania, los pobres no salen de la ignorancia**
- **La alta tasa de fracaso universitario inquieta a Francia**
- **Reino Unido teme el efecto disuasorio de la subida de las tasas**
- **Emigrantes españoles con el título bajo el brazo**
- **Polonia: Título de licenciado sí; trabajo, no**
- **El abandono universitario se extiende en Italia**

La crisis y la competencia global cambian también la universidad

J. A. Aunión

Las facultades intentan reforzar la empleabilidad de sus titulados. Los estudiantes europeos quieren conocimiento que facilite la integración en el mercado de trabajo

El Euro



Marine Le Pen, que obtuvo el 18% de apoyo en las presidenciales, hace campaña por la salida de Francia de la moneda única. / PASCAL ROSSIGNOL (REUTERS)

Crece la desconfianza en la zona euro, pero su ruptura da pavor

Pese al alza de algunos partidos populistas, en los Estados miembros sigue siendo mayoritario el deseo de que la unión monetaria permanezca intacta

- Los populistas antieuro avanzan en Italia
- Para los alemanes, el euro es un peligro; pero abandonarlo es peor
- Los polacos, de momento, prefieren quedarse con su zloty
- Los jóvenes franceses desconfían del euro y de las instituciones

Oficinas de empleo »



Cola de una oficina de empleo en Madrid. / Carlos Rosillo

Pocos recursos para ayudar a una creciente legión de parados

Las oficinas de empleo ofrecen formación y asesoría pero no encuentran trabajo para los europeos. En Alemania, donde el servicio funciona bastante bien, se crean sin embargo cada vez más puestos precarios

- El principio alemán de potenciar y exigir

- **Polonia estimula la creación de empresas de recién licenciados**
- **Poco dinero para buscar empleo a 1,7 millones de jóvenes**
- **El papel simbólico de los Centri per l'Impiego italianos**
- **Un servicio de empleo poco público**
- **En Pôle Emploi, los jóvenes encuentran de todo... menos ofertas**

[Empleo »](#)

[El espejismo de la plena ocupación](#)

Mientras la lacra del paro azota a millones de europeos y avanza sin cesar, algunas regiones del continente resisten muy bien a la embestida

- **Viaje al El Dorado del empleo alemán**
- **En Polonia hay trabajo: ¡en las minas o en los astilleros!**
- **El empleo como bálsamo de una entera comarca catalana**

[Parejas mixtas »](#)



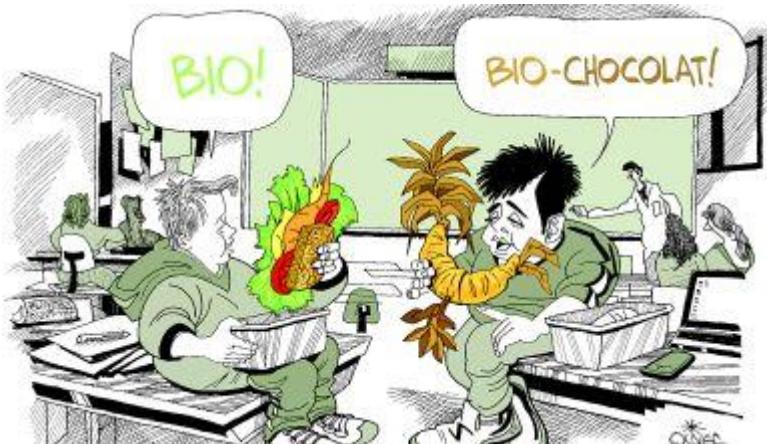
Edyta Lachowicz y Juan Santos, con sus hijas, en Chorzow. / D. Chalimoniuk (Agencia Gazeta)

[El amor también construye Europa](#)

La libre circulación de personas y programas como el Erasmus propician la formación de parejas y la integración de Europa

- **La escuela en la pequeña Babel europea**
- **"Hablamos en alemán, pero no sé en qué idiomas discutiríamos"**
- **Amor polaco-español en inglés**
- **Erasmus, mon amour**
- **Intercambio de Erasmus Pisa-Lisboa**

[Escuelas »](#)



Virtudes y pecados de cinco colegios

Cinco corresponsales narran la experiencia de sus hijos en los sistemas educativos de cinco países

- **Mis hijos y el colegio español**
- **La odisea de matricular a un niño en la escuela en Berlín**
- **"Mis hijos jamás olvidarán sus años en la escuela pública francesa"**
- **Los colegios públicos británicos se reservan con años de antelación**
- **Poca exigencia en clase y muchos deberes en la escuela italiana**

Selectividad »



Alumnas de la Comunidad Valenciana haciendo la prueba de la selectividad para acceder a la Universidad / MÓNICA TORRES (EL PAIS)

El duro camino hacia la universidad

Buena parte de los países de la UE someten a los alumnos a un examen previo a la entrada a estudios superiores

- **Selectividad en España**
- **Selectividad alemana**
- **Examen en Gran Bretaña**
- **Selectividad polaca**

- [Examen de Baccalauréat](#)
- [Examen de maturitat](#)

[Entrevistas »](#)

"Necesitamos dar a la sociedad una clase dirigente de gran nivel"



[Marco Castelnuovo](#)

El ex primer ministro italiano y expresidente de la Comisión Europea Romano Prodi habla sobre el estado de la universidad en la Unión Europea

"Hay que admitir que hay jóvenes que no pueden seguir en la escuela"



[Nathalie Brafman](#)

Entrevista con Anne Lauvergeon, consejera delegada de la empresa francesa Areva, líder mundial en el sector de la energía nuclear

"La prolongación de la juventud es una tendencia común en Europa"



[Isabelle Rey-Lefebvre](#)

El sociólogo Vincenzo Cicchelli reflexiona sobre la identidad europea y sus diferencias agravadas por la crisis económica

[universidades »](#)

¿Formación moderna o estudios de vía estrecha?

[Johann Osel](#)

El Plan Bolonia persigue dos objetivos: un espacio común europeo y estudios orientados a la actividad profesional

El proceso educativo en Europa

Burkhard Müller

Solo en la alta Edad Media surgirán las universidades. Las primeras, en el siglo XI en Italia, en Salerno y Bolonia

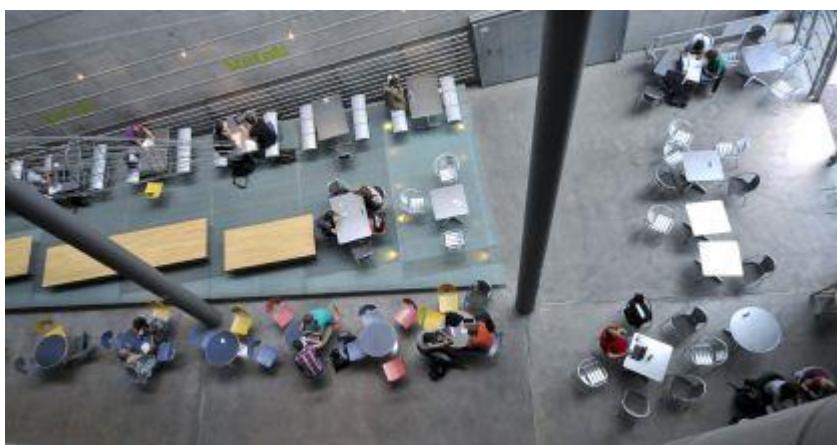


Aula magna de Santa Lucía durante la apertura del curso en la Universidad de Bolonia en 2009. / Roberto Serra/ Iguana Press (Getty Images)

Bolonia intenta mirar adelante sin perder los valores fundacionales

Marco Castelnuovo

El Alma Máter, la universidad más antigua del mundo occidental, fundada en 1088, está además físicamente fundida con Bolonia



Universidad Técnica de Múnich / Alessandra Schellnegger

Múnich se pone a la cabeza de la modernización universitaria

sebastian krass

La Universidad Técnica de Múnich sorprendió en el Salón del Automóvil de otoño con la presentación del prototipo Mute

[Opinión »](#)

[La memoria no basta para Europa](#)

[Camille de Toledo](#)

Lo que valía para la generación de Kohl, de Mitterrand, y debe impulsar a Hollande y Merkel, no servirá para el siglo XXI

[Lecciones de Suiza para el federalismo europeo](#)

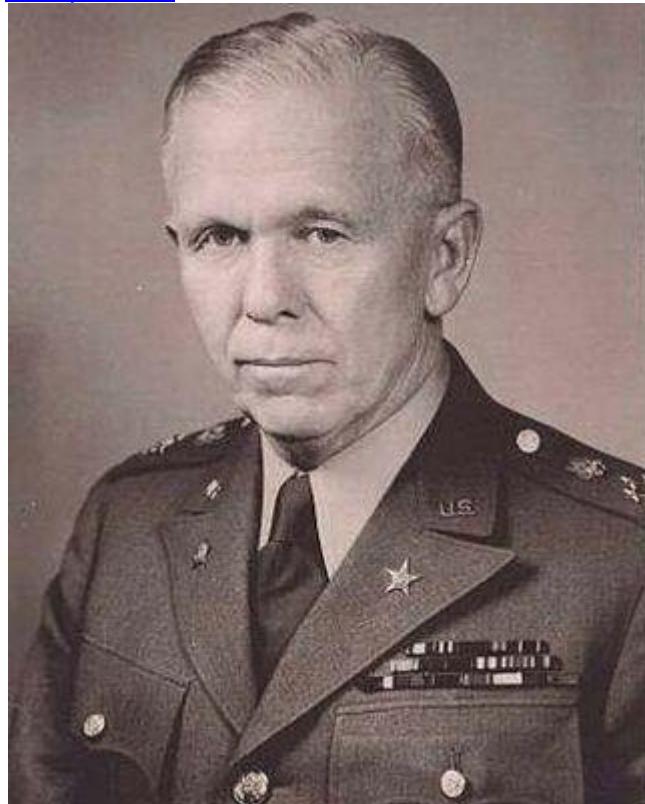
[Jakob Kellenberger](#)

Las instituciones deben garantizar que solo se deleguen a la autoridad superior las competencias que no puedan ejercerse en el ámbito más próximo a la gente

¿Auto Plan Marshall para Europa?

Por: **Andrés Ortega** | 26 de junio de 2012

<http://blogs.elpais.com/luces-largas/2012/06/auto-plan-marshall-para-europa.html>



En el Consejo Europeo del jueves y viernes, los 27 deberían aprobar un plan de crecimiento para la UE,

en la línea indicada por la cumbre de *los cuatro* en Roma. Quizás incluso vaya más allá de los 130.000 millones de euros pre-decididos, o un 1% del PIB conjunto de sus miembros, sin aumentar las deudas nacionales. Bien es verdad que Europa está sin dinero para lanzarse en nuevas aventuras keynesianas, nacionales o comunitarias. Pero al menos el viento ha girado algo, no mucho, desde la pura austeridad a una cierta idea de crecimiento, de la mano de François Hollande -que podrá así ratificar el Pacto Fiscal- y de Mario Monti que fueron los primeros que lo propusieron. Aunque más importante es que se decida dar un respiro a las economías en dificultades, permitiéndoles un año más, al menos, para llegar al sacrosanto 3% de déficit. Y naturalmente que se dibuje un horizonte de salvación del euro.

Mucho se hablado de un Plan Marshall de los europeos para sí mismos Pero qué hace falta para llegar a compararlo con aquel programa que lanzó el secretario de Estado del Presidente Eisenhower?

El famoso Plan Marshall, formalmente Programa para la Reconstrucción de Europa, supuso el desembolso por EE UU entre 1948 y 1951 de entre 12.500 y 13.000 millones de dólares, lo que hoy equivaldría a unos 125.000 millones. La parte receptora tenía que poner otro tanto. Con lo que en cantidad podría equivaler a los 200.000 millones de euros.

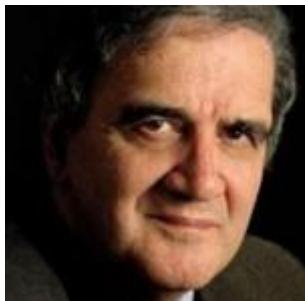
En términos relativos, sin embargo, el Plan Marshall supuso más. Aquel desembolso representó el 2,1% del PIB de EE UU en 1948, alcanzó el 2,4% en 1949, y cayó al 1,5% en los dos años siguientes. Equivale a unos 280.000 millones de dólares de hoy anuales durante 4 años.

Para los países receptores, las transferencias anuales representaron entre 0,3% del PIB para Suecia y 14% para Austria (2,5% del PIB anual para Francia, 2,2% para Italia, 1,3% para Italia y 1,2% para Alemania, graduación que se correspondía con la posibilidad, entonces, de que partidos comunistas ganaran elecciones).

Pero digamos que una media de 2% anual –equivalente al estímulo que el anterior Gobierno metió a la economía española en 2009 y 2010- para el conjunto de la UE llevaría a 245.000 millones de euros anuales. Entonces sí que podría hablarse de un plan Marshall de los europeos para sí mismos. Sobre todo si se piensa que el presupuesto de la UE (en créditos de pago) para 2012 asciende a sólo 129.088 millones de euros.

Los 130.000 millones que se barajan ahora representan en realidad más, dada la capacidad de apalancamiento de los bonos-proyecto o del aumento del capital del Banco Europeo de Inversiones. Pero el primero de estos dos instrumentos tardará en estar disponible, y el resto es dinero que ya existe en la caja de la UE, aunque carezca de proyectos a los que aplicarse. Como pronto, a finales de año.

Europa e Grécia - Uma crise terminal



Luiz Gonzaga Belluzzo

Luiz Gonzaga Belluzzo é economista e professor, consultor editorial de CartaCapital.

tamanho da fonte mínima / tamanho máxima

21.05.2012 10:37

Diante dos riscos de o país abandonar o euro, os capitais escapam da Grécia. Assustados com o possível retorno do dracma e no afã de proteger o valor de suas reservas líquidas e de seu patrimônio, os investidores – cidadãos e empresas – sacam dos bancos locais os depósitos e transferem as aplicações ainda denominadas na moeda única.

Na maioria dos casos, a grana corre para a Alemanha. Aí o dinheiro dos gregos dá impulso à valorização dos títulos alemães – os *bunds* – e engorda os depósitos dos bancos. Em 2011, o balanço de capitais da Grécia fechou o ano com saldo negativo de 35,4 bilhões de euros. Só na segunda-feira 14 escaparam 800 milhões. Os bancos gregos, sôfregos de liquidez, buscam amparo na ajuda financeira do Banco Central Europeu, que não parece disposto a dar mais fôlego para os trôpegos. O argumento é o de sempre: numa situação de desconfiança sem remissão, o salva-vidas vai funcionar como salvo-conduto para a fuga de capitais. Por isso radicaliza-se o debate sobre a conveniência de se permanecer na moeda única ou cair fora da “ prisão ” que, na opinião de muitos, impede a “ liberdade ” das desvalorizações cambiais.

Leia

Sistema bancário: A batalha do juro
Imprensa: Jornalismo de resultados

também:

Na introdução do euro, poucos economistas – europeus ou não – alertaram para as dificuldades da construção de um espaço monetário comum na ausência de um pacto federativo e da criação de um sistema de transferências fiscais. Desde os mercantilistas até os fundadores da moderna economia política, os sistemas monetários se desenvolveram (aos trancos e barrancos) entre as duas dimensões incontornáveis da vida econômica moderna:

1. A universalização mercantil que impõe o dinheiro como forma abstrata do valor e da riqueza.

2. O âmbito jurídico-político onde se abrigam a cidadania e seus direitos definidos pela soberania dos Estados Nacionais. A concomitância entre a expansão do mercado e a soberania dos Estados Nacionais acentua as contradições entre o poder do princípio, o exercício do poder fiscal e monetário em seu território e as exigências mercantis e capitalistas de uma ordem econômica dominada pela produção de riqueza abstrata.

Philip Stephens, colunista do *Financial Times*, pegou o espírito da coisa: “A Grécia navega entre Sila, a depressão imposta pelos credores, e o caos de Caríbdis, o repúdio da dívida, o caos da saída do euro”. Nesse momento, entre as duas instâncias da vida econômica e social (a produção de riqueza abstrata e as regras da convivência cidadã e civilizada) não há mediações, mas apenas o calor produzido pelo atrito.

A direita europeia nacionalista não tem dúvida: pretende voltar atrás e retornar imediatamente às moedas nacionais enquanto expressão da soberania. Já os universalistas, defensores do euro, consideram a proposta de saída da moeda única um recuo imperdoável que levará a consequências nefastas, tal como a guerra de desvalorizações competitivas e o mergulho no caos monetário e fiscal.

Como escrevi tempos atrás, as correntes radicais do sindicalismo sugerem chutar o pau da barraca:

1. Anunciar o default e propor a reestruturação da dívida.

2. Nacionalizar os bancos e as companhias de seguros.

3. Desmantelar os mercados de securities e de derivativos.

4. Controlar duramente os movimentos de capitais.

A Hélade vive os tormentos de uma crise terminal. A残酷 que atormenta há quatro anos os assalariados dos setores privado e público, submetidos à tirania de uma austeridade que só agravou o problema, ameaça agora se transmutar numa colossal desvalorização da riqueza. A evolução da crise demonstra seu caráter impessoal: **as tentativas individuais de proteção e a “fuga para qualidade” jogam o jogo da destruição da riqueza coletiva.**

Por isso, na área monetária unificada, a Grécia não estará só em suas desventuras. Espanha, Itália, Portugal, vulneráveis, também sofrerão de maneira aguda os efeitos da derrocada grega. Na quarta-feira 16, o prêmio de risco da Espanha, por exemplo, calculado sobre os rendimentos dos títulos alemães de dez anos, chegou a 500 pontos. Para juntar desgraças ao infortúnio, a corrida bancária e a fuga de capitais chegaram à Ibéria, ameaçando a solvência das instituições grandes, médias e pequenas.

É provável que a crise não atingisse tais culminâncias se as autoridades europeias tivessem admitido a inevitabilidade de uma reestruturação ordenada da dívida e do controle público do sistema bancário. Teriam, assim, mitigado as agruras da recessão e bloqueado o avanço contagioso da crise financeira. Trata-se de um caso de psiquiatria política: a opção mesquinha por fazer pouco e devagar – *too little, too late* – transformou-se numa reação avassaladora do tipo *too much forever*.

<http://www.cartacapital.com.br/economia/uma-crise-terminal/?autor=George%20Soros>

George Soros on the Euro Crisis 'A Tragic, Historical Mistake by the Germans'



REUTERS

Billionaire investor George Soros: "We are down to three days" to save the euro.

With the EU summit set to start on Thursday, pressure is on European leaders to find a way out of the euro crisis. Investor George Soros is pessimistic that a solution will be found and says time is extremely short. In an interview with SPIEGEL ONLINE, he warns that Germany could develop into a hated, imperial power.



SPIEGEL ONLINE: In Germany, once the motor of European integration, people are openly discussing the possibility of leaving the euro zone. Many Germans believe that a return to the deutschmark would be cheaper than to remain stuck in a flawed currency union. Are they right?

Soros: There is no question that a breakup of the euro would be very damaging, very costly, both financially and politically. And the biggest loss would be incurred by Germany. Germans have to bear in mind that, effectively, they have suffered practically no losses so far. Transfers have all been in the

form of loans, and it is only when the loans are not repaid that real losses will be incurred.

SPIEGEL ONLINE: In surveys, though, most Germans no longer believe that loans granted to Greece or other nations will ever be repaid. They worry that Germany is simply on the hook for the rest of Europe.

Soros: But that would be the case only if the euro broke up. We have witnessed a tremendous capital flight, not only from Greece but also from Italy and Spain. All those transfers would result in claims by the banks of the creditor countries against the central banks of the debtor countries in the Euroclear System, the TARGET 2. I believe that claims by the Bundesbank will exceed a trillion euros by the end of this year.

SPIEGEL ONLINE: Should the euro zone collapse, these claims could become virtually worthless. Is Chancellor Angela Merkel just bluffing when she flirts with the idea of a German euro-zone exit?

Soros: Germany could leave, but it would be incredibly costly. I just read the report of the German Finance Ministry, which estimates the costs of a euro-zone exit in terms of employment and economic activity, both of which are real. Because this is the case, Germany will always do the minimum to preserve the euro. Doing the minimum, though, will perpetuate the situation where the debtor countries in Europe have to pay tremendous premiums to refinance their debt. The result will be a Europe in which Germany is seen as an imperial power that will not be loved and admired by the rest of Europe -- but hated and resisted, because it will be perceived as an oppressive power.

SPIEGEL ONLINE: Why should Germany carry all the blame? After all, other EU nations shied away from necessary structural reforms and lived beyond their means.

Soros: There is no doubt that the countries that now have a very large debt have not introduced the kind of structural reforms that Germany did and are therefore at a disadvantage. But the problem is that this disadvantage is becoming even more pronounced through the punitive policies in place now. Italy currently has to spend 6 percent of its GDP every year just to stay even with Germany because it has to pay so much more to refinance its debt. There is no way, with that handicap, that Italy can close the competitiveness gap with Germany.

SPIEGEL ONLINE: Once again: How is that Germany's fault?

Soros: This is the joint responsibility of everyone who was involved in the introduction of the euro without understanding the consequences. When the euro was introduced, the regulators allowed banks to buy unlimited amounts of government bonds without setting aside any equity capital. And the European Central Bank discounted all government bonds on equal terms. So commercial banks found it advantageous to accumulate the bonds of the weaker countries to earn a few extra basis points.

SPIEGEL ONLINE: And that then dragged down interest rates?

Soros: Yes. The lower interest rates fueled housing and consumption booms in countries such as Spain and Ireland. At the same time, Germany, struggling with the burdens of reunification, tightened its belt and became more competitive. All this led to a wide divergence in economic performance. Europe became divided into creditor and debtor countries. All these conditions were created by European authorities, including the European Central Bank, which was largely modeled after the Bundesbank. Germans tend to forget now that the euro was largely a Franco-German creation. No country has benefited more from the euro than Germany, both politically and economically. Therefore what has happened as a result of the introduction of the euro is largely Germany's *Schuld*-- its responsibility.

SPIEGEL ONLINE: Germans remember the birth of the euro very differently. They felt they had to give up the deutschmark in order to get other European Union nations to agree to German reunification.

Soros: True. The integration of Europe was very much led by a Germany that was always willing to pay a little bit extra to reach a compromise that everybody accepted, because Germany was so eager to get European support for reunification. That was called the "farsighted vision," which created the European Union.

SPIEGEL ONLINE: Do we need a similar vision today?

Soros: I want to draw the parallel between what is happening with the euro zone right now, and what happened after World War II, when the Bretton Woods system of monetary management was created to govern the global economy. Then, America became the center of this system, and the dollar became the dominant global currency. It was a free world dominated by America. But America earned that position by providing huge funds for the reconstruction of Europe through the Marshall Plan. America became a benevolent imperial power, which greatly benefited America.

SPIEGEL ONLINE: How can that situation be compared to the one in which we find ourselves today?

Soros: Germany is in a similar position today, but it is not willing to engage in anything like the Marshall Plan. It is opposed to any transfer union for the rest of Europe.

SPIEGEL ONLINE: The Marshall Plan, though significant, amounted to just a small share of the US gross domestic product. The potential payouts related to a euro rescue program, on the other hand, might be more than Germany can handle.

Soros: Nonsense. The more comprehensive and convincing a debt reduction program is, the less likely it is to fail. And remember, just as Germany is grateful to America for the Marshall Plan, Italy would be grateful to Germany for helping

it lower its refinancing costs. If it did that, Germany could set the conditions. And Italy would be happy to meet those conditions, because it would benefit from it. Not to recognize this opportunity is a tragic, historical mistake by the Germans.

SPIEGEL ONLINE: Why did Americans support the Marshall Plan then while Germans now back Merkel's tough push for austerity?

Soros: America felt victorious and generous after World War II. They had also learned from the mistakes after World War I when they imposed punishment on Germany. What became of Germany? A Nazi dictatorship which threatened the world. Today's Germany doesn't feel as prosperous and generous as America then. But actually, Germany still is very prosperous.

SPIEGEL ONLINE: It is precisely that prosperity that Germans are fearful of losing.

Soros: The German position is simply short-sighted. Currently, there is no sign of a crisis in Germany. But if the euro crisis is not resolved quickly, Germany will very soon begin to feel the global decline in economic activity.

SPIEGEL ONLINE: You said a few weeks ago that there were only three months left to overhaul the structure of the currency union.

Soros: Well, we are down to three days now.

SPIEGEL ONLINE: Three days?

Soros: Europe's leaders need to take bold steps at the EU summit on Thursday and Friday.

SPIEGEL ONLINE: Do you think Angela Merkel is prepared to take such steps?

Soros: She is trapped. Merkel has realized that the euro is not working, but she cannot change the narrative she has created because that narrative has caught the imagination of the German public, and the German public has accepted it.

SPIEGEL ONLINE: The narrative essentially says that crisis-stricken nations simply haven't made the necessary reforms, unlike Germany.

Soros: Right. But at the same time, Chancellor Merkel realizes that what is happening is not working, and so she is determined to preserve the euro.

SPIEGEL ONLINE: German Finance Minister Wolfgang Schäuble [gave an interview to SPIEGEL](#) saying that now is the time for bold steps. He outlined ideas for a closer political union in Europe.

Soros: Schäuble is representative of the Germany of Helmut Kohl. He is the last European standing, and he is a tragic figure, because he understands what needs to be done, but he also realizes the obstacles that stand in the way, and he cannot find a way to overcome these obstacles. So he is really suffering.

SPIEGEL ONLINE: What would be your advice to Minister Schäuble?

Soros: The key problem is the debt restructuring in the euro zone. As long as the debt burden is not reduced, there is no chance of the weaker EU countries regaining competitiveness.

SPIEGEL ONLINE: How could that be achieved?

Soros: I propose a European Fiscal Authority which, in partnership with the European Central Bank (ECB), can do what the ECB cannot do on its own. It could establish a Debt Reduction Fund, similar to that proposed by Chancellor Merkel's Council of Economic Advisors and endorsed by the Social Democrats and the Greens. In return for Italy and Spain undertaking specified structural reforms, the Fund would acquire and hold a significant portion of their outstanding stock of debt.

SPIEGEL ONLINE: And where should the money come from to buy up these sovereign bonds?

Soros: The Fund would finance the purchases by issuing European Treasury Bills (*eds. Note: a variation on Euro Bonds but with a shorter maturity period*) -- a joint obligation of the member countries -- and pass on the benefit of cheap financing to the countries concerned. Such a step would create a more level playing field, because Italy would be able to finance half its debt at 1 percent and the other half would also come down. It would provide real relief to Italy and Spain.

SPIEGEL ONLINE: And once crisis-stricken countries feel that relief, they would cease implementing tougher reforms.

Soros: Quite to the contrary: Reforms would become much easier. It is all about incentives. In the case of Italy, the administration of Prime Minister Mario Monti would like to have much stronger labor market reforms than it is able to push through. If there was a reward of being able to refinance your debt at 1 percent, Monti could push such reforms through.

SPIEGEL ONLINE: But what would happen, for example, should there be a change in government, with the new leaders unwilling to pursue such reforms?

Soros: Then you simply withdraw the concession and suddenly, instead of being able to borrow at 1 percent, the government has to go to the market. And the market is going to punish you. No government could do that without having to pay a heavy price for it.

SPIEGEL ONLINE: But that would push Italy into bankruptcy, a nuclear option that European authorities would never dare to detonate.

Soros: You could adjust the punishment to fit the infraction. Even a small fine would be enough to bring an errant government to heel.

SPIEGEL ONLINE: Could such a plan help Greece remain in the euro zone as well?

Soros: Unlikely. Rescuing Greece would require an enormous kind of magnanimity and generosity. The situation there has simply become too poisoned. I think that by standing firm and not compromising on Greece, Angela Merkel would be in a better position to persuade the German public to be more generous toward other nations and distinguish between the good guys and bad guys in Europe.

SPIEGEL ONLINE: Would you agree with Merkel's statement that Europe will fail if the euro fails?

Soros: Yes. Because in the long run, you cannot have a common market without a common currency.

SPIEGEL ONLINE: If you were still an active investor, would you be tempted to make massive bets against the euro?

Soros: As an investor, I would be very pessimistic, especially about Europe. But as a believer in an open society, I have to put my faith in the people and leaders of Europe to show some reason.

Interview conducted in London by Mathias Müller von Blumencron, Stefan Kaiser and Gregor Peter Schmitz

<http://www.spiegel.de/international/europe/george-soros-says-germany-must-change-course-on-euro-crisis-a-841061.html>

Coluna Europa em Crise

Internacional | 18/03/2012 | Copyleft ☎

Envie para um amigo Versão para Impressão



Tempos difíceis: a democracia social ameaçada na Europa

Estamos vivendo tempos difíceis, onde se produz uma mudança profunda na consideração das coordenadas básicas de uma civilização construída em torno do valor político do trabalho e de alguns direitos de cidadania no plano social guiados por um princípio igualitário sustentado pela ação do Estado social.

Essa mudança vem sendo efetuada sob a ameaça da crise e da pressão dos mercados financeiros, apresentando-se, como uma situação de exceção às regras políticas e jurídicas que já não são consideradas "adequadas" para gerir situações de emergência. O artigo é de Antonio Baylos.

Antonio Baylos (*)

A saída da crise escolhida pela Europa resume-se à retomada do lucro empresarial e à desestruturação dos sujeitos coletivos que representam o trabalho assalariado. Para isso, atua-se diretamente no terreno da produção, mediante as chamadas “reformas estruturais” que conduzem à modificação permanente das leis trabalhistas e, simultaneamente, no terreno social, debilitando e, em alguns casos, destruindo literalmente as estruturas de assistência, proteção e defesa econômica dos cidadãos colocados em uma situação de subalternidade social, proscrevendo as noções de serviço público e de gratuidade no acesso a serviços básicos.

Trata-se de um desenho já experimentado na década dos 90 do século passado em países em via de desenvolvimento, como na América Latina, e que gerou um evidente efeito destrutivo sobre o ambiente social, ecológico e cultural deste mundo global. Este é o significado profundo da contrarrevolução que se iniciou nos anos 80 na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan. A relação destas políticas de destruição e privatização das estruturas sociais que garantiam níveis mínimos de cuidado e de serviço com a escassez e a geração de novas chantagens sobre o trabalho em um mercado trabalhista cada vez mais informal e flexível, é um fenômeno político apontado por muitos analistas [1].

No caso espanhol esta dupla via de ação contra o público e o coletivo é acompanhada de uma crise das garantias democráticas básicas, virtualmente suprimidas no curso de um processo de reformas e de tomada de decisões justificadas pela necessidade ou pela irresistível imposição externa dos poderes econômicos e financeiros. A crise da democracia – “por cima” e “por baixo” na explicação de Ferrajoli [2] – acentua-se e os rituais democráticos fundamentais, as eleições políticas, o projeto diferenciado de sociedade apresentado pelos partidos, o respeito à vontade popular expressa nos resultados eleitorais, acabam pulverizados como consequência das práticas políticas justificadas como reação frente a crise.

A indiferença do projeto político defendido pelos dois maiores partidos institucionalizados e a anulação de qualquer vestígio de soberania popular na adoção de medidas de alcance geral é uma realidade estimulada por meios de comunicação dominados por um poder econômico concentrado que esvazia de conteúdo o direito a uma informação veraz, anulando suas garantias. As reformas trabalhistas vêm sendo realizadas desde maio de 2010 sob a alegação da excepcional urgência e necessidade, evitando a discussão prévia e pública no parlamento sobre os textos da reforma. A reforma da Constituição, que restringiu de forma importante o alcance e a extensão da cláusula social da mesma, foi implementada – “com sentido de Estado” – mediante um pacto entre as oligarquias burocráticas dos partidos majoritários excluindo expressamente a submissão do texto ao referendo da vontade popular.

Os mecanismos democráticos se apresentam como “formalismos” que atrapalham a tomada de decisões “necessárias”, de maneira que são deixados de lado na prática da “governança” cotidiana e são substituídos por impulsos e automatismos predeterminados e codificados em outro lugar, no “nível adequado” onde se adotam as decisões determinantes e cuja tradução nos diferentes espaços nacionais se realiza cada vez mais com maior opacidade e autoritarismo. Triunfo do princípio oligárquico, é a afirmação de “um longo Termidor” nas sociedades europeias do século XXI [3].

A experiência espanhola recente, onde as reformas postuladas não são conhecidas pelos cidadãos até sua aprovação pelo Conselho de Ministros, geraram um estilo de governo quase profético no qual se considera como um fato que estes tempos são ruins mas virão aí tempos piores, ou, o que é o mesmo, que as reformas “mais dolorosas” para a cidadania ainda estão por vir e ainda que não se conheça o seu teor, o certo é que eles chegarão e que “exigirão mais sacrifícios”. É possível que, praticando tal hermetismo ameaçador, pretenda-se excitar na sofrida cidadania social imagens variadas de distopias atravessadas por angustiantes pesadelos e por uma sensação de medo invencível com efeitos paralisantes em relação ao futuro.

Sem excluir esta intenção de influir no imaginário social, a opacidade governamental explica-se publicamente levando em conta que o conhecimento das medidas concretas a adotar teria consequências negativas nas eleições na Andaluzia, de 25 de março, ou nas eleições gerais, de 20 de novembro.

Assim, é explícita a concepção negativa que o governo tem das eleições, que não considera um momento decisivo de formação livre da opinião pública. Segundo essa lógica, “agora não é o momento” de conhecer o que o governo pretende fazer, ou que seu programa de governo possa ser avaliado – positiva ou negativamente – pelos cidadãos através do procedimento da eleição democrática. Não se trata, portanto, de comportamentos já conhecidos de descumprimento do programa apresentado aos eleitores como um “contrato” frente ao qual cabe uma responsabilidade política ou moral, mas sim da consideração do juízo cidadão sobre o projeto político como algo não transcendente. A liturgia eleitoral simboliza o prêmio ou o castigo aos governos pelo que fizeram (ou pelo que não fizeram), mas não permite decidir como se deve governar.

A dupla via de intervenção frente à crise, no terreno da produção e no terreno social, foi se desenrolando na Espanha desde maio de 2010 por meio de um processo ininterrupto de mudanças normativas em uma escalada articulada entre disposições estatais e de comunidades autônomas. No primeiro terreno, o da produção, as normas espanholas aprofundaram paulatinamente a abertura de espaços cada vez maiores de flexibilização do trabalho em paralelo a um processo intenso de erosão da negociação coletiva e de “des-sindicalização” de territórios extensos da produção de bens e serviços, não necessariamente coincidentes com a pequena e média empresa.

Estes processos de desregulação coletiva implicam o fortalecimento do poder

unilateral dos empregadores na disposição do emprego e do tempo de trabalho. Não buscam a geração de emprego, como é dito insistente por dirigentes governamentais e autoridades monetárias, mas sim a desestruturação do esquema representativo coletivo do trabalho e seu confinamento em um nível de implantação reduzido, reduzindo progressivamente seu poder de negociação e de mediação representativa.

A incapacidade da reforma trabalhista para a criação de emprego é uma conclusão unânime dos juristas do trabalho [4]. Muito recentemente a ex-presidenta do Tribunal Constitucional lembrou isso em uma aula magistral por ocasião da concessão do doutorado Honoris Causa na Universidade Carlos III, de Madri. Ao analisar a função da legislação trabalhista, acusada de destruir o emprego, reduzir seu campo de aplicação a um grupo de “insiders” e, cuja reforma, portanto, teria virtudes evidentes na geração de emprego, a professora Casas explica que esta suposta capacidade criadora de postos de trabalho da lei de reforma da legislação trabalhista é negada enfaticamente pelos fatos, em especial no que diz respeito à experiência espanhola de 2010 e 2011.

“A lei da reforma trabalhista parece ter se convertido em uma espécie de caminho de tira e põe, como o que possuía o mago de *Merlín e família*, do grande fabulador Cunqueiro, ao serviço da geração de emprego”. Os encantamentos não são próprios da legislação trabalhista, e “as últimas reformas trabalhistas, feitas para “recuperar o caminho da criação de emprego e reduzir o desemprego”, não atingiram seu objetivo apesar de terem situado os empresários “em uma posição muito melhor” frente aos riscos da contratação de trabalhadores do que a que tinham sob as leis que, quando estavam em vigor, aumentaram os empregos em quase oito milhões de pessoas entre 1995 e 2007 (...”).

“A instabilidade crônica das normas sobre política de emprego e modalidades de contratação trabalhista ou os contínuos ensaios sobre formação profissional e intermediação laboral provam a radical e inegável capacidade dessas urgentes e fragmentárias normas reformadoras para conseguir os fins que querem alcançar. Em sua reforma reside o reconhecimento mesmo de seu fracasso”. Desta maneira, conclui, “desse modelo de regulação trabalhista que foi sendo desenhado por meio de reformas sucessivas, que trariam grandes remédios que os fatos desmentem, resultou um direito de trabalho que sequer sustenta o conjunto dos trabalhadores e não compensa e nem corrige as desigualdades fundamentais que aumentaram notavelmente entre estes, ao mesmo tempo em que estabelece as bases de um modelo econômico de baixa produtividade. Sua superação é uma necessidade quase unanimemente aceita e um assunto absolutamente fundamental” [5].

Esta conclusão tão assertiva como desoladora é algo que todos conhecem/conhecemos. As posições governamentais e empresariais que seguem repetindo como um mantra a necessidade de seguir reformando a legislação trabalhista como condição para a recuperação econômica e a criação de emprego sabem perfeitamente que usam um argumento falso, que não resiste à comparação histórica com os ciclos de criação e destruição de

emprego na Espanha, nem pode explicar as diferenças abismais entre as distintas regiões espanholas em razão do nível de emprego correspondente. Esta consciente reiteração da falsidade tem a ver com o desempenho eficaz em termos de opinião pública da justificativa desta desregulação progressiva.

Também está ligada à necessidade de desmontar as resistências culturais à flexibilização acelerada do trabalho, que se manifesta na opinião do primeiro ministro italiano “não político” ou “técnico”, o financeiro Monti, sobre o tédio de um trabalho estável, definido como uma espécie de cadeia perpétua na qual o trabalhador se encontra preso a um mesmo posto de trabalho durante toda a vida. O reverso desta afirmação é o verdadeiramente significativo: os jovens devem se acostumar ao fato de que só encontrarão em suas vidas trabalho precário, temporário, instável.

Mas a conexão constante entre criação de emprego e desregulação trabalhista tem também, como os problemas matemáticos, uma pergunta oculta. É uma interrogação fundamental para o Direito do Trabalho. Trata-se de responder a uma pergunta central sobre a conveniência ou inconveniência do sindicato e do coletivo como elemento significativo e em alguns sentidos determinante na regulação das relações de trabalho, do projeto contratual e de sua execução. A resposta, todavia, não é explícita, como a própria pergunta, mas é crucial para a resolução do problema. É certo que existem tendências contrapostas que impedem uma tomada de postura clara por parte do empresariado. Um importante setor do mesmo, no qual pesa decisivamente a experiência histórica de trinta anos de concertação social e de prática da negociação coletiva, entende conveniente a presença sindical e sua capacidade de mediação representativa, ainda quer tirar da crise uma consolidação de sua posição dirigente.

A assinatura do segundo acordo para o emprego e a negociação coletiva para o período 2012-2014 entre CEOE-CEPYME e os sindicatos confederados responde a esta ideia e, para além da regulação salarial que propõe, a atenção deve se concentrar na confirmação que este instrumento realiza da negociação coletiva como método prioritário de regulação das relações de trabalho, e as previsões que nele se estabelecem sobre a estrutura da negociação coletiva, os procedimentos de inaplicação do convênio setorial e o amplo espaço concedido às medidas de flexibilidade interna como fórmula de intercâmbio ante a redução de empregos fixos e as extinções de contratos como medidas organizativas das empresas nesta crise [6]. Com isso, o sindicalismo confederado entende que pode preservar o núcleo de seu poder contratual, legitimado e reconhecido mediante o pacto com o empresariado.

No entanto, o acordo não fecha a possibilidade de uma nova reforma trabalhista. São muito fortes as pulsões que vem degradando as garantias de emprego e enfraquecendo o peso da dimensão coletiva nas relações de trabalho, substituindo-as por uma visão organizativa definida unilateralmente pelo poder privado do empresariado. E o novo governo anuncio que legislará sobre esta matéria de formal tal – uma reforma “dura” – que espera que os sindicatos convoquem uma greve geral contra a mesma [7]. Portanto, são previsíveis interferências e “turbulências” da lei reformadora sobre o esquema

fixado na negociação coletiva. A lei 35/2010 interveio desautorizando uma boa parte dos conteúdos pactuados no segundo acordo para o emprego e a negociação coletiva 2010-2012, reduzindo o campo de atuação do poder regulador coletivo do sindicato, pelo que é possível que também o governo do PP retome a prática já experimentada na crise de utilizar a norma legal da reforma para contrariar e eliminar o que foi pactuado coletivamente. É claro que, com isso, se produz uma deslegitimização intensa da constitucionalização do trabalho em sua vertente coletiva e sindical [8]. É uma operação profundamente antidemocrática, em relação a qual, muitos setores ainda não estão suficientemente conscientes.

A segunda via de intervenção se dá no terreno social e se materializa em uma hostilidade beligerante contra o público e o estatal. O desmantelamento progressivo e a privatização dos espaços e serviços públicos de formação, de cuidado e de assistência social é um objetivo prioritário tanto da política estatal como, de forma muito visível, das comunidades autônomas. Educação e saúde como territórios de luta muito destacados, que se projetam e se replicam em muitos outros aspectos da assistência social e dos serviços públicos do sistema de proteção social. A destruição da esfera pública, acelerada pelo tratamento que se deu à crise, degradou a sensação de pertencimento a uma dimensão coletiva, destruindo portanto a solidariedade entre os seres humanos. A miséria e a pobreza crescem indefectivelmente nesse panorama onde o princípio igualitário e sua consideração material, reconhecidos como eixo do constitucionalismo do trabalho e da cláusula social que compromete a ação do Estado, são conscientemente negados.

Estamos acostumados a que, no setor público, as intervenções anti-crise se centrem na redução salarial direta ou na perda de poder aquisitivo dos salários por meio do mecanismo de congelamento dos mesmos, e em uma política de contenção de gastos e de pessoal, o que é reforçado ainda mais pela cláusula da estabilidade orçamentária e sua exigência legal. Avalia-se corretamente o caráter “injusto e suicida” desta política no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e à criação de riqueza [9], mas não se reflete suficientemente sobre os múltiplos aspectos problemáticos que estas ações estão colocando no campo do emprego público com efeitos devastadores. Os defensores dessa política querem definir o Estado como um espaço singular de regras separado e isolado das que regem a relação entre lei e convenção coletiva na produção de normas trabalhistas. E neste espaço se quer criar uma barreira de imunidade frente à vigência efetiva da liberdade sindical coletiva de atuação na regulação coletiva das relações de trabalho no emprego público.

O sistema espanhol se baseia na força vinculante do convênio coletivo de eficácia normativa e geral. Na crise, a lei está criando um estado de exceção econômico que modifica diretamente o conteúdo dos acordos coletivos e pretende que estes não se apliquem em aspectos substanciais. Com isso se esvazia de conteúdo o direito de negociação coletiva, fazendo a liberdade sindical perder sentido. As faculdades especiais dessa liberdade, reconhecidas por lei orgânica, de ordenar e disciplinar as condições de trabalho emprego, são relativizadas pela legislação de urgente necessidade.

O processo afeta a negociação coletiva no setor público, reconhecida de forma ampla no Estatuto Básico do Empregado Público (EBEP), a qual se aplica como regra geral da crise a exceção muito limitada que assinala o parágrafo 10 do artigo 38 do EBEP, que garante o cumprimento dos pactos e acordos, “salvo quando excepcionalmente e por causa grave de interesse público derivada de uma alteração substancial das circunstâncias econômicas, os órgãos de governo das administrações públicas suspendam ou modifiquem o cumprimento de pactos e acordos já firmados, na medida estritamente necessária para salvaguardar o interesse público”.

A excepcionalidade e a gravidade da situação que altera substancialmente as circunstâncias econômicas é alegada agora massivamente como cláusula para derrogar e modificar os pactos e acordos dos empregados públicos, que veem assim substituída a negociação coletiva de suas condições de trabalho pactuadas entre os sindicatos representativos e a Administração, por uma decisão unilateral do poder público que reduz os padrões salariais, de jornada de trabalho e de serviços sociais que haviam sido reconhecidos coletivamente.

Esse processo de verdadeiro confisco de direitos constitucionais básicos, a liberdade sindical e a negociação coletiva, é praticado também pelas administrações autônomas, onde há dúvidas mais do que fundadas sobre a capacidade das leis autonômicas e dos acordos dos órgãos de governo destas administrações para reduzir os direitos sindicais e as condições de trabalho. Isso ocorre não só sobre os acordos e pactos dos empregados, mas sobre os convênios coletivos dos trabalhadores a serviço de qualquer das administrações públicas envolvidas, estatal, autonômica, local e nas empresas públicas.

Mediante a lei de exceção econômica por causa da crise, anula-se na prática a negociação coletiva e a ação sindical coletiva na regulação das condições de trabalho. O setor público é, portanto, um campo avançado da tendência a privar os sindicatos representativos do poder normativo que a lei orgânica de liberdade sindical reconhece a eles. Cabe perguntar pelo significado político-constitucional desta tendência e se a singularidade do emprego público permite a aplicação massiva e generalizada de decisões de não aplicação e substituição de acordos, pactos e convênios coletivos neste setor, na base de uma consideração unilateral do “interesse público” em cuja definição não tem lugar o pluralismo social nem o respeito dos direitos fundamentais reconhecidos na Constituição espanhola.

Além disso, e contra o que normalmente se acredita, o espaço do emprego público está sendo colocado no centro das táticas de redução de efetivos, com uma ampla flexibilidade na obtenção destes objetivos e uma correlata perda de garantias. A muito criticada doutrina do Tribunal Supremo que criou uma nova categoria de trabalhadores na Administração, o indefinido não fixo, consolidou um tipo contratual em uma situação especial de risco a respeito da amortização de sua vaga ou da negativa a mantê-la, sem a previsão de uma indenização nem controle sindical ante a extinção do contrato nos casos de demissão coletiva.

A privatização dos serviços públicos gerou uma grande quantidade de terceirizações de serviços das administrações públicas a partir do esquema da contratação de serviços mediante contratos e subcontratos. A estratégia de redução de gastos e a política de austeridade conduz a não pagar o contrato, rescindi-lo e posteriormente voltar a oferecer o trabalho a um preço mais baixo. As consequências a respeito da redução de emprego após a rescisão e a renegociação do contrato e a cadeia de subcontratações sucessivas são muito graves e colocam numerosas interrogações sobre a responsabilidade solidária da entidade pública contratante e as empresas contratadas que já não funcionam.

Estes conflitos sobre o emprego no setor público, onde a capacidade de regulação coletiva e sindical das condições de trabalho foram reduzidas à nada, com grave quebra dos princípios constitucionais, permitem que se estenda, assim como ocorreu no setor privado, a precariedade e a flexibilidade em muitos de seus circuitos de prestação de serviços. É importante assinalar que seu desenvolvimento coincide com a abertura de debate sobre a necessidade de que o usuário do serviço pague uma parte de seu custo como forma de garantir a sustentabilidade do mesmo. A transformação do usuário em cliente parece que, por si só, permitiria melhorar a qualidade dos reduzidos serviços sociais de origem e caráter público.

Está se produzindo, portanto, uma mudança profunda na consideração das coordenadas básicas de uma civilização construída em torno do valor político do trabalho e de alguns direitos de cidadania no plano social guiados por um princípio igualitário sustentado pela ação do Estado social. Essa mudança vem sendo efetuada sob a ameaça da crise e da pressão dos mercados financeiros, apresentando-se, pois, como uma situação de exceção às regras políticas e jurídicas que não são consideradas "adequadas" para gerir a situação de emergência. Desta maneira, implicitamente, se faz circular a ideia de que a democracia em seu componente político e social e suas dimensões pública e coletiva é um método de governo inapropriado frente às situações críticas do sistema econômico e que, por conseguinte, estas devem ser resolvidas prescindindo destas dimensões.

São tempos duros, certamente, tempos difíceis, mas o resultado final destes processos está aberto. Como o próprio tempo de duração da crise, cujo final se reenvia constantemente dois anos mais tarde da data que havia sido anunciada como o momento da recuperação. Neste tempo dilatado, aumentam os riscos de **fratura social** e o sindicalismo está impulsionando mobilizações de resistência, ao mesmo que tenta construir uma proposta coerente com a situação de crise que enfrentamos, a partir da qual possa explicar seu próprio programa de ação e afiançar sua mediação representativa no emprego e no trabalho. Mas os juristas do trabalho não podem refugiar-se no restrito círculo dos comentários acadêmicos, mantendo um silêncio suficientemente eloquente de sua irrelevância midiática. É importante considerar o espaço dos direitos trabalhistas como um terreno de confrontação ideológica e de orientação cultural e política contrahegemônica que requer uma presença organizada dos juristas do trabalho interessados em preservar o modelo constitucional da democracia social e a renovação da esfera pública em um sentido democrático

real.

(*) Antonio Baylos é professor de Direito do Trabalho e Trabalho Social, na Universidade de Castilla-La Mancha

NOTAS

[1] De forma sintética sobre o tema, F. Berardi, “*Bifo”, el sabio, el mercader y el guerrero. Del rechazo del trabajo al surgimiento del cognitariado*, Acuarela & Machado Libros, Madrid, 2007, pp. 127 – 130.

[2] L. Ferrajoli, *Poderes salvajes. La crisis de la democracia constitucional*, Trotta, Madrid, 2011.

[3] G. Pisarello, *Un largo Termidor. La ofensiva del constitucionalismo antidemocrático*, Trotta, Madrid, 2011.

[4] Também quando as reformas trabalhistas são progressistas, como a redução do tempo de trabalho na França. Sua efetividade em termos de emprego é muito questionável, enquanto que desdobra seus efeitos positivos em outros âmbitos de fortalecimento coletivo e de mudança de cultura na relação entre tempo de trabalho e tempo de vida. Cfr. A. Jeammaud, “La experiencia francesa de reducción del tiempo de trabajo”, RDS nº 53 (2011), pp. 8 ss.

[5] M.E. Casas Baamonde, *Aula Magna por ocasião da outorga do doctor honoris causa por la Universidad Carlos III de Madrid*, Getafe, 27 de enero 2012.

[6] Ver neste sentido, J. Coscubiela, “Una primera lectura de los acuerdos CCOO, UGT y CEOE”, Nueva Tribuna, 29 de enero 2012, <http://www.nuevatribuna.es/opinion/joan-coscubiela/2012-01-25/una-primera-lectura-de-los-acuerdos-ccoo-ugt-y-ceoe/2012012500322900858.html>

[7] O presidente Mariano Rajoy foi surpreendido por un microfone aberto no Conselho Europeu em Bruxelas, em 30 de janeiro de 2012, afirmando a seu homólogo finlandês que “a reforma laboral vai me custar uma greve”. <http://www.publico.es/419493/rajoy-pillado-la-reforma-laboral-me-va-a-costar-una-huelga>

[8] Não só privativa da Espanha. Ver U. Romagnoli, “Diritto del lavoro: torniamo alla costituzione”, en Eguaglianza e libertà, <http://www.eguaglianzaeliberta.it/articolo.asp?id=1456>

[9] J. Coscubiela, “El PP se estrena con políticas injustas y suicidas”, Nueva Tribuna, 13 de enero 2012, <http://www.nuevatribuna.es/opinion/joan-coscubiela/2012-01-08/el-pp-se-estrena-con-politicas-injustas-y-suicidas/2012010821243700194.html>.

Tradução: Marco Aurélio Weissheimer – www.cartamaior.com.br

O fim da Europa

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/29545-o-fim-da-europa.shtml>

VLADIMIR SAFATLE - FSP, 6-3-12

“Husserl dizia que os povos, mesmo em sua hostilidade, se agrupam em tipos que têm um ‘lar’ territorial e um parentesco familiar, tal como os povos da Índia; mas só a Europa, malgrado a rivalidade de suas nações, propria a si mesma e aos outros povos uma ‘incitação a se europeizar cada vez mais’, de modo que é a humanidade inteira que se aparenta a si neste Ocidente.”

Essa afirmação de Gilles Deleuze e Félix Guattari, em “O Que É a Filosofia?”, sintetiza bem como “Europa” foi, durante muito tempo, não a descrição de um espaço geográfico, mas o nome de um movimento de trans-formação sociocultural de escala global.

Se Deleuze e Guattari podem lembrar Edmund Husserl e afirmar que só a Europa propria a outros povos uma incitação a se europeizar cada vez mais, foi porque ela representou mais do que um impulso colonial. Pois a incitação nunca tem como força a simples coerção.

Na verdade, “Europa” representou aquilo que um de seus primeiros heróis, Ulisses, encarnou -a saber, a capacidade de perder-se e a certeza de ser acolhido mesmo lá onde não encontramos mais nossa imagem.

“Europa” foi, durante certo tempo, o nome de um impulso para fora de si. Por isso, os bons europeus serão sempre Nietzsche, Freud, Spinoza, Paul Celan, Sartre, Mallarmé, Debussy e tantos outros: aqueles que suspeitam de si e de sua própria língua.

Mas essa Europa perdeu força. Ela se debate contra o seu fim. Em um momento no qual a União Europeia rifou seu futuro ao se mostrar, não como uma força propulsora de transformações econômicas, mas como um mero instrumento de defesa do sistema financeiro, a Europa vê o motor do capitalismo deslocar-se, mais uma vez, para fora de suas fronteiras. Primeiro, os Estados Unidos, depois o Japão e, agora, a China.

Como se não bastasse, as antigas rivalidades retornam. Gregos lembram das dívidas de guerra de alemães, finlandeses culpam os europeus do sul pela crise, belgas demonstram que não é necessário imigrantes para fazer circular o ódio social.

É nesse contexto de crise e degradação que ouvimos brados de defesa da “civilização europeia” vindos, normalmente, daqueles que confundem “civilização” com hábitos alimentares e dialetos camponeses.

Essa é uma triste prova de que a “civilização europeia” aparece quando a “Europa” deixa de representar ideias renovadoras e capazes de incitar outros povos.

Talvez isso nos lembre como precisamos procurar, como dizia Deleuze, por uma nova terra e por um povo que não existe ainda.

TRISTE EUROPA

Mário Soares - dn - 15 de Março de 2011



dn

1. Para quem há mais de cinquenta anos, como eu, é um europeísta convicto, a situação de decadência anunciada da União Europeia, sem valores - incluindo os comunitários, como a unidade, a solidariedade e a igualdade de todos os Estados membros -, representa uma imensa tristeza. Para além da falta de uma resposta concertada e conjunta à crise financeira e económica, as "receitas" propostas que corroem alguns dos Estados membros e a manifesta paralisia em matéria político-diplomática.

Vem-me agora à memória, com alguma frequência, a célebre frase do grande Alexandre Herculano, quando, numa fase quase final da sua vida, comentava a situação portuguesa, aos seus amigos, exclamando: "Isto dá-me vontade de morrer..."

Não é, obviamente, o meu caso, considerado optimista. Tento reagir, com realismo, como é meu dever, com a maior isenção e preocupado acima de tudo

com o nosso país. Mas não é fácil, dado o clima de incerteza quanto ao futuro da União, a sobranceria do Governo alemão, que parece querer "germanizar" a Europa, e o facto de não haver comparação possível entre a generalidade dos grandes líderes europeus do passado e o egoísmo nacionalista dos de hoje.

A União Europeia - note-se - nesta fase é profundamente conservadora. Basta lembrar que entre os 27 Estados membros que a integram só três se reclamam do socialismo democrático ou da social-democracia e, mesmo assim, com poucas convicções.

Ora o mundo está em grandes transformações, em todos os continentes. É uma evidência. A Internet e os novos meios informáticos - como a "primavera árabe" está a demonstrar - põem nas mãos dos cidadãos instrumentos de comunicação que lhes permitem formas, quase imediatas, de intercâmbio de ideias e de actuação que, no passado, levavam anos ou meses a amadurecer.

[...]

Obs: Talvez seja melhor não desenvolver mais o psicodrama, os portugueses já compreenderam como estamos, e, mais grave, como chegámos até aqui. Tenho pena que a gestão da coisa pública tenha chegado a este estado comatoso, em boa medida, por causa de políticas públicas erradas e uma incapacidade congénita em reformar o Estado, amplificador de grandes males ao nível da despesa pública. Ainda acreditei em algumas dessas reformas, sobretudo no início do mandato, em que o ímpeto reformador era intenso e determinado, mas hoje a opção defendida pelo articulista e ex-PR - parece ser a via mais plausível para balanciar Portugal e encontrar um novo rumo para o país. Não vale a pena fingir, aprendemos com o poeta que isso só nos leva ao engano, e foi de engano em engano que batemos no fundo.

Triste Europa- Abril 2012

Mário Soares 2011-03-15
http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1806043&seccao=M%E9rio%20Soares&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco&page=-1 1806043

1. Para quem há mais de cinquenta anos, como eu, é um europeísta convicto, a situação de decadência anunciada da União Europeia, sem valores - incluindo os comunitários, como a **unidade**, a **solidariedade** e a **igualdade** de todos os Estados membros -, representa uma imensa tristeza. Para além da falta de uma resposta concertada e conjunta à crise financeira e económica, as

"receitas" propostas que corroem alguns dos Estados membros e a manifesta paralisia em matéria político-diplomática.

Vem-me agora à memória, com alguma frequência, a célebre frase do grande Alexandre Herculano, quando, numa fase quase final da sua vida, comentava a situação portuguesa, aos seus amigos, exclamando: "Isto dá-me vontade de morrer..."

Não é, obviamente, o meu caso, considerado optimista. Tento reagir, com realismo, como é meu dever, com a maior isenção e preocupado acima de tudo com o nosso país. Mas não é fácil, dado o clima de incerteza quanto ao futuro da União, a sobranceria do Governo alemão, que parece querer "germanizar" a Europa, e o facto de não haver comparação possível entre a generalidade dos grandes líderes europeus do passado e o egoísmo nacionalista dos de hoje.

A União Europeia - note-se - nesta fase é profundamente conservadora. Basta lembrar que entre os 27 Estados membros que a integram só três se reclamam do socialismo democrático ou da social-democracia e, mesmo assim, com poucas convicções.

Ora o mundo está em grandes transformações, em todos os continentes. É uma evidência. A Internet e os novos meios informáticos - como a "primavera árabe" está a demonstrar - põem nas mãos dos cidadãos instrumentos de comunicação que lhes permitem formas, quase imediatas, de intercâmbio de ideias e de actuação que, no passado, levavam anos ou meses a amadurecer.

O capitalismo especulativo, sem valores éticos - que a crise financeira revelou, no seu pior -, está desacreditado, como os mercados especulativos, que só pensam no lucro, ignoram a crise, as pessoas, e põem Estados muitas vezes seculares, como o português, em tremendas dificuldades.

A globalização é um fenómeno irreversível - é evidente - mas está cada vez mais desregulada, o que torna imprevisível o futuro. As desigualdades entre pessoas e entre os Estados têm vindo a agravar-se perigosamente. O neoliberalismo, como ideologia, revelou-se um fracasso colossal, como há duas décadas foi a queda do comunismo, suscitando a mesma surpresa geral.

As rupturas são, portanto, inevitáveis e irão com certeza surgir, de surpresa, quando menos se esperar, como tem estado agora a ocorrer no mundo árabo-muçulmano.

É incontestável que a União Europeia, vista antes como um projecto político-social, invejável, original, de paz e de bem-estar, para todos, está hoje à deriva e sem rumo. Os seus dirigentes actuais, esmagadoramente conservadores, estão a perder contacto com a realidade e as populações, numa espécie de autismo político, que conduz ao descrédito, numa primeira fase, e depois à revolta. Perigosa situação!

Os actuais dirigentes europeus, e, em especial, os alemães e os franceses, que os seguem, obedientemente, negam-se a compreender que as receitas

economicistas que impõem a certos Estados membros, longe de lhes resolverem as dificuldades, as complicam, até porque os conduzem, necessariamente, à recessão: mais desemprego, mais precariedade do trabalho, menos investimentos, crescimento zero e, em vez de progresso, regressão...

No mundo actual, para haver crescimento, como Barack Obama disse, na sua posse (mas ainda não conseguiu impor, inteiramente), é necessário um novo paradigma. Isto é: um novo modelo de crescimento. Introduzir regras e valores no capitalismo, pondo as pessoas acima dos mercados e estes submetidos a princípios éticos, o que implica a abolição dos paraísos fiscais e da economia virtual. Numa palavra: a economia real submetida à política e não o contrário. Ora, a verdade é que os actuais dirigentes europeus se recusam a ver a realidade e prosseguem ignorando a própria crise e deixando impunes os seus responsáveis. A prazo, se não houver mudanças, esta situação vai tornar-se intolerável e vamos assistir, não tenho dúvidas, a grandes convulsões.

Portugal nesta Europa

2. Não somos, ao contrário do que alguns pensam e dizem, um país pequeno, sem recursos e condenado à decadência. Temos uma história gloriosa, com altos e baixos, é certo, mas que nos demonstra o contrário. Em alguns períodos não temos sabido governar-nos. É verdade. Mas é útil, para o futuro, aprender a distinguir o trigo do joio, os honestos dos pecadores e não nos deixarmos cair no derrotismo masoquista, em que alguns se comprazem. Criticar é fácil e protestar, mais ainda. É legítimo, aliás, em democracia, criticar e protestar, desde que o façam pacificamente. Mas agir, desinteressada e conscientemente, é melhor, desde que seja em função de uma alternativa, coerente, eficaz e estruturada, tendo uma visão do futuro, inserida num mundo em mudança. É o caminho para podermos sair do atoleiro em que nos encontramos.

É preciso informar completamente os portugueses da situação em que estamos, para os poder mobilizar. O que não tem sido feito suficientemente pelos responsáveis. O Presidente da República, no seu discurso de posse, insistiu neste ponto. Mas omitiu que a crise portuguesa actual foi causada e continua a ser, altamente influenciada, pela crise internacional e, em especial, pela europeia. Ora isso constituiu uma falha inaceitável, mesmo que não tenha sido voluntária.

O primeiro-ministro tem-se esforçado, na resolução da crise, com um zelo patriótico e uma energia pessoal absolutamente excepcionais. Mas cometeu erros graves: não tem informado, pedagogicamente, os portugueses, quanto às medidas tomadas e à situação real do País. Nos últimos dias, negocou o PEC IV sem informar o Presidente da República, o Parlamento e os Parceiros Sociais. Foram esquecimentos imperdoáveis ou actos inúteis, que irão custar-lhe caro. Avisou tão só o líder da Oposição, após a reunião de Bruxelas, pelo telefone. A resposta pública foi-lhe dada no discurso que Passos Coelho proferiu, em Viana do Castelo, muito didáctico, e foi negativa: "Não conte com o PSD para aceitar as novas medidas (negociadas/impostas?) pelos líderes da

Zona Euro, reunidos no dia 11 de Março, em Bruxelas." Assim se abre, ao que parece, uma crise política, a juntar às outras que a precederam: financeira, económica (estamos a entrar em recessão), social, ambiental e de valores.

E agora? Ao invés do que parece, tudo ainda pode acontecer. Porque os Partidos da Oposição - todos - não querem ir para o Governo, nem assumir responsabilidades, numa situação que não é agradável para ninguém. O Presidente da República, perante o impasse criado, vai dissolver o Parlamento e provocar eleições? Para cairmos, no pior momento, numa campanha eleitoral, como a última presidencial, com as culpas atiradas uns aos outros, sem tratarmos dos problemas nacionais? E para quê? Para chegarmos, talvez, a resultados, mais ou menos, idênticos? Mas se o não fizer, deixa que o Governo - e o PS, o que é mais grave - fiquem a fritar em lume brando? Com que vantagem para o futuro?

As informações (poucas) que me chegaram da reunião de Bruxelas indicam que houve pela parte da União dos Estados da Zona Euro um pequeno passo em frente, incluindo, obviamente, a Senhora Merkel. Mesmo implicando as questões laborais, dadas as pressões dos Sindicatos europeus. Sócrates, entre os seus pares, foi dos que mais combateram quanto ao alargamento das competências do futuro Fundo Europeu. Foi importante e positivo. Mas tudo ficou em carteira, adiado, para debater ainda na próxima reunião dos dias 24 e 25 do corrente mês. Zapatero escreveu uma carta de aceitação prévia e, ao que me disseram - vale o que vale -, ficou bastante calado na reunião. Quando o que seria importante era que os dois Estados ibéricos exigissem uma política europeia convergente e falassem no mesmo sentido. Dar-lhes-ia, em termos europeus, uma importância redobrada. Temos connosco a Comunidade Ibero-Americana e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Não é pequena coisa, em termos europeus.

Veremos o que se passará nas duas próximas semanas, que serão decisivas para a União Europeia e, seguramente, também, para Portugal.

A geração à rasca

3. Entretanto, realizaram- -se em várias capitais de diferentes distritos, incluindo Lisboa e Porto, manifestações da chamada "geração à rasca", contra o desemprego e a precariedade do trabalho e, como se previa, contra o Governo, os políticos em geral, alguns conhecidos empresários, gestores públicos, juízes e promotores do Ministério Público... Conforme os gostos, as frustrações ou a raiva dos participantes interrogados, pelas televisões e as rádios.

Foram manifestações perfeitamente ordeiras que mostraram o desespero que se vive e em que participaram muitos milhares de pessoas de todas as idades. Curiosamente tantos idosos e gente de meia-idade, mulheres e homens, como jovens. Em certos momentos, com um ar de festa, a lembrar as manifestações espontâneas do 25 de Abril. Os jovens mais pobres - desempregados e imigrantes - dos arredores das grandes cidades, poucos participaram, estranhamente, em comparação com os jovens com cursos superiores, sem

emprego, filhos em geral das classes médias, que disseram querer emigrar. Foi uma manifestação que merece um estudo sociológico aprofundado e isento. Mas que o Governo, nas dificuldades do presente, não pode nem deve menosprezar. É um sinal tremendo que deve ser tomado em conta. Tanto mais que, estrategicamente, os professores também se manifestaram, no mesmo dia; os condutores de veículos pesados entraram em greve no dia seguinte e por tempo indeterminado; e no dia 19, salvo erro, a Intersindical (CGTP/IN) tem convocada uma grande manifestação. Perante tais sinais os responsáveis não devem encolher os ombros, como habitualmente. São expressões múltiplas de um mal-estar social e político que está a levar, vai intensificar-se, mas contém energias que podem ser úteis. Pode ser muito perigoso.

Compreendamos que não é só a juventude que está à rasca - a palavra pegou -, é o País, no seu conjunto, que está à rasca! Há que ter consciência da situação em que estamos - sobretudo o Governo, os Partidos e os movimentos cívicos democráticos - e agir, rapidamente, em conformidade. Antes que seja tarde.

Como oligarquia financeira mantém Europa submissa

Publicado em **24 de abril de 2012** por **Antonio Martins**



Ângela Merkel (Alemanha) e Nicolas Sarkozy (França), a dupla "Merkozy": imagem de um regime decadente

Estudo revela complexo mecanismo usado para impor, “democraticamente”, medidas condenadas por ampla maioria das sociedades

Na Europa, não faltam recursos financeiros contra a crise: Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia (CE) estão agindo desde a virada do ano para transferir, ao sistema bancário privado, cerca de 3 trilhões de euros, a juros negativos. A atitude é outra em relação aos Estados ameaçados por fuga maciça de divisas. Negam-se recursos. Exige-se, para liberá-los, corte de

direitos sociais, privatizações, redução drástica das proteções previdenciárias. Tais medidas são rechaçadas, revelam as sondagens, pela vasta maioria da opinião pública, em todos os países. No entanto, os Parlamentos as adotam sem resistir. Como é possível esta democracia contra as sociedades?

Acaba de sair um [texto revelador](#) a respeito. O original, em francês, foi publicado no site [Memoire des Lutes](#), dirigido por Ignacio Ramonet e Bernard Cassen. O autor é Christophe Ventura, um jovem colaborador destes antigos editores do *Le Monde Diplomatique*. Ele descreve os meandros institucionais do processo de chantagem política que garantiu até agora a submissão do continente aos projetos da oligarquia financeira.

Ventura demonstra que o artifício principal usado para impor políticas muito impopulares é evitar a todo custo o debate político. A teoria política ensina que os Parlamentos são, desde a Revolução Francesa, o espaço em que os representantes do povo analisam os distintos projetos para o futuro coletivo, e tomam decisões. No entanto, *nenhum* dos legislativos da Europa está examinando o que fazer diante da crise. BCE e CE não precisam, por exemplo, de autorização para oferecer fundos trilionários aos bancos privados. Fazem-no por medidas administrativas banais, resguardados da opinião pública por uma mídia que apresenta as transferências de fundos como ações necessárias a evitar a “quebra da economia”.

Mesmo as medidas que afetam centenas de milhões de pessoas não são, em sua grande maioria, apresentadas de forma clara. O que os parlamentos estão votando é a retificação de dois acordos internacionais, firmados entre 25 de janeiro e 1º de março: O “Pacto Orçamentário” (TECG, ou Tratado Intergovernamental sobre Estabilidade, Coordenação e Governança) e o Mecanismo de Estabilidade Financeira (MES).

Ainda assim, por enquanto, só duas nações os firmaram: Grécia e (em 13 de abril) Portugal. Nos demais, a ratificação tramita lentamente. A aprovação definitiva é deixada para os momentos de crise. O MES dispõe de até 800 bilhões de euros, para “salvar” os Estados que sofrem ataques especulativos. Os países que necessitem empregar os recursos, contudo, são obrigados a firmar o Pacto Orçamentário (TECG). Além de Grécia e Portugal, lideram a fila a Espanha, Itália, Hungria, Irlanda e Romênia — mas ninguém assegura que a própria França, segunda economia do bloco, esteja imune.

Ao ratificar, sob enorme pressão, o Pacto Orçamentário, cada país compromete-se a uma redução maciça e acelerada da dívida pública. Ela terá de recuar a 60% do PIB — um patamar muito abaixo dos hoje registrados não apenas na Grécia (144%) mas também na Itália (118%), Bélgica (98%), França (83,5%) ou mesmo Alemanha (79%) [para comparação, no Brasil o índice é de 60%].

Em princípio, reduzir o endividamento é positivo. Mas se esta fosse realmente a meta, haveria sentido em abrir as torneiras do Banco Central Europeu para o sistema financeiro privado? Por que diminuir a dívida por meio de cortes de direitos e serviços — e não, por exemplo, de impostos sobre os mais ricos?

Este não é o tema de Ventura: está tratado em detalhes num [outro texto](#), de Patrick Viveret, publicado por *Outras Palavras*. A importância do novo estudo é outra. Ele revela as acrobacias notáveis executadas pelos dirigentes europeus para dar alguma aparência democrática a medidas que, se submetidas a decisão popular, seriam certamente derrotadas. Ao fazê-lo confirma uma [antiga profecia](#) de José Saramago. A democracia foi cercada pelo capital; enquanto não for reinventada, declinará cada vez mais à condição de uma “missa laica”, uma fachada que esconde, ao invés de revelar, os mecanismos usados pelo poder para impor seus desígnios.

Leia mais:

1. [Protestos: Europa volta às ruas contra oligarquia financeira](#)
2. [Europa em crise \(IV\): os Bancos Centrais e a oligarquia financeira](#)
3. [Brasil: a curiosa conversa da oligarquia financeira](#)
4. [Europa em crise \(V\): à espera de quem manda](#)
5. [Europa em crise \(VI\): gráficos de uma hipocrisia](#)

Esse post foi publicado em [Sem categoria](#) e marcado [BCE](#), [crise do capitalismo](#), [crise financeira](#), [oligarquia financeira](#), [União Europeia](#) por [Antonio Martins](#). Guardar [link permanente](#).

<http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2012/04/24/como-oligarquia-financeira-mantem-europa-submissa/>

Europa: austeridad, recesión y crisis bancaria

Alejandro Nadal – 06/05/12



España se hunde de nuevo en la recesión. Es el último golpe a la economía europea en lo que promete ser una larga cadena de malas noticias. La crisis nunca se ha ido.

El anuncio sobre la recaída del PIB lo hizo el Instituto Nacional de Estadística: la economía española se contrajo 0.3 por ciento durante el primer trimestre de este año (ver detalles en www.ine.es). En el último trimestre del 2011 el retroceso también fue de 0.3 por ciento: la economía española ha entrado ya oficialmente en su segunda recesión en tan sólo veinticuatro meses.

En 2008 la economía española comenzó su primera contracción: la evolución del PIB pasó de una tasa de crecimiento anualizada de 2.8 por ciento a una tasa de -4.8 por ciento a mediados de 2009. Por un momento algunos pensaron que la crisis había tocado fondo. En julio de ese año el PIB comenzó a salir del bache y creció a una tasa de 1 por ciento a mediados del 2011. Ahí reinició la declinación hasta llegar

a esta segunda recaída: es la recesión en forma de W. Y los pronósticos no son buenos para los próximos dos años: para 2012 y 2013 se prevén contracciones de 1.5 por ciento y 0.5 por ciento respectivamente.

Decididamente algo anda muy mal con esta crisis. Alguien dijo que quizás su gravedad ha sido subestimada, o quizás la respuesta de política económica fue equivocada. Creo que son ambas cosas. Pero el único juego que se practica en Europa es la austeridad. Como la aritmética no miente, mañana el panorama será más oscuro.

El desempleo en España casi alcanza el 25 por ciento. Es el nivel más elevado en dieciocho años y coloca a más de 5.6 millones de personas en el paro. En cuatro de las regiones autónomas el nivel de desempleo es superior a 30 por ciento, y a nivel nacional el paro en menores de veinticinco años es 52 por ciento. Eso no parece preocupar al gobierno del señor Rajoy. Su severo plan de austeridad ciertamente va a agravar este triste paisaje en el mercado laboral.

Su cerebro no da para entender que eso traerá aparejadas otras dificultades macroeconómicas en un feroz círculo vicioso.

La primera consecuencia de la nueva recesión será una caída en la recaudación. Eso hará más difícil alcanzar las metas de reducción del déficit que ya se han tenido que modificar. Los "mercados" financieros no van a titubear en bajar el grado de calificación sobre la deuda española, lo que incrementará el costo del refinanciamiento. El gobierno ha dado señales de querer incrementar el impuesto al valor agregado, además de mantener firmes sus recortes salariales y golpes a las pensiones, lo que representa un nuevo azote a la ya débil demanda de los consumidores.

Una segunda consecuencia de la contracción es la merma en la capacidad de pago de las deudas que ya cargan los hogares españoles. Esto ya se observa en el aumento de la cartera vencida de préstamos, en especial de hipotecas, y eso supone que en algún momento el gobierno español tendrá que intervenir para rescatar a los bancos.

La semana pasada las agencias calificadoras mostraron lo que saben hacer, denunciar con alarma las posibilidades de impago para ahuyentar el espectro de una restructuración de deudas (aunque en Grecia les salió el tiro por la culata). Standard & Poor's redujo la calificación sobre la deuda soberana de corto y largo plazo del Reino de España. La agencia explicó la medida por el deterioro en la trayectoria del déficit para el período 2011-2015, así como por la probabilidad de que el gobierno intervenga para ayudar a un sector bancario en dificultades. Algunos analistas colocan el monto de la "ayuda" que necesitará el sector bancario en unos 120 mil millones de euros para este año.

Ahora se presenta el problema de la recapitalización de los bancos y eso representa un serio problema para el gobierno. A diferencia de 2008, hoy el gobierno se encuentra en una situación complicada. Una forma de reunir recursos es colocando deuda en el mercado internacional, pero eso será costoso e implica un mayor deterioro en la posición crediticia del gobierno, agravando la crisis de la deuda

soberana y afectando negativamente los estados financieros de los bancos que obtengan los nuevos bonos.

Hay que aceptar que la flexibilización de la política monetaria del Banco Central Europeo a través del programa de refinanciamiento de largo plazo (LTRO) es insuficiente frente a la ola de austeridad que la torpeza y cobardía de la clase política impuso en toda Europa. El mecanismo LTRO fue puesto en marcha en diciembre 2011 y su objetivo es inyectar liquidez en el sistema bancario. Los bancos pueden ahora tomar recursos del ECB durante tres años a una ridícula tasa (1 por ciento) para reinvertirlos como mejor les parezca. Deben dar una garantía al BCE que puede consistir en bonos de deuda soberana, lo que se traduce en una especie de intervención indirecta en ese mercado soberano por parte del Banco Central Europeo. De esta forma, el BCE guarda incólume sus dogmas neoliberales y piensa que puede ayudar a reducir la inestabilidad en el mercado de bonos soberanos.

Las cosas no han salido del todo bien. Es posible, como señala Paul de Grauwe, uno de los analistas financieros más lúcidos en esta crisis, que la inyección de liquidez haya sido mucho mayor a la que se hubiese requerido a través de una intervención directa. De todos modos, la inestabilidad en los bonos soberanos no se ha eliminado. Por otro lado, la austeridad está empujando a las economías europeas a una recesión más profunda y en esas condiciones, ni los hogares, ni las empresas, quieren tomar nuevos créditos. La crisis en el frente de bonos soberanos regresará y con venganza.

Quizás lo más importante aquí es que la flexibilidad de la política monetaria en la versión del BCE no permite asegurar la recapitalización de los bancos. Las utilidades que pueden obtener los bancos a través de las operaciones con los recursos del LTRO en el mercado de bonos soberanos no son suficientes. Esas ganancias asociadas al llamado "carry trade" tienen sus costos y el resultado neto no es suficiente como demuestra un cálculo de Atsushi Ito de UBS (puede consultarse en www.bidus.eu). Así que no sólo no hay reactivación económica, sino que tampoco hay recapitalización de los bancos. Este será el fracaso de la política monetaria y la profundización de la crisis.

Europa se enfrenta a un doble efecto: por un lado el potente freno de la austeridad, y por el otro, el pseudo-motor de la liquidez en aumento por las operaciones del BCE. El resultado es evidente: la milagrosa receta de austeridad está ganándole la partida a la flexibilización monetaria.

Alejandro Nadal es miembro del Consejo Editorial de *SinPermiso sinpermiso electrónico se ofrece semanalmente de forma gratuita. No recibe ningún tipo de subvención pública ni privada, y su existencia sólo es posible gracias al trabajo voluntario de sus colaboradores y a las donaciones altruistas de sus lectores. Si le ha interesado este artículo, considere la posibilidad de contribuir al desarrollo de este proyecto político-cultural realizando una DONACIÓN o haciendo una SUSCRIPCIÓN a la REVISTA SEMESTRAL* impresia

política económica de la inseguridad

LA CRISIS DE LA SOCIALDEMOCRACIA. Cuanto más se desregulan y flexibilizan las relaciones laborales, con más rapidez pasamos de una sociedad del trabajo a otra de riesgos incalculables

[Ulrich Beck 27 MAY 2012 - 00:07 CET –EL PAÍS - SPAIN](#)



[Enviar](#)[Imprimir](#)

La consecuencia no deseada de la utopía neoliberal es una *brasilización* de Occidente: son notables las similitudes entre cómo se está conformando el trabajo remunerado en el llamado Primer Mundo y cómo es el del Tercer Mundo. La temporalidad y la fragilidad laborales, la discontinuidad y la informalidad están alcanzando a sociedades occidentales hasta ahora baluartes del pleno empleo y el Estado del bienestar. Así las cosas, en el núcleo duro de Occidente la estructura social está empezando a asemejarse a esa especie de colcha de retales que define la estructura del sur, de modo que el trabajo y la existencia de la gente se caracteriza ahora por la diversidad y la inseguridad.

En un país semiindustrializado como Brasil, los que dependen del salario de un trabajo a tiempo completo solo representan a una pequeña parte de la población activa; la mayoría se gana la vida en condiciones más precarias. Son viajantes de comercio, vendedores o artesanos al por menor, ofrecen toda clase de servicios personales o basculan entre diversos tipos de actividades, empleos o cursos de formación. Con la aparición de nuevas realidades en las llamadas economías altamente desarrolladas, la “multiactividad” nómada — hasta ahora casi exclusiva del mercado laboral femenino occidental— deja de ser una reliquia premoderna para convertirse rápidamente en una variante más del entorno laboral de las sociedades del trabajo, en las que están desapareciendo los puestos interesantes, muy cualificados, bien remunerados y a tiempo completo.

Quizá en este sentido las tendencias de Alemania, a pesar del éxito que se atribuye a su modelo, representen las de otras sociedades occidentales. Por una parte, Alemania disfruta de las mejores condiciones comerciales que ha tenido en muchos años. La principal economía europea es modélica por su forma de contener una crisis: tasas de interés bajas, flujo de capital entrante, aumento sostenido de la demanda mundial de sus productos, etc. Así, el desempleo en Alemania ha caído un 2,9%, y solo alcanza al 6,9% de la población activa.

Alemania es modélica por su forma de contener la crisis, pero el empleo precario crece demasiado

Por otra parte, se ha registrado un excesivo incremento del empleo precario. En la década de 1960 solo el 10% de los trabajadores pertenecía a ese grupo; en la de 1980 la cifra ya se situaba en un cuarto, y ahora es de alrededor de un tercio del total. Si los cambios continúan a este ritmo —y hay muchas razones para pensar que será así— en otros diez años solo la mitad de los trabajadores tendrá empleos a tiempo completo de larga duración, mientras que los de la otra mitad serán, por así decirlo, trabajos a la brasileña.

Bajo la superficie de la milagrosa maquinaria alemana se oculta esta expansión de la economía política de la inseguridad, enmarcando una nueva lucha por el poder entre actores políticos ligados a un territorio (Gobiernos, Parlamentos, sindicatos) y actores económicos sin ataduras territoriales (capitales, finanzas, flujos comerciales) que pugnan por un nuevo diferencial de poder. Así se tiene la fundada impresión de que los Estados solo pueden elegir entre dos opciones: o bien pagar, con un elevado desempleo, niveles de pobreza que no hacen más que incrementarse constantemente; o aceptar una pobreza espectacular (la de los “pobres con trabajo”), a cambio de un poco menos de desempleo.

El “trabajo para toda la vida” ha desaparecido. En consecuencia, el aumento del paro ya no puede explicarse aludiendo a crisis económicas cíclicas; se debe, más bien, a: 1) los éxitos del capitalismo tecnológicamente avanzado; y 2), la exportación de empleos hacia países de renta baja. El antiguo arsenal de políticas económicas no puede ofrecer resultados y, de una u otra manera, sobre todos los empleos remunerados pesa la amenaza de la sustitución.

De este modo, la política económica de la inseguridad está ante un efecto dominó. Factores que en los buenos tiempos solían complementarse y reforzarse mutuamente —el pleno empleo, las pensiones garantizadas, los elevados ingresos fiscales, la libertad para decidir políticas públicas— ahora se enfrentan a una serie de peligros en cadena. El empleo remunerado se está tornando precario; los cimientos del Estado de bienestar se derrumban; las historias vitales corrientes se desmenuzan; la pobreza de los ancianos es algo programado de antemano; y, con las arcas vacías, las autoridades locales no pueden asumir la demanda creciente de protección social.

La “flexibilidad del mercado laboral” es la nueva letanía política, que pone en guardia a las estrategias defensivas clásicas. Por doquier se pide más “flexibilidad” o, dicho de otro modo, que los empresarios puedan despedir más fácilmente a sus trabajadores. Flexibilidad también significa que el Estado y la economía trasladan los riesgos al individuo. Ahora los trabajos que se ofrecen son de corta duración y fácilmente anulables (es decir, “renovables”). Por último, flexibilidad también significa: “Anímate, tus capacidades y conocimientos están obsoletos y nadie puede decirte lo que tienes que aprender para que te necesiten en el futuro”. La posición un tanto contradictoria en la que se sitúan los Estados cuando insisten al mismo tiempo en la competitividad económica nacional y la globalización neoliberal (es decir, en el nacionalismo y la internacionalización) ha defraudado políticamente a quienes reivindicaban el derecho individual de los ciudadanos a la estabilidad laboral y a unos servicios sociales dignos.

Parte de la clase media ha sido devorada por la crisis del euro. Vamos hacia una inseguridad endémica

De todo ello resulta que cuanto más se desregulan y flexibilizan las relaciones laborales, con más rapidez pasamos de una sociedad del trabajo a otra de riesgos incalculables, tanto desde el punto de vista de las vidas de los individuos como del Estado y la política. En cualquier caso, una tendencia de futuro está clara: la mayoría de la gente, incluso de los estratos medios, aparentemente prósperos, verá que sus medios de vida y entorno existencial quedarán marcados por una inseguridad endémica. Parte de las clases medias han sido devoradas por la crisis del euro y cada vez hay más individuos que se ven obligados a actuar como "Yo y asociados" en el mercado de trabajo.

Mientras el capitalismo global disuelve en los países occidentales los valores esenciales de la sociedad del trabajo, se rompe un vínculo histórico entre capitalismo, Estado de bienestar y democracia. No nos equivoquemos: un capitalismo que no busque más que el beneficio, sin consideración alguna hacia los trabajadores, el Estado de bienestar y la democracia, es un capitalismo que renuncia a su propia legitimidad. La utopía neoliberal es una especie de analfabetismo democrático, porque el mercado no es su única justificación: por lo menos en el contexto europeo, es un sistema económico que solo resulta viable en su interacción con la seguridad, los derechos sociales, la libertad política y la democracia. Apostarlo todo al libre mercado es destruir, junto con la democracia, todo el comportamiento económico. Las turbulencias desatadas por la crisis del euro y las fricciones financieras

mundiales solo son un anticipo de lo que nos espera: el adversario más poderoso del capitalismo es precisamente un capitalismo que solo busque la rentabilidad.

Lo que priva de su legitimidad al capitalismo tecnológicamente avanzado no es que derribe barreras nacionales y produzca cada vez más con menos mano de obra, sino que bloquee las iniciativas políticas conducentes a la conclusión de un pacto para la formación de un nuevo modelo social europeo. Cualquiera que hoy en día piense en el desempleo no debería quedarse atrapado en viejas querellas como las relativas al "mercado laboral secundario" o "los gastos salariales decrecientes". Lo que parece un derrumbe debe convertirse más bien en un periodo fundacional de nuevas ideas y modelos, en una época que abra las puertas al Estado transnacional, al impuesto europeo a las transacciones financieras y a la "utopía realista" de una Europa Social para los Trabajadores.

Ulrich Beck es sociólogo, profesor emérito de la Universidad de Múnich y profesor de la London School of Economics.

Traducción de Jesús Cuéllar Menezo

http://elpais.com/elpais/2012/04/27/opinion/1335552968_819732.html

O Império Accidental

George Soros

George Soros is Chairman of Soros Fund Management and Chairman of the Open Society Institute. A pioneer of the hedge-fund industry, he is the author of many books, including *The Alchemy of Finance*.

[Full profile](#) - Jun. 7, 2012 [Email](#) | [Print](#) – PROIBIDA REPRODUÇÃO -

NOVA IORQUE – É agora evidente que a principal causa da crise do euro reside na renúncia do direito de emitir moeda por parte dos estados-membros, a favor do Banco Central Europeu. Os estados-membros não compreenderam tudo o que essa renúncia implicava – e as autoridades Europeias também não o compreenderam.



Illustration by Chris Van Es

Quando o euro foi introduzido, os reguladores permitiram que os bancos comprassem quantidades ilimitadas de obrigações de dívida pública sem constituir quaisquer reservas de capitais próprios, e o BCE garantiu todas as

obrigações de dívida pública da zona euro em condições equivalentes. Os bancos comerciais encontraram vantagens na acumulação de obrigações dos países mais fracos para auferir mais alguns pontos base, o que causou uma convergência de taxas de juro por toda a zona euro. A Alemanha, lutando com o fardo da reunificação, empreendeu reformas estruturais e tornou-se mais competitiva. Outros países aproveitaram fortes expansões na habitação e no consumo sustentadas por crédito barato, tornando-os menos competitivos.

Depois veio a crise de 2008. Os governos tiveram que resgatar os seus bancos. Alguns deles viram-se na posição de um país em desenvolvimento que se endividara pesadamente numa divisa que não controlava. Reflectindo a divergência no desempenho económico, a Europa tornou-se dividida entre países credores e devedores.

os mercados financeiros descobriram que obrigações soberanas supostamente livres de risco poderiam ser forçadas a um incumprimento, aumentaram dramaticamente os prémios de risco. Isto tornou potencialmente insolventes os bancos comerciais, cujos balanços continham grandes quantidades de obrigações deste tipo, dando origem à simultânea crise Europeia da dívida soberana e da banca.

A zona euro está agora a imitar o modo como o sistema financeiro global lidou com essas crises em 1982 e novamente em 1997. Em ambos os casos, as autoridades internacionais infligiram sofrimentos na periferia de modo a proteger o centro; agora a Alemanha está a desempenhar inadvertidamente o mesmo papel.

Os detalhes diferem, mas a ideia é a mesma: os credores estão a transferir o fardo inteiro do ajustamento aos devedores, enquanto o “centro” evita a sua própria responsabilidade pelos desequilíbrios. Interessantemente, os termos “centro” e “periferia” entraram em uso de um modo quase desapercebido. Contudo, na crise do euro, a responsabilidade do centro é ainda maior do que era em 1982 ou 1997: o centro desenhou um sistema monetário defeituoso e falhou na correcção dos defeitos. Nos anos 1980, a América Latina sofreu uma década perdida; um destino similar espera a Europa.

No início da crise, uma desagregação do euro era inconcebível: os activos e responsabilidades denominados numa moeda comum estavam tão interligados que uma desagregação teria levado a um colapso incontrolável. Mas, à medida que a crise progrediu, o sistema financeiro tem-se reordenado cada vez mais ao longo das linhas nacionais. Esta tendência ganhou ímpeto em meses recentes. A operação de refinanciamento de longo prazo do BCE permitiu aos bancos Espanhóis e Italianos comprar as obrigações dos seus próprios países e beneficiar do diferencial de taxas. Simultaneamente, os bancos preferiram eliminar activos fora das suas fronteiras nacionais, e os gestores de risco tentaram equilibrar activos e responsabilidades internamente, em vez de no seio da zona euro como um todo.

Se isto continuasse por alguns anos, uma desagregação do euro seria possível sem um colapso, mas deixaria os países credores com grandes direitos sobre

os países devedores, que seriam difíceis de cobrar. Para além das transferências e garantias intergovernamentais, os direitos do Bundesbank sobre os bancos centrais dos países periféricos no âmbito do sistema de compensação Target2 totalizavam 644 mil milhões de euros (804 mil milhões de dólares) a 30 de Abril, e o montante está a crescer exponencialmente, devido à fuga de capitais.

Portanto, a crise continua a crescer. As tensões nos mercados financeiros atingiram novos máximos. Mais revelador é que o Reino Unido, que reteve o controlo da sua divisa, goza das remunerações de dívida mais baixas da sua história, enquanto o prémio de risco sobre as obrigações Espanholas está num novo máximo.

A economia real da zona euro está a decair, enquanto a Alemanha está a florescer. Isto significa que a divergência está a aumentar. As dinâmicas políticas e sociais também estão a contribuir para a desintegração. A opinião pública, como ficou expresso em recentes resultados eleitorais, está cada vez mais oposta à austeridade, e é provável que esta tendência continue até que a política seja revertida. Algo terá que ceder.

Na minha opinião, as autoridades têm uma janela de três meses durante a qual ainda conseguirão corrigir os seus erros e reverter as tendências actuais. Isso requererá medidas políticas extraordinárias para levar as condições mais perto do normal, e que deverão respeitar os tratados existentes, que poderiam então ser revistos numa atmosfera mais calma para prevenir a recorrência de desequilíbrios.

É difícil, mas não impossível, identificar algumas medidas extraordinárias que cumprissem estes duros requisitos. Teriam que atacar os problemas da banca e da dívida soberana simultaneamente, sem negligenciar a redução das divergências de competitividade.

A zona euro precisa de uma união bancária: um esquema Europeu de seguros de depósitos para refrear a fuga de capitais, uma fonte Europeia para financiar a recapitalização bancária, e supervisão e regulação por toda a zona euro. Os países altamente endividados precisam de alívio dos seus custos de financiamento. Há vários modos de o fornecer, mas todos requerem o suporte activo da Alemanha.

É aí que está o bloqueio. As autoridades Alemãs estão a trabalhar febrilmente para encontrar um conjunto de propostas a tempo da cimeira da União Europeia no fim de Junho, mas todos os sinais sugerem que só oferecerão o mínimo em que todas as partes podem concordar – implicando, mais uma vez, apenas alívio temporário.

Mas estamos num ponto de inflexão. A crise Grega é susceptível de atingir um clímax no outono, mesmo se a eleição produzir um governo que esteja disposto a respeitar o actual acordo entre a Grécia e os seus credores. Nessa altura, a economia Alemã também estará a enfraquecer, e a Chanceler Angela

Merkel achará ainda mais difícil que hoje persuadir o público Alemão a aceitar responsabilidades Europeias adicionais.

Excluindo um acidente como a bancarrota do Lehman Brothers, a Alemanha fará provavelmente o suficiente para manter o euro unido, mas a UE tornar-se-á algo de muito diferente da sociedade aberta que uma vez incendiou a imaginação do povo. A divisão entre países devedores e credores tornar-se-á permanente, com a Alemanha a dominar e a periferia a tornar-se uma região secundária e deprimida.

Isto aumentará inevitavelmente a suspeita sobre o papel da Alemanha na Europa – mas qualquer comparação com o passado da Alemanha é deveras inadequada. **A situação actual é devida não a um plano deliberado, mas à falta de um plano. É uma tragédia de erros políticos.** A Alemanha é uma democracia funcional com uma maioria esmagadora a favor de uma sociedade aberta. Quando o povo Alemão se aperceber das consequências – espera-se que não tarde demais – quererá corrigir os defeitos no desenho do euro.

É evidente o que faz falta: **uma autoridade fiscal Europeia** que seja capaz e disposta a reduzir o fardo da dívida na periferia, bem como uma **união bancária**. O alívio da dívida pode tomar várias formas para além das **Eurobonds**, e seria restrito aos devedores respeitadores do pacto orçamental. Retirar todo ou parte do alívio em caso de incumprimento seria uma protecção poderosa contra os riscos morais. **Cabe à Alemanha assumir as responsabilidades de liderança que o seu próprio sucesso lhe acarretou.**

Traduzido do inglês por António Chagas